

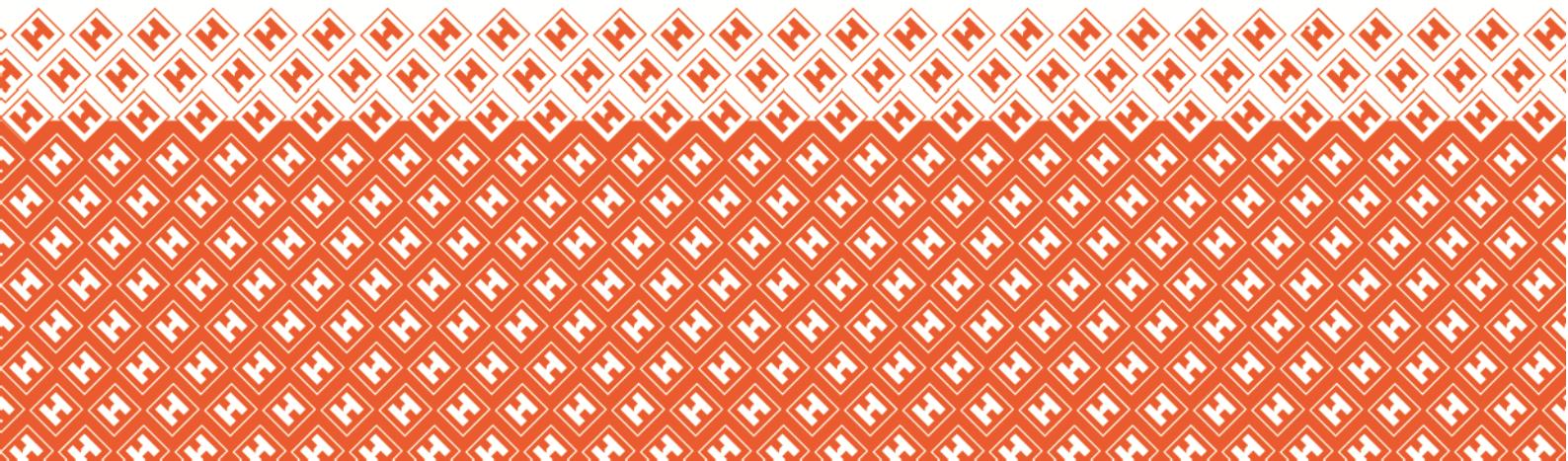


FRANCISCA BORGES DE SOUSA

**DESCORTINANDO MACAPÁ:
Lugares e memórias da cidade na sala de aula**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Março / 2023



FRANCISCA BORGES DE SOUSA

**DESCORTINANDO MACAPÁ:
Lugares e memórias da cidade na sala de aula**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá/Unifap, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientador: Prof. Dr. Sidney Lobato

Macapá - AP

2023

FRANCISCA BORGES DE SOUSA

**DESCORTINANDO MACAPÁ:
Lugares e memórias da cidade na sala de aula**

Esta dissertação foi avaliada e aprovada como requisito final para obtenção de título de mestre pelo Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá.

Data: 31 de março de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sidney Lobato
Presidente-orientador/Unifap

Profa. Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos
Titular Interna/Unifap

Prof. Dr. Francisco Bento da Silva
Titular Externo/Ufac

Dedico esta pesquisa ao meu filho Lucas Gael Borges Ferreira, que faz eu me tornar a melhor versão de mim, porque você merece. Obrigada por ter me permitido conhecer a forma mais pura de amor.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido na realização desse sonho foi de muitas dificuldades, medo, angústias, mas também de muita empatia por parte de pessoas que, em diferentes momentos dessa trajetória, se dispuseram a seguir junto a mim. Pessoas sem as quais esse estudo talvez não se concretizasse. Guardarei em meu coração todo o apoio dispensado a mim durante essa caminhada.

Agradeço a Deus, a causa primordial de todas as coisas, que alimentou minha alma com calme e esperança e que nunca me abandonou nos momentos difíceis.

À minha mãe, mulher forte e guerreira, que sempre vibrou pelas minhas conquistas; aos meus irmão e irmãs que, ao seu jeito, confiaram e acreditaram em mim.

Agradeço aos/às professores/as do Mestrado pelos conhecimentos partilhados e, em especial, ao meu orientador Sidney Lobato pelas orientações enriquecedoras no processo de construção dessa dissertação.

Meus agradecimentos ao Mestrado Profissional em Ensino de História, à Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, por proporcionar a realização desse sonho. À Capes, pelo financiamento concedido mediante bolsa de estudos.

À Equipe da Unidade de Ensino Fundamental Modular (Uefum), que foram sensíveis aos meus pedidos de estar lotada em lugares de trabalho mais acessíveis e, assim, ter a disponibilidade para o realização da pesquisa.

Aos meus colegas de turma, pela escuta sensível nesse percurso e pela amizade que extrapolou o vínculo acadêmico; aos amigos do Lehstam (Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia), pelas trocas de conhecimento e pelas palavras de encorajamento; e a todos(as) aqueles(as) pessoas que, de maneira distante ou próxima, sempre me apoiaram.

Agradeço, de forma bem carinhosa, a Luiz da Silva Ferreira, meu esposo, que cuidou do nosso filho nos meus momentos de ausência. Obrigada por estar ao meu lado ao longo da pesquisa, sendo o principal responsável por me incentivar nos momentos de angústias e dificuldades. Sou eternamente grata por tudo o que fez por mim nessa caminhada.

Por fim, agradeço a todos os educadores incomodados e comprometidos com a realidade da educação pública nesse país. A luta por uma educação de qualidade é nossa!

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? [...] À resistência muda as coisas, à teimosia das pedras, unem-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo.

Bosi, 1994

RESUMO

Este estudo aborda as memórias geradas a partir de experiências dos moradores da cidade de Macapá, enfocando os lugares de vivência obliterados pelos discursos hegemônicos. O objetivo está em analisar tanto as transformações ocorridas nesses espaços, como fazer emergir outros modos de perceber culturas invisibilizadas pelo discurso oficial. Enquanto pesquisa qualitativa, seu caminho metodológico se sustenta na leitura e na interpretação de uma bibliografia especializada, bem como no uso de diferentes documentos históricos, que nos permitiram ir ao encontro dos lugares de labor e convívio de diferentes grupos sociais. A pesquisa está constituída por duas partes: a primeira, de caráter dissertativo, e a segunda configura-se em um Caderno Temático sobre os lugares de memória da cidade de Macapá, voltado aos docentes do Ensino Fundamental (Anos Finais). Na primeira parte, foram abordados os eixos temáticos História, memória e sua relação com a cidade, além de se problematizar a legislação educacional na análise dos espaços destinados à memória. Discorre-se ainda sobre a formação histórica da cidade de Macapá e seu processo de modernização, a partir de momentos específicos de suas fases de obreirização. Na segunda parte, apresenta-se um material didático (Caderno Temático), aportado em referências teóricas sobre Ensino de História, Memória e Cidade. Nele, estão elencados os lugares de vivências constitutivos da identidade dos mais diversos atores sociais de Macapá, invisibilizados pelas intervenções urbanísticas. Esse material é destinado aos/as professores/as de História da Educação Básica como uma possibilidade de inserção das memórias da cidade de Macapá na prática de sala de aula. Nessa perspectiva, intenciona-se problematizar a leitura de novos enredos que desenham a historicidade da capital amapaense, além de proporcionar aos estudantes uma aprendizagem mais significativa, de forma que eles possam desenvolver sentimentos de pertencimento e de seus grupos de pertença social.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória. Macapá.

ABSTRACT

This is a study about the memory generated from Macapá city residents' experiences, focusing living places which were obliterated by the hegemonic discourses. The main objective is to analyse both the transformations those places went through and to make arise other ways to perceive cultures made invisible by the official discourse. As a qualitative research, its methodology is sustained by the reading and interpretation on specialized bibliography, so as in the usage of different historical documents, which allowed us to get to know the workplaces and living spaces of different social groups. This research is divided in two parts: the first one has a dissertation aspect; then, the second part is a theme notebook about the memorial places in Macapá, intended for elementary teachers (final grades). In the first part, the following topical strands were explored: History, memory and its relation with the city, in addition to discuss the educational legislation in the analysis of the places designated to the memory. This part also describes the historical development of Macapá and its modernization process, from specific moments of an intense urbanization phase. The theme notebook, presented in the second part of this research, works as a textbook, and is anchored in theoretical references for the teaching of History, Memory and City. In this theme notebook, we listed the constituent living spaces of several social actors identity from Macapá, which have been invisible by urbanistic interventions. This whole content is directed to History teachers who act in the primary education, in order to insert the memory of Macapá city during their classroom practice. With such a perspective, we intend to discuss the comprehension of new storylines that design the historicity of the capital of Amapá, besides providing more significant learning to the students, in a way that they build up social belonging feelings.

Keywords: History teaching. Memory. Macapá.

LISTA DE SIGLAS

AP – Amapá

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

FAB – Força Aérea Brasileira

IHGB – Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional De Educação

PNDL – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História

RCA – Referencial Curricular Amapaense

Seed – Secretaria de Estado da Educação

TCM – Trabalho de Conclusão de Mestrado

Uefum – Unidade de Ensino Fundamental Modular

Unifap – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A CIDADE, A MEMÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA	15
1.1 - MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA	26
2. MACAPÁ, A CIDADE DOS LUGARES INVIZIBILIZADOS.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXO	83

INTRODUÇÃO

O campo do ensino de História é marcado pela concepção de um espaço mergulhado nas urgências do tempo presente. Nele, é fundamental termos um atento olhar sobre os desafios do nosso tempo, assim como sobre as exigências teóricas e políticas indispensáveis à nossa profissão. Desta forma, pensar a docência em História na contemporaneidade e na Educação Básica implica considerar, dentre outros elementos, questões como o direito à memória e ao passado.

O desejo de se trazer para a prática escolar o direito à memória – considerando, neste estudo, as memórias sobre a cidade de Macapá – vem da recusa de uma história eurocentrada, sudestina e elitizada na qual não se não valorizam diversos sujeitos sociais que compõem a diversidade cultural brasileira. Observa-se, infelizmente, que as versões escolares da História buscam legitimar um relato único, enquanto as tais versões ignoram a história de categorias sociais consideradas irrelevantes (CARRETERO, 2010). Todavia, é fundamental democratizar o ensino de História, combatendo a história homogeneizadora ainda presente na tradição escolar brasileira.

Para além dessa análise, gostaria de registrar como me tornei uma pesquisadora que ora se ocupa do estudo de memórias. Ao longo da minha formação acadêmica (sou licenciada em História pela Unifap), foi possível compreender alguns aspectos do exercício da docência, mas foi no chão da escola, quando passei a exercitar a docência, que pude perceber a importância do trabalho por mim desenvolvido.

Ministro aulas desde o ano de 2004 (ainda na graduação, consegui um Contrato Administrativo), e me efetivei na rede estadual de ensino do Amapá, em 2006. Nesse período, tive experiências com o Ensino Médio e o Fundamental (Anos Finais), trabalhando na área urbana de Santana e, posteriormente, em Macapá. Ao longo desse decurso, deparei-me com possibilidades e limitações do ensino público, que me provocavam quanto aos desafios da profissão e à complexidade da sala de aula. Toda essa conjuntura se potencializou quando adentrei a Unidade de Ensino Fundamental Modular¹ (Uefum), em 2010.

Lotada no Ensino Modular, experiencio um percurso escolar (viajando para quatro localidades distintas por ano), que me oportuniza vivenciar a diversidade cultural amapaense através do convívio com diferentes comunidades, dentre ribeirinhos, quilombolas, assentados etc. Envolvida pelo potencial dessa comunhão, vi a necessidade de mergulhar nessa

¹ A Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED/AP) criou a Unidade de Ensino Fundamental Modular para suprir as demandas do Ensino Fundamental (Anos Finais) e do Ensino Médio em diversos municípios e comunidades onde inexistem professores concursados atuando regularmente.

multiplicidade, de conhecer mais de perto essas pessoas, seus modos de pensar, sentir e viver, não apenas para enriquecer a minha prática pedagógica, mas principalmente para aprender com eles. Hoje percebo o quanto é importante, além de um compromisso com o ensino da História, a afetividade.

O desejo de cursar um mestrado era meu propósito desde a época da graduação. No entanto, outras necessidades me fizeram adiar esse sonho por anos. Nesse período, cursei uma especialização em Metodologia do Ensino de História, finalizado no ano de 2020, quando ingressei na turma do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), ofertado pela Unifap. Logo de início, esse acontecimento impactou em minha vida pessoal e profissional, visto que, além de estar afastada da universidade por muito tempo, precisei conciliar o mestrado com meu trabalho no interior do estado do Amapá, o que demandava toda uma negociação. Entretanto, nesse decurso, a pandemia do Coronavírus impôs, em função do necessário distanciamento social, a realização das disciplinas em formato remoto, o que, de certa forma, facilitou esse processo.

Fazer parte do ProfHistória, para além da oportunidade de uma reaproximação com a vida acadêmica, ampliando a qualidade da minha formação, também me possibilitou despertar para a necessidade de participar, de maneira crítica, da construção de uma escola mais atenta às realidades sociais. Além disso, havia a urgência em oferecer aos/as professores/as possibilidades de romperem com a deslegitimização da cultura e da história popular, e assim ampliar o horizonte dos/das estudantes sobre a história do seu lugar, a partir do entendimento da colonialidade silenciada pelo ensino escolar tradicional.

No Brasil, tanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) entenderam que o processo de ensino e aprendizagem deveria contemplar as características regionais e locais da sociedade. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2019, utilizando-se desses referenciais, reforçou que os/as estudantes devem valorizar as mais diversas manifestações artísticas e culturais de sua comunidade. Contudo, ainda prevalece o desconhecimento e o silêncio acerca de outros segmentos sociais que fazem/fizeram parte da historicidade da cidade de Macapá.

Com isso, constatou-se que seria importante problematizar a produção do passado e os processos de valorização e desvalorização da cultura e dos sujeitos para, com isso, historicizar e desnaturalizar os lugares de memória soterrados da cidade de Macapá. Além disso, propõe-se uma aprendizagem que seja significativa, e que contribua para a construção do conhecimento histórico em articulação com a realidade vivida pelos estudantes. Com foco nessas

necessidades, e nas questões surgidas ao longo das discussões no âmbito do ProfHistória, definiu-se como objeto de pesquisa a construção de um material didático, na forma de um caderno temático sobre lugares de memória da cidade de Macapá, intitulado *Descortinando Macapá: lugares e memórias da cidade na sala de aula*. Esse material deverá ser voltado aos/as professores/as que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O Caderno Temático pretende ser um material didático para que docentes da Educação Básica possam inserir a temática da memória sobre Macapá na sala de aula. Nele, são problematizados as identidades e representações sobre o local, desconstruindo estereótipos e preconceitos, valorizando experiências dos mais diversos grupos sociais. Este recurso está voltado para o desenvolvimento social, crítico e cognitivo dos/as estudantes, além de colaborar com o enfrentamento de desafios que cotidianamente o profissional de história enfrenta nas salas de aula, como a falta de materiais didáticos voltados à realidade local. Vale destacar que não se pretende que ele seja apropriado integralmente, mas sim oferecer um recurso a partir do qual cada docente possa traçar o caminho que lhe interessa percorrer com seus alunos.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende analisar os lugares de memória invisibilizados da cidade de Macapá, refletindo sobre os silenciamentos produzidos pela memória hegemônica. Dessa forma, propõe-se desmistificar os estereótipos que permeiam frações das populações locais relegadas à subalternidade. Para atingir o objetivo geral dessa proposta, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar o uso de memórias no ensino de História do Amapá; compreender as potencialidades do uso de memórias como objeto de ensino de História Local; elaborar uma proposta de material didático problematizador (caderno temático), utilizando os lugares de memórias invisibilizados nas narrativas oficiais acerca da cidade de Macapá como objeto e fonte do conhecimento histórico.

Essa perspectiva gira em torno da valorização da História Local como possibilidade de construção de um saber histórico escolar. Neste sentido, Circe Bittencourt (2018, p. 147) destaca “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é através dela que se chega à história local”. Selva Guimarães (2012), por seu turno, já evidenciava que o local e o cotidiano, como locais de memória, são ricos de possibilidades educativas e formativas. Porém, cabe aos/as professores/as buscarem apreender a História em suas diferentes realidades, requerendo-se uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço em que se vive.

É necessário ressaltar que o uso de memórias na prática escolar ainda implica no enfrentamento de muitas dificuldades. De acordo com Delgado e Ferreira (2013), a História ensinada nas escolas, de maneira geral, tem como diretriz o fornecimento de uma orientação única e linear. Nessa categoria de entendimento, propõe-se uma visão de conhecimento

histórico naturalizado, sem atentar para a própria dimensão da construção desse conhecimento e das diversas interpretações possíveis de serem apresentadas.

Dessa forma, a problematização das memórias envolve uma formação histórica adequada que não simplifica a História. Para além disso, encara-se a escassez de produções a respeito do uso de memórias no saber escolar. Para Barbosa (2006), o ensino de História Local, que se utiliza da memória, vem muitas vezes associado na forma de ‘materia’, não considerando outras propriedades intelectuais dos/das estudantes ou até mesmo do/a professor/a. Soma-se a isso o fato de a História Local ser apresentada como fenômeno único, distinto e fragmentado do universal por não estar articulado a processos históricos mais amplos.

Nesse contexto, Bittencourt (2018) assinala ser fundamental que se redimensionem os estudos, propondo temáticas e abordagens mais significativas, revelando, desta forma, diferentes experiências para que, assim, os/as estudantes possam se reconhecer enquanto indivíduos participantes do processo de ensino-aprendizagem. Caimi (2010) dialoga com esse pensamento ao destacar a necessidade de se superar o verbalismo das aulas de História, circunscrito a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos/das estudantes não se identifica e não reconhece as suas experiências, tampouco a de seus grupos de pertencimento.

A opção pelo município de Macapá, como local de pesquisa, justifica-se por observar que esta cidade foi marcada por projetos hegemônicos norteados pela noção de progresso, o que explica, por exemplo, as diversas reconfigurações urbanísticas implementadas pelos governos, que visavam abolir os vestígios dos tempos idos, então materializados na paisagem macapaense e nas vivências dos sujeitos sociais. Nesse sentido, Oriá (2019) enfatiza que a destruição dos lugares de memória de uma cidade reforça o que os setores dominantes resolveram manter como símbolo de uma memória elitista – a história hegemônica.

Nessa direção, a pesquisa se justifica pela necessidade de reconhecer a leitura de novos enredos que desenham a historicidade de Macapá, sobretudo no que se refere à produção de materiais didáticos e metodológicos adequados às questões impostas pela sociedade. Para autores como Bittencourt (2018), Guimarães (2012), Gago (2016), Carretero (2018) e Zamboni (2013), o uso de memórias no ensino de História ainda é um desafio aos/as professores/as da educação básica. Assim, é necessário que as abordagens presentes nos manuais didáticos superem o ensino herdado da matriz colonial europeia, de transmissão de conhecimentos hierarquicamente estabelecidos, e tome as experiências sociais de grupos subalternizados como produtoras de conhecimento válido.

Partindo dessa constatação, apresentamos como Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), que conta como produto o Caderno Temático *Descortinando Macapá: lugares e memórias da cidade na sala de aula*, acompanhado deste texto de apoio. Esse texto baseia-se no cotejamento de documentos escritos, tais como o Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, produzido pelo então governador Janary Gentil Nunes, no ano de 1944; o Plano Urbanístico da Cidade de Macapá, redigido pela Empresa Grunbilf do Brasil, no ano de 1960; além de recorrer à historiografia amapaense. Outros documentos governamentais também foram contemplados, como a Lei Estadual nº 1183/08 (que institui a História do Amapá no Ensino Fundamental do Estado), a BNCC (dados do Ensino Fundamental de História), a Diretriz Curricular Amapaense (2016) e o Referencial Curricular Amapaense (2019), que versam sobre o ensino de História e o uso de memórias.

Esse texto está estruturado em três seções. A primeira discute a relação entre os campos da cidade, da memória e do ensino de história, e como esses elementos são uma potencialidade para o ensino de História Local. Além disso, o referido texto problematiza a legislação educacional para analisar os espaços destinados à memória, essenciais para proporcionar uma maior identificação e vínculo dos/das estudantes com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A segunda seção trata da formação histórica da cidade de Macapá e de seu processo de modernização, a partir de momentos específicos de suas fases de obreirização (processos de intervenções urbanísticas no espaço urbano). A intenção é destinar um olhar cuidadoso sobre os diversos agentes sociais que compunham a sociedade macapaense durante esse processo. A terceira seção propõe uma identificação dos lugares de memória invisibilizados – a principal contribuição da pesquisa para professores/as e estudantes de História, proporcionando-lhes a leitura de histórias outras sobre a História de Macapá. Nessa seção, pretendeu-se demonstrar a historicidade desses espaços, objetivando-se estabelecer relações com o mundo do trabalho, do lazer, da religião etc., que constituíam a memória e a identidade macapaenses.

1. A CIDADE, A MEMÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA

O presente projeto, intitulado *Descortinando Macapá: lugares e memórias da cidade na sala de aula*, tem como meta fazer um levantamento dos lugares de memória sotterrados da cidade de Macapá. Com este estudo, pretende-se oportunizar conhecimento a partir da combinação de fontes que façam emergir os significados da cidade para os diferentes agentes sociais que nela atuam. O público-alvo será destinado aos docentes do ensino de História que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental.

É preciso ressaltar que a cidade é fruto das vivências de diversas pessoas que nela habitam, sendo necessário evidenciar modos de aí viver para além daquilo que é prescrito como norma ou padrão. Nesse sentido, o interesse em abordar esta temática surgiu ao se observar que a história da cidade de Macapá foi marcada por projetos hegemônicos norteados pela noção de progresso, o que explica, por exemplo, as diversas reconfigurações urbanísticas implementadas pelos governos, que visavam abolir os vestígios dos tempos idos então materializados na paisagem macapaense e nas vivências dos sujeitos sociais.

Pierre Nora, em seu artigo “Entre História e Memória: a problemática dos lugares”, evidencia que as sociedades modernas são condenadas ao esquecimento, uma vez que são levadas pela mudança. Para ele, os homens atribuem a si próprios o direito, o poder e mesmo o dever de mudança que hoje chega a um ponto convulsivo, “substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8).

Nora afirma que, apesar de a nossa sociedade desfazer-se continuamente de sua memória em prol da amplitude de suas mudanças, ela se encontra num movimento de busca de compreender-se historicamente. Esse momento, denominado de “aceleração histórica”, faz do historiador um personagem central pois, neste caminho, pode-se ir ao encontro do calor das tradições. Ou seja, tem-se a possibilidade de evidenciar histórias soterradas pelo discurso da imprensa e/ou mídias sociais, de forma que se identifique as regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (MAZZOTTI, 2012). Em síntese, a sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um significado para aquilo que não é mais inteligível.

Assim sendo, será por meio do diálogo com diversas fontes, cruzando as informações nelas existentes que se vai permitir pensar a cidade de Macapá sob uma perspectiva mais social. Para Meneses (1985), é através do trato com diferentes tipos de documento que se pode compreender o que seria morar na cidade, identificando assim tendências de determinados processos históricos. Logo, entende-se que seja necessário lançar-se um novo olhar, agora compreendendo as sutilezas da realidade cotidiana e das vivências dos múltiplos atores que ali circulavam e circulam nos lugares de memória.

Sobre lugares de memória é necessário assinalar que estes somente adquirem importância quando carregados de interesses e representações, ou seja, quando se agraga níveis de sentido. Para Gonçalves (2005), os lugares de memória de uma cidade são espaços de ação de forças sociais e não uma mera forma, limitada à sua materialidade, uma vez que asfalto, pedra e tijolos não são capazes de lembrar, mas sim as pessoas que vivem neles e se relacionam

entre si. Meneses (1985) sublinha que uma cidade é um artefato fabricado pelo homem. Logo, é um produto de relações sociais que só possuem significado na interação humana.

Nesse sentido, quando se toca em lugares de memória da cidade de Macapá, depreende-se que não são dados da paisagem, mas sim representam todo um movimento de pessoas e a sua capacidade de alimentar as representações urbanas. O objetivo está em tratar da densidade da memória presente na materialidade da cidade e de seu uso na educação de jovens e adolescentes. Para Souza (2021), falar sobre a memória das cidades é pensar como as pessoas deram significados e determinados espaços, é refletir sobre as diferentes formas que as narrativas apresentam e, consequentemente, os diferentes sujeitos e visões do urbano. Neste atinente, Veras discorre:

A cidade como artefato humano não deixa de espelhar as contradições dos grupos humanos que a construíram e dos processos históricos, com suas ambiguidades que ali ocorreram. Em outras palavras, a cidade como *lócus* de encontros e conflitos, assimilações e resistências entre grupos, classes sociais, culturas e agentes globais e locais, materializa em sua paisagem (prédios, praças, monumentos, igrejas, arquivos, museus, espaços naturais, etc.) aspectos dessa diversidade e de conflitos, ainda que seja necessário o olhar curioso de flâneur para conseguir perceber as densas camadas de significados que existem nas coisas (VERAS, 2020, p. 114)

Logo, é necessário estar atento as possibilidades da cidade como uma materialidade que sustenta memórias e assim ir ao encontro das camadas de significados que existem nas coisas. Rouanet (1992, p. 50), ao fazer um estudo da obra de Walter Benjamin, afirma que a cidade “não se nutre apenas do que está sensorialmente sob seus olhos”. Portanto, não somente o espaço físico da cidade, mas também a sua história se torna objeto de reflexões. Deste modo, é preciso se investir de um olhar acautelado, percebendo topograficamente a cidade e redescobrindo nela onde ainda vibram os sinais ocultos. É necessário também apreender aquilo que desponta do longínquo e não reduzir os lugares de memória a meros locais moldados pelo hábito.

Nesse contexto, há a necessidade de abordar junto aos/as estudantes não apenas o aspecto palpável das cidades – que permite percorrer diversos períodos e acontecimentos históricos - mas também o que está submerso, por meio da inserção de outras fontes, tais como, fotografias, músicas, artigos de jornais, relatórios, projetos urbanísticos, etc. que expunham mais sobre Macapá. Desta forma, o ensino de História poderá revelar tanto as transformações ocorridas nesses espaços, como também fazer emergir outros modos de viver invisibilizados pelo discurso hegemônico, permitindo abrir horizontes aos docentes e discentes, adentrando na história de outro tempo e espaço (ORÇO; GANDOLFI; TUZZI, 2014).

Será através de um Caderno Temático com os lugares soterrados de memória, confrontando diferentes linguagens e fontes documentais, que o/a docente motivará o/a estudante para o conhecimento histórico, de maneira que ele se familiarize com outras formas de representação de uma parte da realidade histórica. Para Schmidt e Cainelli (2004) é necessário tornar o ensino mais dinâmico, ajudando o aluno a sair de sua passividade, reduzindo a distância de sua experiência com outras realidades. O uso de documentos possui uma força social que deve ser oferecida no mundo escolar, uma que desperta no jovem um interesse maior pela história, seja como aluno, seja como cidadão (ABUD; SILVA; ALVES, 2010).

Dentro das discussões acerca das estratégias de aprendizagem, a cidade insere-se num campo maior, a história local, não mais privilegiando abordagens políticas e administrativas da organização do poder local e regional, ou então como mero reflexo do global - sem articulá-la com os processos históricos mais amplos - mas abordada como um ponto de partida da aprendizagem histórica. Desta forma é que se permitirá orientar os sujeitos a constituírem uma consciência histórica, reconhecendo as diferentes experiências históricas das sociedades. A esse respeito Manique e Proença enfatizam a importância da história local, pois:

desenvolve no aluno a capacidade de analisar criticamente o seu entorno escolar e social, ao mesmo tempo em cumprem o papel de facilitar a estruturação do pensamento histórico e de lhes fornecer um quadro de referências que os ajude a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço-temporal das comunidades local e nacional (MANIQUE; PROENÇA *apud* CAIMI, 2010, p. 69).

Assim sendo, o processo de ensino-aprendizagem da história local conduz a uma reflexão crítica acerca da realidade social e, mais ainda, é referência para a construção da identidade dos alunos e de seus grupos de pertença social. Sabe-se que essa proposta vem favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, pois tem a preocupação de colocar o aluno em contato com seu ambiente próximo, em situação de observação da natureza e também dos fenômenos socioculturais (CAIMI, 2010). Oliveira (2020) destaca que o trabalho com a história local nos possibilita sair do lugar de reflexo, de subproduto europeu. Para esta autora, tem-se aí a possibilidade de não mais pensar-se que só somos/seremos considerados bons ou evoluídos, se fizemos igual aos ocidentais.

Não obstante, deve-se atentar-se ao conceito de local, reflexão tomada por Erinaldo Cavalcanti em seu artigo *História e história local: desafios, limites e possibilidades*. Neste texto, o autor destaca que a definição de *local* é polissêmica e não pode ser reduzida a uma mera extensão espacial. No diálogo com o Alain Bourdin, este defende que o ‘local’ é um lugar de sociabilidades, marcado pela relação entre sujeito e espaço. Portanto, o ‘local’ é um recorte das

experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados. Nessa acepção, o pesquisador também é sujeito desse espaço conceitual (CAVALCANTI, 2018).

Para Michel de Certeau (2008, p. 65), o local é uma ação do historiador: “o gesto que liga as ‘ideais’ aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador”. Partindo desse pressuposto, Cavalcanti argumenta que um acontecimento, para ser considerado local, deve ser dotado de uma dimensão política que transcende ao espaço físico-geográfico. Logo, no estudo do local, devem-se considerar algumas proposições, a saber: ele não se limita à história do entorno, vista de uma perspectiva etnocêntrica e reducionista; não é um conjunto coeso, passível de ser estudado em sua totalidade; não constitui um desdobramento da história ‘não local’, representada como um encaixe de uma história maior.

Tais ponderações acerca da história local objetivam evitar reducionismos, pois esta é detentora de forças e práticas próprias – mesmo mantendo estreito diálogo com outras práticas ditas nacionais ou globais –, mas não se submete a elas numa relação de subordinação. Nesse sentido, busca-se lograr um ensino de História que potencialize o pensar historicamente, mostrando que os diversos agentes que habitam o espaço da cidade são sujeitos que atuam e interferem na construção e nos desdobramentos das suas experiências, agindo no processo de construção de suas histórias (CAVALCANTI, 2018).

Vale salientar que o trabalho com a história local tem como potencialidade evidenciar fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidade no âmbito da história tida como nacional. Ela vem contribuir para corrigir desvios, deformações e impropriedades das análises globais (BARROS, 2017). Portanto, essa abordagem vem ajudar conhecer outras experiências históricas e o reconhecimento das variadas identidades que compõem a nossa comunidade. É a cidade ressignificada nas memórias que se quer fazer emergir, pois nesse estudo despreza-se “a história convencional, que afasta do concreto, mas fareja na história a cidade e a cidade na história” (ROUANET, 1992, p. 50).

Ao utilizar as memórias da cidade como eixo de estudo, focando em diferentes lugares do cotidiano macapaense, os discentes poderão refletir sobre essas experiências, desenvolvendo sentimentos de pertencimento e compreendendo os mecanismos que conferem sentido aos lugares de memória. Dessa forma, esse tipo de estudo vem aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais prazeroso e contribuindo para minimizar a apatia dos alunos frente às aulas de História, quando eles afirmam não saber a função ou o sentido desse componente curricular em suas vidas (ALVEAL; FAGUNDES; ROCHA, 2017).

Para Abreu (1998), essa valorização do passado das cidades tem a ver com os efeitos decorrentes da globalização². Esse momento – visto como uma ruptura de continuidade histórica – tem dado origem a uma busca incessante de referenciais identitários, em que se pregam a revalorização das heranças advindas de tempos antigos. Essa ideia esteve fundamentada principalmente no fim do ideário otimista, iniciado pelo Iluminismo, que vislumbrava no futuro a plena realização do progresso da humanidade, associada ao desenvolvimento técnico e científico.

Contudo, diante dos acontecimentos do séc. XX, essa fé entrou em crise. Guerras, fomes, capacidade de autodestruição, desagregação ambiental, dentre outras incertezas e angústias, acabaram fazendo com que as sociedades mudassem suas visões de mundo, agora mais focadas no presente e revalorizando o que construíram em tempos passados. Abreu destaca que: “Materializado na paisagem, preservado em ‘instituições de memória’, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando suporte mais sólido à essa procura da diferença” (1998, p. 79). Logo, a busca da identidade dos lugares tem sido fundamentalmente uma busca do passado.

Nesse sentido, a necessidade de se preservar a memória das cidades ganha importância e constitui uma tendência na busca das memórias/raízes, engajando-se num movimento de preservação daquilo que sobrou do passado. Martins (2018, p. 139) afirma que “Ao olharem ao seu redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade [...] símbolos de permanência, certo legado do passado. Sem essas referências, tudo se torna insuportavelmente fugidio, transitório, sem sentido”. Adentrando nesse aspecto, entende-se que a memória das cidades é elemento fundamental da constituição da identidade de lugar. Logo, é importante que se discuta o que se entende por memória, quais as suas dimensões e como ela se relaciona com a história.

A memória, conforme Abreu (1998, p. 82), “é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações”. Porém, nesse estudo não será concebida apenas como faculdade humana de conter informações, mas sim como fator essencial de identidade de um lugar. Logo, o que importa não é discutir a memória no seu formato individual, por definição única e subjetiva, mas aquela entidade compartilhada, a memória de um lugar, de uma cidade e, portanto, coletiva.

² Para Martins (2018) as pessoas e os grupos sociais, submetidos as tensões da sociedade global, experimentaram uma “perda de direção”, onde antigas certezas foram deslocadas e as nações passaram a reexaminar suas experiências de vida passando a repensar suas identidades. A partir desse momento ressurge, então, uma revalorização da memória.

Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva*, enfatizou as diversas formas sociais da memória. Para este autor, a memória individual está diretamente relacionada à pertença social do indivíduo ao grupo. Logo, a sua reconstrução “só se opera a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 29). Ou seja, só temos a capacidade de lembrar quando nos situamos no ponto de vista de um ou mais grupos.

Partindo deste pressuposto, Halbwachs (1990) deu uma importante contribuição a esse debate. Ele introduziu o conceito de *memória coletiva*, definindo-a como um conjunto de lembranças construídas socialmente que transcende o indivíduo. Para ele, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A capacidade de lembrar não é determinada pela aderência de um indivíduo a um espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte. Assim, é por meio das referências sociais contidas nas lembranças individuais que se obtém uma memória compartilhada, intersubjetiva, uma memória coletiva. Esta pode estar na residência familiar, no bairro, no trabalho e, no caso enfocado, na cidade onde moramos.

Por entender que a memória coletiva está sempre se redefinindo, Halbwachs afirma que, enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la. Contudo, quando se quer lembrar o que já está muito distante, é que ela tende a se transformar em memória histórica. Logo, as memórias coletivas se eternizam muito mais em documentos do que em paisagens. Daí o valor dos registros que ajudam a transformar a memória coletiva em memória histórica. São esses escritos que nos possibilitam contextualizar os testemunhos do passado dentro da perspectiva da paisagem. Torna-se fundamental que se tome consciência de que a abordagem da memória das cidades não se limita à recuperação das formas materiais herdadas do passado, mas deve-se atentar aquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que ainda pode ser recuperado na análise de outras fontes documentais tais como: fotografias, músicas, registros familiares, jornais, etc.

Nessa perspectiva, a cidade é considerada um espaço plural, marcado pelas mais diversas atuações políticas e sociais. Por conseguinte, ela, enquanto local de aderências que ligam grupos sociais entre si, jamais pode ser considerada um coletivo de vivências homogêneas e harmoniosas. Ela se define, antes de tudo, como lugar de dinâmicas muitas vezes conflituosas (CIRIACO, 2003). Nesse sentido, ao falar da memória urbana, estaremos nos dirigindo às relações sociais surgidas a partir de uma memória grupal, a qual se transfigura tanto em cooperação como em conflito e que varia no tempo e no espaço. Indubitavelmente, a vivência

de uma cidade origina inúmeras memórias coletivas que podem ser divergentes umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência de uma mesma cidade.

Contudo, nem todas as memórias coletivas estão registradas, pois muitas se perderam no tempo, o que faz com que atualmente apenas tenhamos fragmentos de memória coletivas e, na maioria das vezes, oriundas das classes hegemônicas que procuraram deixar registradas materiais como atestados de uma memória urbana. Essa memória não se resume apenas aos registros que ainda subsistem, mas também à própria criação das instituições de memória, expressando o poder da classe dominante sobre a memória e a cultura.

Em obra considerada referência para este estudo – *Memória, esquecimento e silêncio* – Michael Pollak (1989) introduz o conceito de *memória subterrânea* como parte integrante do estudo das culturas minoritárias, pois esse privilegia a análise dos grupos excluídos em detrimento da memória tida como oficial. Para Pollak – ao contrário de Halbwachs, que entende a memória coletiva como elemento de coesão social – a memória coletiva também é uma forma de imposição ou violência simbólica que exclui sujeitos da história por estes não se alinharem à imagem que o Estado deseja construir.

Sabe-se que, para se oficializar uma memória coletiva que se pretende nacional, existe um trabalho de enquadramento no qual a memória se alimenta do material fornecido pela história, visando sustentar a ideologia estabelecida e manter as fronteiras sociais, ou seja: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum” (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 111). Na esteira dessa discussão, Francisco Silva argumenta: “Temos nestes textos uma memória que se quer nacional, patriótica e triunfale-lamentosa. Mas é em essência apagadora de outras memórias e histórias específicas dos subalternos colonizados e dominados” (SILVA, 2016, p. 128).

Neste sentido, a toponímia – análise etimológica e/ou histórica dos nomes dos lugares – é uma rica fonte para o estudo do modo como as cidades formam uma memória enquadradada. Nomes de ruas, escolas, praças e bairros fazem parte da história hegemônica. A cidade hipervisibiliza uma memória, insistindo em algo que tem que ser lembrado. Contudo, essa é só a ponta do iceberg. Observa-se que uma parte das memórias coletivas se articula com a memória dominante, enquanto outras, ao contrário, viram memórias subterrâneas. É necessária uma maior disposição por parte do pesquisador para encontrar, por meio do cruzamento de fontes, o corpo, a ressignificação do passado.

Conquanto, ainda existe a possibilidade de revelar experiências históricas que não tiveram visibilidade no âmbito da história oficial, uma vez que podem ser abordadas por meio

de diferentes registros, a depender da análise do historiador na busca daquilo que está oculto, evidenciando que o silêncio sobre o passado, quando problematizado, pode ser superado. Nessa perspectiva, a abordagem das memórias sobre a cidade é uma forma de recuperar a trajetória dos grupos excluídos, servindo de instrumento de intervenção social e atribuindo um papel central às relações entre memória e história (FERREIRA; FRANCO, 2013).

Adentrando nesse aspecto, é acertado afirmar que existe um imbróglio acerca da memória no ensino de História. Neste ponto, é importante ressaltar que esta pesquisa, ao tratar de memória, não se remete às tradições orais, uma vez que não se utilizará da metodologia da História Oral. A memória que se propõe será evocada através de linguagens como música, poesia, literatura, pintura, e fontes históricas, como a registros fotográficos, registros familiares e paroquiais, relatórios, textos jornalísticos, artigos de jornais etc.

Sabe-se que toda fonte histórica é condicionada pelo tempo, pelo espaço e pela sociedade que a produziu. Ela não é, necessariamente, uma contrapartida à história oficial e não substitui a pesquisa histórica nem o conhecimento por ela produzido (OLIVEIRA, 2010). Jacques Le Goff, no livro *História e Memória*, apresenta uma preocupação com as retificações que devem ser feitas à memória, a qual se constitui a partir das vivências dos sujeitos, numa relação inacabada entre presente e passado. Assim, a memória é essencialmente deformada e anacrônica. Logo, é desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, a corrija: “A História deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 1990, p. 23).

Ao contrário do que pensavam os historiadores chamados de “positivistas”, a história não é neutra. Marc Bloch, na defesa de seu método “regressivo”, ressalta que a qualidade mestra do historiador é a apreensão do que está vivo, ou seja, do seu presente. O historiador precisa, assim, olhar os acontecimentos ao seu redor. Desenvolvendo uma sensibilidade histórica, o historiador não é imparcial; ao contrário, é definitivamente influenciado pelo seu tempo e como tal deve “observar, analisar a paisagem de hoje, pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto do que é necessário e indispensável partir” (BLOCH, 2001, p. 67).

Nesse sentido, a História deve se prover de um método que – ao contrário da memória – se utilize de operações intelectuais postas à prova constantemente. Por isso a História está sempre se reconstruindo, permitindo que, dessa forma, falsas interpretações sejam detectadas e denunciadas. O historiador não pode abandonar sua função crítica, conforme aponta Raphael Samuel (1997, p. 44):

a memória é primitiva e instintiva; a segunda, autoconsciente. A primeira vem naturalmente à mente, a segunda é produto da análise e reflexão [...] onde a memória

pode apenas trabalhar em termos de imagem concretas, a história tem o poder de abstração. Onde a memória é deformada pelo tempo, a história é linear e progressiva.

Logo, o fato de a memória ser suscetível a diversos usos e manipulações, cabe ao historiador analisá-la e torná-la objeto de estudo. A História está sempre reavaliando os referenciais que contextualizam a memória, relativizando-a, pois ela precisa dar conta daquilo que foi esquecido, mesmo que não consiga restituir o passado tal qual ele aconteceu. Para Nora (1993, p. 9), “a história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Contudo, é dever do historiador aproximar-se ao máximo do passado, referenciando-se na História e não na memória. Neste atinente Raphael Samuel (1997, p. 45) esclarece:

Por um lado, a história fragmenta e divide o que no original pode ter-se apresentado como inteiro...Por outro lado, a história compõe. Integra o que no original pode ter sido divergente...E cria uma narrativa consecutiva a partir dos fragmentos, impondo ordem no caos e produzindo imagens muito mais claras do que qualquer realidade poderia ser.

Nesse sentido, a História implica numa série de rasuras quando se pretende dividir o que está por inteiro e, assim, encontrar detalhes dignos de serem rememorados; mas também a História faz emendas, quando sintetiza diferentes informações e contrapõe as diversas experiências. Dessa forma, a História se apropria, de modo consciente, das lembranças/registros voluntários e involuntários, ordenando as dissonantes percepções do passado e construindo um saber novo à luz do presente.

Urge considerar que a memória guarda narrativas dos diversos grupos sociais. Cabe ao historiador elucidá-las, confrontando essas narrativas (OLIVEIRA, 2010). Este estudo, mais do que identificar os lugares de memória nas narrativas hegemônicas, buscará compreender, através da análise de fontes documentais, as mudanças e seus modos de expressão na paisagem da cidade. Para Oliveira (2020) é necessário que se identifique outros dados, informações, sujeitos que devem ser estudados para entendermos como a história foi se constituindo. Ángel Rama (1985, p. 53) apresenta a cidade como um lugar vislumbrado por diferentes olhares:

As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas. A física que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação e a simbólica que ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racional pode decifrar, encontrando sua ordem.

Tais reflexões denotam que as paisagens urbanas possuem marcas significativas, expressas materialmente, captadas pelo olhar do visitante, mas não apenas por ele. Existe

também a percepção de quem está mergulhado na vivência das casas e das ruas, que (re)elaboram e reconhecem os significados daquilo que está visível ou não, mas que participa das significações das diferentes paisagens. Para estes, a cidade se desdobra em pólos dialéticos que envolvem o seu observador revelando uma ordem que fundamenta a sua identidade.

A memória sobre as cidades, torna-se imprescindível na medida em que esclarece o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, as pessoas não têm como compreender a história de sua própria cidade, como o espaço urbano foi modificado pelo homem através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou (ORIÁ, 2019). Para Paulo Freire (2019), é preciso que se compreenda que o homem está no mundo e com o mundo, pois as pessoas só respeitam e se identificam com aquilo que conhecem.

Existe, no ensino de História, a necessidade de superar o verbalismo das aulas circunscritas a temporalidades remotas com as quais os alunos da escola brasileira não se identificam e onde não reconhecem suas experiências, menos ainda seu grupo de pertença. Vale ressaltar que o trabalho pedagógico, que visa incorporar os estudos locais, carece de subsídios como bons livros didáticos, mapas, recursos iconográficos, fontes devidamente catalogadas e disponibilizadas, pois: “Em geral, são constituídas de dados, textos, encartes, materiais produzidos pelas prefeituras, pelos órgãos administrativos locais, com o objetivo de difundir a imagem do grupo detentor do poder político ou econômico” (CAIMI, 2010, p. 70).

Pretende-se assim analisar diferenciadas fontes documentais de forma que se possa ter acesso a experiências dos diversos atores sociais que fizeram/fazem parte da história de Macapá, de seus lugares de vivências, existentes ou não concretamente, mas que subsistem nos registros daqueles que vivenciaram as transformações pelas quais nossa cidade passou. Segundo Bosi (1994, p. 452): “Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? (...) À resistência muda as coisas, à teimosia das pedras, unem-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”. Em outras palavras, é na memória dos seus mais diversos atores sociais que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, a sua própria história. Sem ela, perde-se o elo afetivo que propicia a relação entre o habitante e a cidade.

Para Torrão Filho (2004), é importante compreender que estudar a memória das cidades, é perceber nela um embate de saberes e temporalidades que se cruzam. É na combinação de diferentes fontes, que se observará o emergir de uma camada mais profunda, reveladora de uma visão de mundo que ainda permanece viva (GAETA, 1995). É, portanto, nesse diálogo, que se pretende encontrar o que está submerso, o que a cidade explicitamente não diz. Torna-se fundamental, nesse caso, constituir um sólido referencial para a revalorização da memória sobre

a cidade, em que se coloquem os docentes no papel de orientar os/as estudantes a pensarem historicamente e, a partir dessa compreensão, analisarem o contexto da sociedade em que estão inseridos e assim terem condições de desenvolver qualificadas intervenções.

1.1 - Memória e ensino de História

A História e seu aprendizado podem ocorrer em qualquer lugar, seja em salas de aula, bibliotecas, museus, como também em parques, rios, ruas e nos mais diversos espaços rurais ou urbanos. Dentro de cada contexto, o valor conferido a este ou aquele lugar se difere na importância que a memória individual ou coletiva atribui a cada espaço. Esta pesquisa pretende dialogar com os campos da história e da memória através da combinação de linguagens e fontes históricas, buscando nelas indícios para a observação e interpretação da experiência histórica, para que possam ser feitas as articulações entre a história vivida e história ensinada.

Considerando a memória sobre a cidade de Macapá como um fio condutor para trabalhar a história local, pretende-se discutir as percepções de grupos sociais invisibilizados com os processos históricos relacionados ao seu lugar de vivência. Ou seja, é através de um Caderno Temático dos lugares de memória soterrados que professores/as poderão oferecer uma experiência pedagógica que promova um diálogo com as experiências do passado. Assim, os/as estudantes poderão refletir sobre a realidade onde estão inseridos e, como sujeitos sociais, desenvolvam sua capacidade de análise e intervenção crítica da/na realidade.

Nessa senda, entende-se que o espaço urbano da cidade de Macapá deve ser foco da experiência escolar, uma vez que os aspectos locais, quando problematizados pelo docente, possuem uma força metodológica com elementos simbólicos e operações de memória de um texto que é dado ali. Nele, os/as estudantes terão diante de si problemas da sociedade e do mundo, visto ser a cidade testemunha material da presença simultânea de diferentes tempos. Ao estabelecer a relação entre memória e território urbano, pretende-se observar o que que tem sido construído como memória social e a quem tem sido negado o direito a ela.

Este estudo, ao tomar a memória na materialidade da cidade, enxerga nela uma possibilidade de aprendizagem. A cidade deve ser problematizada por meio do exercício de aprender a olhar a composição dos seus espaços e pensar no que se vê, desenvolvendo uma sensibilidade de observação. Freire (2019) sinalizou para a necessidade de se (re)aprender a olhar a realidade, objetivando interpretá-la e compreendê-la, uma vez que há nela uma natureza testemunhal que são lamentavelmente esquecidas pelas escolas. Ou seja, há a necessidade de ampliação da percepção investigativa para além dos muros escolares, assim como a (re)leitura

de outras fontes documentais que dialoguem com os materiais comumente utilizados nas salas de aula.

Nesse sentido, é necessário revisitá-las concepções sobre a relação entre memória e história e como esses elementos são ensinados na escola. Caimi (2007) sugere que os/as estudantes não têm aprendido História, pelo menos não do modo adequado e suficiente. Para esta autora, os conteúdos escolares priorizam a memorização dos fatos em detrimento do raciocínio, da construção e da descoberta do conhecimento histórico. Assim, os assuntos escolares, muitas vezes apresentados como pacotes-verdade, desconsideram e desvalorizam as experiências cotidianas e as práticas sociais, impossibilitando aos/às estudantes sentirem-se sujeitos históricos.

Guimarães (2012) afirma que uma das principais características dessa História ensinada nas escolas é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais e políticas são omitidos do currículo. Esse apagamento e essa simplificação do conhecimento histórico escolar tinham como intencionalidade educativa a introjeção de ideias, tais como: vocês não fazem história, a história é feita por pessoas, que não somos nós. Logo, para os/as estudantes é como se nada fosse seu e nada pudessem mudar. Nessa perspectiva, têm-se uma História construída por uma cultura dominante que foi compartilhada, sustentada e interiorizada pela maioria (CARRETERO, 2010).

Nessa rota, é necessário lembrar que os diversos estudos sobre a história do ensino de História no Brasil (NADAI, 1993; FONSECA, 2017; BITTENCOURT, 2018) demonstram que, desde a sua constituição como disciplina, no século XIX, a História tem desempenhado a função precípua de construir uma identidade nacional entre crianças e adolescentes. Esta disciplina deveria cumprir a tarefa de consolidar um discurso ancorado na necessidade de escolarização e construção de uma memória coletiva, estruturando-se no aspecto identitário da sociedade brasileira. Elza Nadai (1993, p. 146) assim observa:

A História inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História Pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando um papel extremamente secundário [...] consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas.

Nesse sentido e diante da necessidade de se criar um Estado politicamente organizado, os conteúdos selecionados para a História do Brasil tinham como referência a formação do cidadão para a pátria. A criação do Colégio D. Pedro I, por exemplo, em consonância com Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), gestados no ano de 1838, formaram a base desse projeto. Em sua concepção de ensino, produziu-se uma história voltada aos estudos dos

acontecimentos políticos, da genealogia das nações, evidenciando as “datas importantes” e seus “grandes personagens”. No trecho a seguir, Cainelli (2010, p. 22) destaca:

Durante quase todo o século XX os conteúdos relacionados à história política foram predominantes no ensino de História. Os manuais didáticos contemplavam como conteúdos a história das instituições políticas brasileira, a história dos governos, dos líderes governamentais, das disputas em torno do poder seja por guerras, revoluções ou revoltas.

Logo, a História Nacional, consolidada na escola, teve como referencial uma narrativa política do país e da Europa. Esse projeto se firmou numa ação deliberada de esquecimento ou acomodação da presença de grupos sociais subalternos na história oficial. Para Horn e Germinari (2013), o sistema educacional contribuiu como meio de irradiação do conhecimento considerado mais relevante por determinada categoria social, que o constrói e o domina, em detrimento de outras tantas formas de pensar e agir sobre a natureza e o mundo.

Essa paisagem historiográfica que negligencia memórias de determinados grupos sociais permanece atualmente. Para Delgado e Ferreira (2013), a história ensinada nas escolas, de maneira geral, tem como diretriz o fornecimento de uma orientação única e linear. Esse ensino gera um conhecimento histórico naturalizado, sem que se atente para a própria dimensão de sua construção e das diversas interpretações possíveis de serem apresentadas. A esse respeito, Mário Carretero (2010, p. 21) enfatiza:

As versões escolares parecem articular, por um lado, uma construção de narrativas sobre a base de um relato único, o qual funciona mais como um implante de lembranças do que como uma memória; esse conjunto de lembranças, enfeitado como uma bela estampa, pede doses intermitentes de vivências e de esquecimento.

Desta forma, a não problematização das memórias resulta na simplificação da história, onde se conta algumas narrativas e se negligenciam outras. Para Moreira e Candau (2008), o processo de construção do conhecimento escolar sofre, inegavelmente, os efeitos das relações de poder. Nesse aspecto, Chimamanda Adichie assinala: “Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. [...] Poder é a habilidade de não apenas contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja a sua história definitiva.” (2019, p. 22-23).

Desta forma, é inegável afirmar que existe uma hierarquia onde se legitimam saberes socialmente reconhecidos, enquanto estigmatizam-se os saberes populares. Nessa classificação silenciam-se as vozes de diferentes grupos sociais, classificando seus saberes como indignos de serem ensinados e aprendidos no escola, reforçando, indubitavelmente, as relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam a estrutura social

brasileira. Guimarães e Silva (2012) afirmam que o campo de produção de currículos é sempre permeado pelas relações de poder e de autoridade, para definir, selecionar, excluir, enfatizar, projetando um dado da educação da sociedade por meio da educação escolar.

Nesse percurso, é relevante relacionar o conhecimento escolar enquanto um elemento central no currículo. Bastos e Silva (2019) assinalam que o currículo formal³ deveria consistir numa seleção dos elementos culturais da sociedade. A partir dele, caberia refletir - sob critérios de seleção de conteúdo, métodos de ensino e processos avaliativos -, que tipo de sujeitos pretende-se formar para que estes possam vivenciar o seu presente, compreendendo a sua realidade. Para Gomes (2008) é necessário que se reconheçam interesses, diversidades e diferenças sociais. Contudo, ainda existe uma enorme distância entre o que é oficialmente prescrito e o que ocorre nas salas de aula.

É inegável que um ensino de História que não promove reflexões, nega outras possibilidades de existências e experiências sociais. Nessa esteira, destacam-se as recentes propostas curriculares de História para o Ensino Fundamental, como um campo de disputas que vem proporcionando impactos significativos no ambiente escolar. É notório que é na definição de conteúdo, práticas e finalidades do currículo que se mostra a face mais visível da intervenção do Estado na educação. Para Abud (2019, p. 29):

Os currículos e programas das escolas públicas, sob qualquer forma que se apresentem (guias, propostas, parâmetros) são produzidos por órgãos oficiais que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto dos professores e os ‘interesse dos alunos’. [...] são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de história de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade.

A definição do que deve ser estudado e, no caso da História, do que deve ser lembrado ou apagado da memória coletiva é encontrada nas propostas curriculares. Logo, é necessário pontuar como está ocorrendo a seleção do conhecimento a ser ministrado aos/as estudantes. Sabe-se que os conteúdos tradicionais prescritos no ensino fundamental começaram a sofrer alterações significativas na década de 1980, como parte da política do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC). Na busca de recuperar qualidade do ensino, o MEC se comprometeu a realizar uma reformulação que atendesse aos novos pressupostos

³ De acordo com Bittencourt (2019) existem três tipos de currículo, a saber: o currículo formal (normativo ou pré-ativo), escrito pelo poder educacional instituído, onde se prescreve o conhecido histórico escolar a ser produzido em sala de aula; o currículo real (ou interativo) praticado por professores/as e estudantes no ambiente escolar, em decorrência dos propósitos de ensino e do projeto político pedagógico, e o currículo oculto, onde se impõe às ações, normas e comportamentos vivenciados no espaço da escola, mas sem registro oficial.

educacionais. Nesse contexto, foi apresentada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB: 1996), que determinou:

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Ou seja, os objetivos da educação nacional não mais se limitariam à assimilação de conteúdos prefixados em âmbito nacional, mas contemplariam as singularidades e as especificidades dos lugares de vivência dos/das estudantes. Nesse sentido, os jovens teriam condições de utilizar informações locais, adquirindo condições de intervir, participar e até transformar a sua realidade. Como foco irradiador desse movimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs: 1997), vieram reforçar a LDB:

Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial (PCNs, 1997, p. 34).

A partir dessa década, esse documento se torna referência na elaboração de currículos nos estados e nos municípios brasileiros. Os estudos de história local, segundo os PCNs (1997), constituem uma via para a aprendizagem histórica, visto que permitem a abordagem dos contextos mais próximos em que ocorrem as relações sociais entre estudantes, docentes e o meio onde vivem (BITTENCOURT, 2018). Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem de história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica da realidade social, assim como também é referência para a construção da identidade e dos grupos de pertença social dos/das estudantes (CAIMI, 2010).

No campo do ensino de história, Bittencourt (2007) ressalta que essas proposições curriculares buscavam responder sobre os rumos do país e sobre o significado de ser brasileiro. A identidade nacional, concebida por um passado unificado homogêneo, já não mais se justificava, seja para os setores liberais – hostis às reivindicações nacionalistas, especialmente de caráter econômico – que aplaudiam as privatizações, seja para os grupos de esquerda, que defendiam a pluralidade e a diversidade sociais como base para se entender o passado da nação. Na reflexão sobre a proposta curricular dos PCNs, Barbosa (2006, p. 82) afirma:

Ao contemplar a questão do sujeito histórico e da memória, apresenta-se [...] a possibilidade de superação da visão arraigada por tantos anos, do ensino de história que privilegiava grandes personagens e atos heróicos, configurando uma parcialidade em que predominava o relato do vencedor, do conquistador, do colonizador e do homem branco. [...] o enfoque na ação do aluno não como aprendiz passivo, mas como construtor de saberes e de sujeito capaz de, através da recuperação da memória das pessoas comuns e de grupos específicos não contemplados até então pela

historiografia tradicional, desenvolver ações práticas na sociedade em que vive, o que tornaria a aprendizagem da história mais significativa.

Mais recentemente, no ano de 2017, em âmbito nacional, o MEC aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, voltada para o Ensino Fundamental, finalizando um processo de lutas políticas intensas em torno do currículo para o ensino de História nos níveis de Educação Básica. A concretização desse documento está relacionada a uma demanda da Constituição Federal de 1988, pela LDB e prevista no Plano Nacional de Educação (PNE: 2001). Para Moreira e Candau (2008), o PNE objetivou sistematizar o que deveria ser ensinado nas escolas do Brasil contemplando as principais concepções teóricas, historiográficas e metodológicas defendidas pelos pesquisadores do campo, sendo assim definido:

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos e aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 7. Grifo do original).

Como o próprio documento explicita, a BNCC (2017) é a “referência nacional para formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2018, p. 8). Essa orientação encontra-se na Resolução n. 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional (BRASIL, 2017). Como a BNCC tem caráter normativo, o artigo 5º da referida resolução, em seu parágrafo 1º, explicitou que ela:

Deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores da infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade (BRASIL, 2017).

A BNCC é tão importante que serve como instrumento orientador não apenas para os currículos de estados e municípios, mas também para as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas, assim como para o estabelecimento de políticas educacionais como, por exemplo, a seleção e a distribuição dos livros e materiais didáticos para as instituições públicas por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático). Além disso, a

⁴ A BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017, pela portaria nº 1570, assinada pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho.

formação continuada dos/as professores/as deve ser pautada pelas orientações presentes na “Base”.

Nesse aspecto, Silva (2020) assinala que o currículo não é neutro, imparcial e estático, mas um campo de disputas. Pereira e Rodrigues (2018) convergem a esse pensamento, afirmando que o currículo é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e contar o passado, de criar referências ao presente e estabelecer o que deve se tornar uma memória, compondo, consequentemente, uma base para a identidade de todos os brasileiros. É na contemplação de quais memórias devem ser narradas, num jogo de novas aparições e novos silenciamentos, que a História se estabelece.

A proposta da BNCC (2017), em sua versão final, contemplou algumas características da escola tradicional, tais como: uma lista de conteúdos e um conjunto de competências e habilidades pré-estabelecidas de forma esquemática; mecanismos de produção de conhecimento que não dialogam com a memória nem com os saberes dos/das estudantes, muito menos das comunidades onde eles residem; simplificação dos saberes da ciência de referência; esvaziamento do ensino de História de seu potencial crítico sobre as temporalidades, narrativas e identidades dominantes; escrita de fatos históricos enclausurados em passados distantes (PEREIRA; RODRIGUES, 2018)

No estabelecimento das competências e das habilidades, essa determinação negligenciou o movimento que foi construído pelos PCNs (1997), que visava combater as formas esquemáticas e não-processuais de compreensão do currículo. No tocante à questão das identidades, quase não se percebe a construção de relações de pertencimento, já que se desconsidera o modo como as identidades se constituem e a maneira como a memória nacional foi construída no Brasil. Ao se instituir a necessidade de o/a estudante assumir uma “atitude historiadora”⁵, as aulas de História parecem transformar-se mais num laboratório profissional do que num espaço em que se consideram os conflitos e as lutas identitárias, como observado na citação a seguir:

Essa concepção foi cada vez mais esvaziada de seu potencial crítico em relação às identidades dominantes e/ou tradicionais e do seu papel de construção/reconstrução da memória [...]. As competências específicas de história para o ensino fundamental aproximam essa atitude historiadora da imagem dos alunos como micro-historiadores, capazes de ler com rigor metodológico o passado e a realidade. Tal compreensão desconsidera tanto as críticas à “história única” quanto os elementos de uma cultura escolar, que exige um olhar atento à especificidade do conhecimento histórico que se ensina na sala de aula da escola básica (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 13-14).

⁵ No desenvolvimento de uma atitude historiadora, os/as estudantes devem apreender os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise para a construção do conhecimento. (BNCC, 2018)

Desta forma, nota-se que essa concepção de ensino desconsiderou os efeitos das narrativas e seus elementos conflitivos, reduzindo o ensino de História a uma transposição da pesquisa realizada na Universidade. Nesse sentido, Caimi (2010) critica a permanência dessa história universal, fria e disciplinada, quando na verdade dever-se-ia defender uma dinâmica de aulas de História que implicasse na possibilidade de não apenas novas conceituações, mas também de novas experiências sociais. Para Caimi, existe uma urgência em se trazer outras vozes que façam borrar as fronteiras entre presente e passado.

O impacto dessa normativa nos estados, mais especificamente no Amapá, resultou na construção do Referencial Curricular Amapaense (RCA), em 2018. Em 2019, ele foi homologado pelo Conselho Estadual de Educação (CNE) e lançado pela Secretaria Estadual de Educação (SEED) em maio do mesmo ano. No mês de agosto de 2019, teve início a formação dos profissionais de educação para a implementação da BNCC (2017) e RCA (2019). Essa implantação nas escolas começou no ano letivo de 2020, em meio ao caos pandêmico⁶, ou seja, ainda não foi efetivamente implantado.

Por meio do RCA, caberia à rede estadual de ensino adequar-se à Base Nacional, incorporando aspectos da cultura e da história amapaenses nesse documento. Entretanto, ao menos nos anos finais do Ensino Fundamental, não houve mudanças significativas, prevalecendo a permanência majoritária de conteúdos europeizados. Os objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e as habilidades (aprendizagens essenciais que se buscam desenvolver nos/nas estudantes) que se referem à História do estado e da Amazônia são mínimos. Outra questão crucial refere-se à retirada da disciplina de Estudos Amapaenses e Amazônicos (que tratava da história local) do RCA, notando-se, mais uma vez, o caráter excluente e hegemônico do currículo formal de História.

O que se observa é que a BNCC manteve a “tradição escolar” narrativa, representando um retrocesso nas discussões acerca do ensino de história local, perdendo a oportunidade de oferecer uma educação mais consciente, engajada e ativista. Uma educação de qualidade, jamais deve produzir subjetividades competitivas, produtivas e submissas, mas sim gera conhecimentos e experiências que contribuam para formar sujeitos autônomos, críticos e

⁶ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional, por surto de novo Coronavírus (2019-nCoV.). Todos os setores da sociedade sofreram fortes impactos, inclusive a educação que não contava com suporte para oferecer o ensino remoto ou a distância, muito menos implantar, de maneira produtiva, as determinações legais contidas na BNCC. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/1653/pt-BR>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022.

criativos, de forma que eles possam compreender a realidade da qual fazem parte e contribuam para a sua transformação (MOREIRA; CANDAU, 2008).

Nesta senda, faz-se necessário salientar outro lugar privilegiado de gestão da memória e do saber legitimado decorrente do currículo: os livros didáticos. Esses materiais são selecionados pelo PNLD e, para isso, devem seguir as determinações da BNCC (por exemplo, com os objetos de conhecimento e as habilidades). Nos anos finais do Ensino Fundamental, os/as professores/as conferem uma importância muito grande a eles na definição dos conteúdos a serem ensinados em busca de sustentação de suas práticas em sala de aula. A escolha dos assuntos e dos métodos de ensino acabam sendo definidos de forma geral, pelos manuais didáticos, como saber concreto, pronto, indiscutível e como um fim em si mesmo. Sobre a sua utilização, Bittencourt (2019, p. 72-73) evidencia:

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor.

Para Cainelli (2010), é necessário pontuar que o livro didático, como disseminador de conteúdos legitimados pela ciência histórica, também se constitui como formador de identidade e fiel depositário de memórias. Ele é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de cultura (BITTENCOURT, 2019). O seu uso pode auxiliar o ensino de História, mas também pode levar ao seu entendimento como algo pronto e acabado, sem considerar o contexto e os sujeitos envolvidos a depender da formação do/da professor/a e do senso crítico dos alunos. Nesse atinente, Cainelli (2010, p. 28) enfatiza:

A utilização do livro didático e a seleção de conteúdos em parte determinadas pelos currículos e programas faz com que ao ensinarmos história acabemos por priorizar certas habilidades ou operações mentais de cunho mais didático do que relacionados ao pensamento histórico. Como por exemplo: resumir, selecionar, sintetizar, comparar. Nesse caso, a aprendizagem a partir do desenvolvimento de habilidades, que formam o pensamento histórico como deduzir, inferir, levantar hipóteses, narrar, fica perdida.

Esta autora enfatiza que a maneira como ocorre o registro do conhecimento em sala de aula acaba impossibilitando as formas de se pensar *com* e *a partir da* história. Ou seja, é necessário se pensar na relação que se tem com o livro didático. Ele pode ser o único material a que docentes e alunos recorrem no cotidiano escolar, mas também pode ser utilizado apenas como uma obra de referência de consulta. O fato é que o livro didático não pode ser considerado como detentor de saberes inquestionáveis, mas um articulador dos conteúdos a serem vistos em sala e que precisam necessariamente da intermediação do/a docente.

Os efeitos dessas reflexões se traduzem nos resultados que temos na relação ensino-aprendizagem de História. De um lado, os/as professores/as reclamam da passividade dos alunos para o conhecimento, sem interesse ou curiosidade; denunciam também o excesso e a complexidade dos conteúdos, os quais são abstratos e distantes do universo de significação dos alunos. Por outro lado, os/as estudantes reivindicam um ensino mais significativo, articulado com sua experiência cotidiana; desejam menos esforço na memorização e que a aula seja um momento agradável (CAIMI, 2007).

Neste atinente, Carl Rogers é uma referência quando se trata de relação entre ensino e aprendizagem⁷. Para este autor, só ocorre uma aprendizagem de fato significante⁸ quando a matéria de ensino é percebida pelo aluno como relevante para seus próprios objetivos. Este teórico defende que a atmosfera de uma sala de aula deve estar impregnada de confiança e destituída de hierarquia, recaindo a atenção no/na estudante e na sua potencialidade de aprender, de forma a criar condições favoráveis para o seu crescimento e autorrealização (MOREIRA, 2019). Caimi (2007) converge com esse pensamento e acrescenta que uma aprendizagem para ser sólida, necessita que ela ocorra permeada de sentido e significação.

Cabe ressaltar o papel do/a docente na mobilização dos/das estudantes, inquietando-os de maneira que eles possam dar um outro significado às operações desenvolvidas em sala de aula. Assim, o que antes podia ser visto por eles como sem sentido, passaria a ser apreendido como essencial para o processo de compreensão de sua realidade. Para Soares (2010) é necessário despertar nos/nas educandos/as um motivo, relacionando-o ao conhecimento, para que desta forma eles se voltem para o querer saber, para o conhecimento histórico, e assim compreender diversos aspectos de sua vida e da sociedade em que está inserido.

Partindo dessa perspectiva, esta pesquisa busca verificar de que maneira a memória sobre a cidade de Macapá – presente em diferentes documentos históricos, mas esquecidos e silenciados pelo ensino escolar – pode contribuir para uma aprendizagem significante. É necessário que se pense em outras temporalidades, para além daquela naturalizada pela narrativa histórica eurocentrada, que exclui outras possibilidades de vida e empurra todos para um futuro que homogeneiza a história, fazendo das diferenças um demarcador de subalternidade.

⁷ O conceito de aprendizagem adotado neste estudo é aquele que pode ser definido como mudanças relativamente permanentes no potencial para o comportamento, incluindo dimensões emocionais, sociais e da sociedade. Ela deve ter a ver com a capacidade de lidar com os diferentes desafios, existentes e futuros, na vida profissional e em outros campos de atuação. (ILLERIS, 2013)

⁸ Para Rogers, aprendizagem significante é aquela que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe, ou nas suas atitudes e na sua personalidade. É uma aprendizagem que não vai além do cognitivo, se referindo muito mais à significação pessoal. (MOREIRA, 2019).

Ao trazer a memória sobre a cidade de Macapá como objeto de estudo, diversas fontes documentais deverão ser problematizadas e colocadas em diálogo de forma que se evidenciem outras histórias e memórias sobre o município de Macapá. Será por meio de um Caderno Temático com os lugares de memória soterrados que serão tomadas as experiências sociais dos grupos subalternizados como produtoras de um conhecimento válido. Através da inspiração advinda das ideias do educador Paulo Freire (2019), objetiva-se que o/a docente reforce no/na estudante a sua capacidade crítica, curiosidade, insubmissão, oferecendo a eles condições de lerem o mundo, decodificando a sua realidade.

Os pensamentos de Freire (2019) são a base para a construção dessa proposta, visto que ele desenvolveu um pensamento pedagógico que visava despertar no/na estudante a consciência da opressão e da desumanização a que os sujeitos são submetidos, além da necessidade de agir em favor de sua própria libertação. Para Freire (2019, p. 96), a “educação é uma intervenção no mundo. Intervenção que, além do reconhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante, quanto o seu desmascaramento”. Logo, é necessário que o/a estudante se perceba como presença consciente no mundo para assim compreender e intervir na sua realidade.

Nesse sentido, a história local pode ser usada como uma estratégia de ensino que permita ao/à estudante reconhecer-se como agente social, contribuindo para melhorar a sua capacidade de analisar os acontecimentos do dia a dia. Para tanto, é sumariamente importante que o/a docente problematize o conteúdo criando condições de o aluno pensar sobre ele, agregando novas leituras de mundo e seja capaz de formar ou aguçar a sua consciência histórica. (BARCA, 2012). Este conceito, imerso no campo de pesquisa da Educação Histórica⁹, refere-se à aplicação do conhecimento histórico na *práxis*, ou seja, o conhecimento sobre o passado atuaria como um fator de orientação temporal na vida prática. Ao refletir sobre as questões relativas ao ensino de História, Rüsen (2001, p. 44) aponta:

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendizado e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana.

Percebe-se, assim, que a dinâmica do ensino de História deve ir além de conteúdos em direção a assuntos de maior complexidade para que, desta forma, ocorra o processo de

⁹ É um campo de investigação específico que privilegia a construção do pensamento dos indivíduos a partir dos conceitos da natureza do conhecimento histórico. Esses estudos têm como referências a pesquisadora Isabel Barca (2012), em Portugal, e Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, no Brasil.

desnaturalização da própria história. Conforme Marília Gago (2016), a consciência histórica atende a uma interconexão complexa de várias demandas para conferir sentido à vida. Para essa autora, é através deste processo de construção de sentido que se pode nortear a ação do “eu” e do “nós” através dos sentidos/significados das noções de mudança temporal, articulando a identidade humana com o conhecimento histórico.

O papel do/a docente é fundamental nesse processo uma vez que ele é quem deverá orientar o/a estudante a pensar a partir de seu cotidiano e de suas experiências (RAMOS; CAINELLI, 2015). Cabe a ele fomentar nos discentes o reconhecimento da historicidade da própria realidade social, fazendo-os refletir sobre a ideologia dominante na sociedade que busca naturalizar a realidade existente como a única possível. Para Cerri (2011), as consequências dessa intervenção cognitiva adequada, são alunos mais interessados, capazes de fazerem relações e conexões, articulando as necessidades da compreensão da realidade social.

Consoante aos apontamentos acima, Schmidt (2007, p. 195) reitera: “A consciência histórica tem uma ‘função prática’ de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.” Nesse sentido, revela-se que a consciência histórica funciona como uma forma de orientação que trata o passado como experiência para compreender a realidade presente, atribuindo um sentido social ao conhecimento histórico.

Ainda concernente à necessidade de a aprendizagem ser considerada eficaz e significativa, é necessário refletir sobre como ela ocorre em crianças/adolescentes. Para Nelson Piletti (2018), um dos primeiros pontos a serem tratados no âmbito da aprendizagem deve ser o universo de interesse e significação das crianças. Ou seja, deve-se ter o foco em que tipo de motivações elas estão envolvidas, pois a riqueza e a durabilidade da aprendizagem advêm também da dimensão do incentivo.

Mas como fazer para motivar as crianças? É necessário, antes de tudo, que o objeto de estudo a ser apresentado atenda a uma necessidade. Deve-se considerar o seu universo, para, desta forma, garantir que a apropriação do conhecimento seja permeada de sentido e significação, resultando em uma aprendizagem mais sólida. Ressalta-se que o desejo de aprender é inerente a toda criança, mas acaba se tornando um problema quando esta é obrigada a seguir um caminho fixado, onde as imposições do currículo bloqueiam toda a aprendizagem que deveria ocorrer de forma espontânea e alegre.

Carretero (1997) defende que uma das grandes dificuldades do sucesso escolar está na organização da própria escola que, implícita ou explicitamente, condiciona os/as estudantes. Dentre os fatores, citam-se: a dicotomia incidental/intencional, onde a educação desvincula as

ações e os conhecimentos das crianças, baseando-se em “propósitos e intenções humanas”; o emprego máximo da memória a curto prazo; a generalização de esquemas, habilidades e estratégias; a dedicação seletiva às tarefas escolares, dentre outros fatores. Desta forma, denota-se que essa maneira de organização dificulta ainda mais o entendimento do conhecimento histórico.

Nessa linha, o autor mencionado acima assinala que a maneira de se aproximar da complexidade do conhecimento histórico deve perpassar por dois elementos: o conhecimento prévio do aluno e as características do conhecimento social e histórico. Sobre o conhecimento prévio, o mesmo autor destaca quatro características: a) tem significado pessoal, pois faz parte da rede de conhecimento de cada um; b) devido a essa significação, às vezes, tem grande resistência em modificar suas concepções; c) são geralmente afastadas do conceito disciplinar correto; d) por serem construídas no cotidiano, são manifestadas implicitamente (CARRETERO, 1997).

Logo, existe a necessidade do/a docente se desprender das definições verbais prontas e partir para ensinar novos conceitos, utilizando-se daquilo que o/a estudante já conhece. Daí a importância de se identificar o que o aluno já sabe, valorizando-o enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem, e não meramente uma pessoa que responde a estímulos. O docente nesse processo, é um dos grandes artífices da construção dos currículos que se materializam nas escolas. Daí a sua obrigação de, como profissional da educação, favorecer, crítica e criativamente, possibilidades mais atraentes e mais democráticas (MOREIRA; CANDAU, 2008). É o conhecimento prévio do aprendente, decorrente das suas experiências pessoais, uma “condição necessária para construção de novos significados e esquemas” (BITTENCOURT, 2018, p. 161). Nesse sentido, Paulo Freire (2019, p. 30) destaca:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo [...] Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente.

Logo, depreende-se que ensinar não se esgota no tratamento do objeto, mas se alonga à produção das condições em que aprender é possível. Por esse caminho, esta pesquisa terá como propósito final a elaboração de um Caderno Temático com os lugares de memória invisibilizados da cidade de Macapá, a ser apresentado neste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM). Nele, serão elencados lugares de vivências constitutivos da identidade dos mais diversos atores sociais desta cidade para problematizar a leitura de novos enredos que

desenham a historicidade dessa cidade. Como um estudo referenciado localmente, tem-se o intuito de romper com a lógica que elimina narrativas subalternizadas, colocando nas aulas de História as memórias e, com elas, as experiências sociais dos residentes dessa cidade.

Nesse sentido, o/a docente, enquanto produtor e mediador do conhecimento, se utilizará desse material como uma possibilidade de uma atuação educativa mais qualificada. Esse material, ao utilizar as novas linguagens e fontes documentais, pretende possibilitar uma educação comprometida com a superação da prática e cultura seletiva, excludente, segregadora e classificatória na organização do conhecimento (BASTOS; SILVA, 2019). É no ensejo de novas leituras para antigos problemas que o docente possibilitará aos/as estudantes formarem seu posicionamento sobre os fatos, construindo seu conhecimento sobre a história e sentirem-se, de fato, representados na memória.

Assim, ao se utilizar das memórias sobre a cidade de Macapá, busca-se construir narrativas contra hegemônicas que problematizem identidades e representações sobre o local, que desconstruam estereótipos e preconceitos, valorizando as experiências dos mais diversos grupos sociais. Aceder a essa possibilidade é provocar os/as estudantes para além do currículo, convidando-os a tomar parte na elaboração dos questionamentos quanto ao que é consagrado e ao que é esquecido. Pretende-se, assim, dar possibilidades de respostas despertando no aprendiz o seu lugar como agente transformador de seu meio.

2. MACAPÁ, A CIDADE DOS LUGARES INVIZIBILIZADOS

Estudar as cidades é ir além de se nutrir apenas no que está visível aos olhos; antes, deve-se apoderar do saber contido no que está submerso. O olhar sobre a cidade deve-se voltar em conhecer a história por trás de seu espaço físico, de sua urbanidade. Está em vê-la longe de seu aspecto mais convencional que, demasiadamente, a afasta do concreto; mas deve-se descortiná-la, buscando outras experiências vivenciadas. Nesse sentido, Rouanet (1992, p. 50) refletia: “Cada rua para ele [caminhante], é uma ladeira que desce em direção ao passado – o dele e o da cidade”. Logo, a experiência de estudar a memória sobre a cidade deve partir de uma abordagem diferenciada, ultrapassando os limites do que está colocado imediatamente aos olhos.

Nessa perspectiva, Avelino (2021) destaca que a cidade deve ser tomada como um espaço de múltiplas vozes, uma vez que ela é palco das mais diversas vivências e experiências sociais. Para essa autora, o meio urbano é lugar de afirmações, derrotas e solidariedade, onde as tramas humanas se entrelaçam e se desenvolvem. Aula e Silva (2021, p. 16) afirmam que “[a cidade] é espaço de diversidades, [...] onde se materializam conflitos, disputas e negociações.

É espaço da luta política [...], dos vínculos afetivos, das táticas que vão se delineando ao longo da história, produzindo narrativas". É partindo desse olhar, enfim, que será abordada a cidade de Macapá, no estado do Amapá.

Localizada às margens do rio Amazonas, Macapá é um lugar marcado por sucessivas intervenções sobre sua paisagem urbana, desde a sua fundação como vila, em 1758. Tais mudanças estavam enraizadas na esperança de um futuro melhor e na destruição de tudo aquilo que não se relacionasse ao seu desenvolvimento. Um breve percurso pelas ruas de nossa cidade é o suficiente para perceber que a história desse lugar foi marcada por processos de destruição e posterior modificação do meio urbano. O valor do passado vem sendo constantemente negado em nome do progresso, pois nele pouco se observam as marcas de sua historicidade.

A formação histórica de Macapá foi marcada por projetos modernizadores de valorização econômica de seu espaço¹⁰. Esses projetos visavam integrar essa área à economia de mercado nacional e transnacional, promovendo (re)formulações urbanas que apagassesem as marcas do seu passado, tido como decadente. As populações do vale amazônico eram vistas como socialmente atrasadas, sendo reduzidas a uma escala primitiva de cultura, e que necessitaria urgentemente, aos olhos da elite governamental, das mãos do Estado para fazer desenvolver o seu potencial.

É nesse contexto que cabe lançar um novo olhar para refletir sobre as práticas e os viveres daqueles que habitavam nessa região e que, no dia a dia, fizeram/fazem parte da história desse lugar. Sabe-se que se identificar com uma cidade é mais do que morar e trabalhar nela; antes de tudo, significa encontrar nos seus diferentes espaços um sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o quadro geral dessa proposta está em, mais do que observar esses lugares, compreender a historicidade das relações ali vividas. Assim, é por meio dos lugares soterrados de memória da cidade de Macapá que nasce a busca de como as pessoas estão ressignificando o passado de algo, existente ou não, em sua materialidade.

No estudo dessas reflexões, a toponímia da cidade de Macapá é um exemplo de como o poder governamental procurou cristalizar uma memória pretensamente superior. Seja pela presença de nomes dos representantes do poder estatal ou pela afirmação simbólica da religiosidade católica, a toponímia foi grandemente visibilizada naquela cidade, quer nos nomes de escolas, ruas ou praças, a memória oficial está ali, e ela é hegemônica e autoritária. Esta abordagem pode então ser caracterizada como mais um ponto de apoio de uma história

¹⁰ A Região Norte do Brasil era percebida, por grupos políticos e intelectuais, como uma região economicamente problemática. Cabia então ao Governo Federal ocupar e valorizar o espaço amazônico para que este, em definitivo, se integrasse ao restante do país (LOBATO, 2013).

memoricida, ou seja, aquela que elimina os saberes, as memórias daqueles que não fazem parte da História Oficial.

Assim, é mais do que oportuno dialogar com Paul Ricoeur (2007), que afirma existirem histórias que são negligenciadas de propósito pelo discurso hegemônico. Elas são proibidas porque não condizem com aquilo que um determinado governo deseja instituir enquanto memória. Para esse autor, a narrativa possui uma função mediadora. Logo, quando se enfatiza em demasiado uma lembrança, negligenciam-se outras, uma vez que não há possibilidade de se narrar tudo. Nesse sentido, é justamente no excesso de uma determinada memória que se invisibilizam acontecimentos considerados pormenorizados em prol de algo que se deseja manter.

Nessa senda, as estratégias de esquecimento enxertam-se diretamente no trabalho de configuração que a narrativa oferece. Dessa forma, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007, p. 455). É neste ponto que Ricoeur alerta para o perigo da História Oficial – quase sempre detentora das narrativas ideológicas. Logo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador de poder que se veem mobilizados recursos de manipulação que a narrativa oferece. Para o mesmo autor,

o recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (RICOEUR, 2007, p. 455).

É nesse nível que se encontra a memória manipulada, resultante da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação. Em outras palavras, a elite dominante, ao se conferir o título de “herdeira da cultura”, implanta determinadas histórias, enquanto despreza outras, consideradas inferiores, além de, é claro, destituir os seus narradores do seu poder de narrá-las. Assim, a memória imposta arma-se por uma história que ela mesma autoriza, a história aprendida e celebrada publicamente.

Isto posto, Ricoeur conclui que a memória manipulada é, no plano institucional, uma memória ensinada. É, pois, na memorização forçada que se cria a proclamação de uma história comum, considerada como fundadora da identidade de uma nação, por exemplo. Mario Carretero (2014) argumenta que a construção do conhecimento escolar está intimamente relacionada com a elaboração de narrações. Neste caso, as narrativas com as quais o/a estudante mais se depara são as narrativas nacionais. São elas que influenciam decisivamente a forma pela qual eles compreendem as informações sobre o passado, não apenas diminuindo a

importância de outras histórias, mas também influenciando o tipo de explicações causais de determinados acontecimentos históricos.

Desse modo, o uso de narrativas no ensino de História – embora seja uma ferramenta cultural para a compreensão histórica – também implica em inúmeros problemas que dificultam a aprendizagem da História. Sabe-se que as narrativas não incluem absolutamente todos os eventos relacionados a um tema – como bem asseverou Paul Ricoeur – muito menos todos os atores que dele participaram. Nessa linha de pensamento, Carretero (2014, p. 206) assinala:

Um dos objetivos dos nossos alunos deve ser compreender que inevitavelmente as narrativas simplificam a história, contam algumas histórias, mas não outras, falam de certos personagens centrais, porém esquecem outros menos conhecidos e mais anônimos, que às vezes podem chegar a grupos sociais inteiros. Um ensino que pretende desenvolver uma alfabetização histórica deveria convidar nossos estudantes a evitar estes preconceitos e a ter consciência de que existem histórias alternativas, vistas de outras perspectivas, que incluem outros protagonistas.

Assim sendo, o que se observa é que os conteúdos da história escolar se constituem em um “nós identitário” marcado por uma concepção típica do século XIX. Tais conteúdos correspondem sempre às versões históricas dos grupos sociais que controlam o poder político, estruturadas em oposição a outros grupos sociais. Dessa forma, fatos seletos, momentos fortes, acontecimentos simbólicos, grandes personagens, cada peça tinha a sua importância e era cuidadosamente selecionada. Outro fator refere-se à sua própria estrutura causal na qual a história, muitas vezes, é vista como uma narrativa onde tudo se encaixa de forma lógica, passando a ser vista como uma sucessão mecanicista de acontecimentos.

Apresentadas as questões sobre memória e esquecimento, e ante toda a sua complexidade, parece acertado afirmar que, seja pela toponímia, sejam pelas constantes mudanças no espaço urbano, Macapá estaria fundada sob uma memória hegemônica dominante. Tal assertiva procurava ludibriar a iniciativa de conhecer outras experiências sociais, especialmente daquelas que foram marginalizados pela história hegemônica. A esse respeito, Fenelon (1999, p. 7) destaca que “a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação de poder”.

Tal assertiva vem pesar na escolha da cidade de Macapá, pois nela não se reconhecem os diferentes sujeitos que ali circulavam/circulam. Além disso, buscou-se suprimir os vestígios que não dizem respeito à sua modernização. Esse sentimento de crença no futuro foi tão bem realizado que as gerações sucessivas foram perdendo a sua identidade com o lugar onde se radicaram. Para o grupo dominante - que não se identificava com a cultura local, ao contrário, subjugava-a - devemos todos nos desapegar dos antigos valores que nos ligam àquilo que é

considerado primitivo e atrasado. Por essa razão a “cultura cabocla” deveria ser superada. Os modos de vida das populações amazônicas deveriam ser postos de lado, pois urgia fazer desse espaço uma área próspera e economicamente ativa (LOBATO, 2019).

Isto posto, vale ressaltar que se dedicar à produção do conhecimento histórico é reconhecer que existe a necessidade de mergulhar fundo e fazer uma viagem sabendo que nela existem trilhas insurgentes. Cabe ao historiador imbuir-se de seu papel e encontrar o que está submerso, problematizando o passado. Apenas desta maneira poderá permitir que histórias e perspectivas outras partam de grupos que, historicamente, foram excluídos da História hegemônica e, desta maneira, contrapor ou colocar em diálogo. Nas palavras de Löwy (2010, p. 25), ao analisar o pensamento de Walter Benjamin deve-se “levar em consideração a cultura dos vencidos, da tradição cultural dos oprimidos, da cultura popular desprezada e ignorada pela cultura oficial do elite”.

Consoante a esses apontamentos, e partindo da experiência histórica de Macapá, propõe-se um estudo que busque outros referenciais, outros quadros de inteligibilidade que permitam que novas narrativas possam ser reconhecidas nos currículos escolares. É necessário pensar – por meio dos lugares de memória esquecidos – que os diferentes sujeitos que habitam nossa cidade possuem histórias que precisam emergir. Nesse sentido, será através da desnaturalização do currículo que teremos a possibilidade de romper com a verticalização de saberes, fazendo emergir outras histórias que, durante muito tempo, foram negligenciadas.

Para alcançar o objetivo, este estudo propõe inicialmente estudar a cidade de Macapá a partir da perspectiva de três fases importantes de *obreirização*, analisando a cidade através das intervenções urbanísticas sobre o seu espaço. É importante salientar que não se pretende analisar a história de Macapá, em sua totalidade, mas sim abordar momentos específicos de sua existência. Ou seja, propõe-se apresentar as fases em que se deram as modificações mais expressivas no seu cenário urbano.

Nesse sentido, ela será dividida da seguinte forma: Macapá Colonial, Macapá Janarista e Macapá Ditatorial. Essa cidade será compreendida como uma materialidade erigida pelo homem, uma ação humana sobre a natureza. Mas também ela será tomada como sociabilidade, por entender comportar atores e suas relações sociais, além da necessidade de também se refletir sobre seu aspecto sensível, por nela se revelar a percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano (PESAVENTO, 2007).

No tocante à Macapá colonial, cabe entender, a princípio, o seu projeto de construção, datado de 1751, quando as primeiras instruções foram dadas por D. João V para o estabelecimento de uma nova povoação na Guiana Brasileira. Flávio Gomes (1999) ressalta que

essa construção não teve como objetivo inicial atender interesses econômicos, mas sim militares ou geopolíticos, uma vez que tal povoação já havia sido palco de investidas de conquista por franceses, ingleses, holandeses e outros povos exógenos. Logo, nesse período, colonos açorianos¹¹ foram enviados para a fundação da vila de Macapá, localizada estrategicamente numa área de defesa do canal norte do rio Amazonas. Nesse sentido, Castro (1999, p. 129) afirma:

Podemos dizer que o próprio estado do Amapá surgiu como resultado de uma proposta de ação com caráter profundamente bélico, seja de caráter ofensivo - como quando se lutou contra os estrangeiros da região, seja defensivo, com as edificações, povoações e vilas criadas para se garantir a posse da terra para a coroa de Portugal.

Destaca-se que a militarização foi um importante fator na colonização de Macapá, surgindo daí a necessidade de investimentos na defesa das fronteiras, caracterizados principalmente pela instalação de fortificações. Farias e Veloso Neto (2018, p. 59) apontam que, “no início do processo colonial de conquista da América portuguesa, as edificações que marcaram a Costa da colônia eram os fortes e fortalezas, símbolos de controle e fortificação transportados da metrópole para o Novo Mundo”. Dessa forma se estabeleceria o domínio sobre o território costeiro da América portuguesa.

O processo de ocupação dessa região atingiu o seu ápice no período pombalino (1750-1777). Nessa fase, mudanças políticas foram realizadas na Amazônia, especialmente pela necessidade estratégica de se ocupar efetivamente essa região (ALBUQUERQUE, 2007). Para o Marquês de Pombal¹², era necessário cercar de povoações e fortificações áreas que eram interesse de investidas do expansionismo europeu. Utilizando o princípio do *utis possidetis*¹³, foi construída, na foz do rio Amazonas, a Fortaleza de São José de Macapá e, à sombra dessa fortificação, surgiria a vila de Macapá. De acordo com Castro (1999, p. 136):

Foi erguido o que talvez seja o maior monumento à engenharia militar portuguesa no Brasil, ou seja, a Fortaleza de São José de Macapá. Imensa e bem construída, essa fortificação se ajustou razoavelmente às propostas de Marquês de Pombal para a região, servindo de prova efetiva e tangível de que a coroa portuguesa era proprietária do Cabo Norte e de qualquer pessoa que tentasse disputar a posse teria que superar esse gigantesco obstáculo antes de atingir seu objetivo. A fortaleza passava a ser o verdadeiro ‘fecho do Império’ na foz do Amazonas.

¹¹ A estratégia de enviar casais açorianos para a ocupação dessa parte setentrional da Amazônia consistia na visão de barbárie acerca dos povos ameríndios. Para os portugueses, o espaço geográfico da Amazônia era um vazio demográfico, formado por grupos sociais nativos ignorantes e que não sabiam usar racionalmente a floresta. Nesse sentido, era necessário favorecer a migração de homens brancos e cultos, de cultura similar à europeia, para que assim essa região prosperasse (GOMES, 1999).

¹² Sebastião José de Carvalho de Melo, o Marquês de Pombal, foi um político português nomeado por D. José I. Ele promoveu diversas reformas administrativas, econômicas e sociais, durante a segunda metade do século XVII, objetivando ampliar os recursos provenientes da exploração colonial. (BRITO, 2014, p. 24).

¹³ De acordo com esse princípio, os súditos do rei de Portugal teriam direito de ocupação sobre o território brasileiro.

A Fortaleza de São José de Macapá deveria cumprir a missão de proteção/defesa desse território, sendo a mesma fundamental no processo de ocupação. Entretanto, Marin (1999) chama a atenção para outro aspecto: as bases do projeto de colonização, embora enraizadas no plano político de defesa, não estavam alheias à cobrança de resultados econômicos. Era necessário que Macapá revelasse sua faceta agrícola. Assim, Marin (1999) afirma que houve incentivo e direcionamento na gestão de atividades agrícolas, com utilização de mão-de-obra escrava, mesmo que de forma não generalizada, com o crescimento ocorrido especialmente nas últimas décadas do setecentos.

Dessa forma, é fundamental evidenciar que o Estado português, por meio do seu sistema administrativo, buscou impor sua presença em todos os meandros da colonização. Tal controle englobava desde as atividades políticas, jurídicas e, principalmente, econômicas. Para Araújo (1998, p. 26), “Estado e fortificação apresentam-se assim como os elementos que instauraram a gênese do urbanismo colonial português”. Desta forma, no quadro geral urbanístico da Amazônia, encontra-se o Estado pela sua presença estrutural e, nas fortificações, pela presença física que visava a proteção e a vigilância da fronteira brasileira.

Ravena (1999) chama a atenção para a colonização em terras amapaenses, que foi marcada por projetos, mas também por improvisações, embora a produção historiográfica enfatize as estruturas econômicas, dando pouco ou nenhum espaço para as agências humanas. Para essa autora, “planejamento e improvisação eram os ‘ingredientes’ que marcavam a elaboração e execução dos ‘projetos’ de povoamento” (RAVENA, 1999, p. 63). Tais afirmações advêm do estudo de que Portugal era uma nação de finanças desequilibradas, o que fragilizaria a execução de um projeto, de fato, forte e ajustável a possíveis intercorrências.

Entretanto, o Marquês de Pombal tinha objetivos bem definidos quanto ao desejo de transpor para o espaço urbano a idealização de uma cidade modelo. Sabe-se que a necessidade de ocupação/proteção surge *a priori*, contudo ela viria seguida da proeminência do caráter urbanístico que essas povoações deveriam ter, para assim garantir uma maior estabilidade das populações que residiriam residiam nesse espaço. Pombal, tomado pela intenção de mudança e reforma, transpôs para o “Novo Mundo” um ideal que figurou em mais do que modificar estruturalmente aquela região, mas em demarcar um modelo de civilidade por meio do domínio do seu espaço.

A cidade e o urbanismo foram incorporados no projeto político pombalino como peças importantes. Nessa perspectiva, Araújo (1998, p. 65) afirma: “A cidade pombalina é a cidade eloquente, a forma que se pretende falante e persuasiva, que se advoga demiúrgica e capaz de

civilizar os povos". A Vila de São José de Macapá, depois das primeiras tentativas de ocupação, fora oficialmente criada em 1758. Pretendia-se que fosse ela um modelo de urbanização, pois foi o "primeiro" investimento urbano de Pombal nesse vale. A justificativa ideológica está vinculada ao fato de que a vila de Macapá teria sido pensada como uma experiência-modelo que deveria espelhar um projeto administrativo e político de incentivo à agricultura e à pecuária. Sobre a fundação da Vila, Vidal Picanço (1981, p. 31) assim descreve:

No dia 4, com a presença das autoridades e do povo tucujunense, numa praça denominada de São Sebastião, é levantado o pelourinho, símbolo das franquias municipais, funda a Vila de São José de Macapá, na presença do Ouvidor-Geral do Grão- Pará, desembargador Pascoal de Abranches Madeira Fernandes, declarou solenemente criada e instalada a nova vila, que recebeu o nome oficial de São José de Macapá, invocação prestada ao rei de Portugal e ao Santo esposo de Maria Santíssima. Nessa mesma ocasião foram escolhidos os elementos de grande influência na comunidade macapaense, entre os quais os proprietários pecuaristas, agricultores e comerciantes, para fazerem parte de Governo do burgo elevado à categoria de Vila.

Nessa descrição de Picanço, observa-se uma narrativa na qual apenas os grandes nomes teriam participado da formação da vila, enquanto que se invisibilizam as classes populares. A idealização da formação da vila de Macapá fazia parte de um projeto civilizador, cuja finalidade estaria em torná-la um espelho da cultura ocidental. Para os portugueses, somente estes dispunham do conhecimento suficiente do saber-fazer as povoações. Já os povos originários, avaliados por julgamentos eurocêntricos, eram vistos como selvagens e incultos.

Neste aspecto, Bicalho (1999) destaca a influência do Iluminismo na reforma urbana pombalina no vale amazônico. A mencionada autora observou que, embora no decorrer do século XVIII se desenvolvesse em Portugal um profundo interesse pela Ciência, nota-se que a política régia, quer de D. João, quer de D. José, não se orientou por ela. Esses reis optaram por convidar cientistas oriundos não do centro irradiador do Iluminismo, ou seja, da França, mas da Itália, país periférico àquele movimento e no qual prevalecia, assim como no Reino de Portugal, uma certa mentalidade conservadora e religiosa.

Nesse sentido, Araújo (1998, p. 41) destaca: "a mentalidade colonialista dos séculos XVI, XVII e XVIII encontrava-se impregnada de uma visão catequizadora e regeneradora." Deste modo, o colonizador pretendia aliar o sistema de dominação não apenas em torno da identificação do Estado como senhor da terra, mas também a conversão dos povos a uma nova fé, e a mudança de todo um sistema cultural. Assim, foi na articulação de razões de natureza político-administrativa, científica e econômica, associada à mentalidade religiosa, que se consubstanciou a formação urbanística na Macapá colonial.

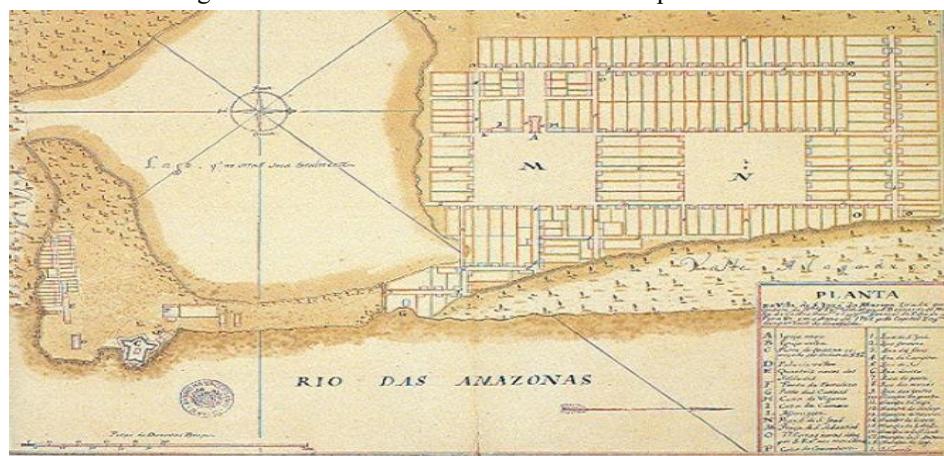
Em resumo, o processo de formação urbana vem se figurar sob a ótica do domínio. Ele se torna a expressão primeira e a mais importante estratégia de identificação simbólica e

ritualística. Nesse domínio, irão incorporar não apenas o modelo físico da implementação urbana, mas o perfil da cultura europeia, considerada a verdadeira cultura genuína. Buscou-se exteriorizar toda uma linguagem estética transfigurada numa mensagem de beleza e nobreza de arquitetura. A Vila de Macapá é, então, projetada seguindo os parâmetros do urbanismo português (BRITO, 2014). Nela, os espaços eram dispostos e hierarquizados, cumprindo funções específicas:

A praça¹⁴, usada como matriz geradora do desenho e identificada com o centro da cidade, estabelece uma referência simbólica inequívoca, de contornos arquétipicos, de identificação com o “centro do mundo”, do berço da vida e da civilização [...] os contornos da praça, marcados pelos edifícios mais representativos (a igreja, a câmara, a cadeia e o palácio dos governadores), assumem o papel de envolventes do símbolo que o espaço-praça significa, e ao mesmo tempo incorporam eles próprios o referencial simbólico das instituições que representam (a religião e o Estado) (ARAÚJO, 1998, p. 91).

A planta da vila de Macapá segue os ditos parâmetros, contudo, não apenas uma, mas duas grandes praças retangulares iriam designar o seu centro político e administrativo. A grandeza¹⁵ que se pretendia mostrar não estava apenas na sua dimensão (800 x 700 palmos), mas na sua própria duplicidade. No projeto interno da vila, também foi idealizada a igreja, a Câmara e o modelo da casa dos moradores. Esse código de postura deveria reforçar o discurso da civilidade, dotado de sua forma regular e bela, demarcando assim que todo o poder tem a sua sede, onde nela se ostenta os sinais da autoridade que nela reside (MATTOSO, 1997). A imagem abaixo é uma representação da Planta da Vila de São José, com a projeção das duas praças, a mais marcante composição do desenho urbano.

Imagen 1: Planta da Vila de São José de Macapá de 1761



Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 165

¹⁴ A praça é um elemento urbano intimamente ligada às questões formais, estéticas e sociais das cidades coloniais. (VASCONCELOS, 2017)

¹⁵ Sua metragem ultrapassa os padrões da época das praças fundadas no Brasil, que era em torno de 500 palmos. (ARAÚJO, 1998)

Na configuração da planta da Vila de São José de Macapá existem duas praças, um modelo de requinte em urbanismo, simetria e harmonia em perspectiva, caracterizando-se beleza aos padrões da época (ARAÚJO, 1998). É necessário destacar a localização da Igreja Matriz, bem ao centro do quarteirão principal da Praça São Sebastião (hoje Veiga Cabral), demarcando um novo contexto na visualidade da praça, ou seja, a importância do clero na vila. Para Vasconcelos Silva (2017), a Igreja era o símbolo principal da paisagem no centro da vila, configurando-se numa herança da tradição religiosa colonial portuguesa.

O discurso de legitimação e poder afigurava-se no próprio nome da vila (*São José*), em clara referência ao rei, bem como no nome das duas praças, inicialmente chamadas de *São João* e *São Sebastião*, que faziam homenagem ao rei anterior e ao ministro de D. José, irmão de Mendonça Furtado. A presente toponímia objetivava reafirmar a pertença dessa vila ao império colonial português, além de expressar o projeto civilizacional e civil que se desejava implantar. Para além disso, essa conversão toponímica visava eliminar os nomes indígenas dos antigos aldeamentos, de forma a apagá-los como conceito, substituindo-os pelo de vilas (ARAÚJO, 2012).

Enfim, o processo ritual de instalação das cidades amazônicas deve ser entendido dentro da lógica renascentista, na qual se preconizava um ideal de formosura e perfeição. A abertura de ruas, feitas a partir da praça, repetia um método tradicional de medições e alinhamentos; a composição dos lotes guardava a indispensável hierarquia entre os núcleos maiores e menores. Todas as disposições possuíam uma lógica interna e tinham como característica uma obsessão geométrica. Elas eram carregadas de significados, tal qual idealizava Marquês de Pombal, como observado no fragmento abaixo:

A ‘diferença’ que o urbanismo pombalino inaugura é a ênfase dada ao discurso ideológico da cidade, o qual é potencializado. O conjunto urbano vale tanto quanto os seus elementos e exprime um discurso ‘objectivando em si mesmo e por si mesmo constituindo um valor’. A ordenação urbana continua racional e pragmática como antes, mas sobre ela interpõe-se o poder de maneira mais evidente e assumida, e não apenas enquanto referência alegórica. E o espaço urbano privilegiado é o espaço público utilizado como afirmação do poder sobre o espaço (ARAÚJO, 1998, p. 64).

Os aspectos apresentados acima nutriam a compreensão da construção de uma cidade voltada e pensada para a civilização europeia. Entretanto, apesar das aspirações de Marquês de Pombal, a cidade de Macapá não se desenvolveu como ele idealizara. Os vestígios mais robustos do casario da Macapá colonial só ficaram visíveis até meados do século XX. Atualmente, só restaram a Fortaleza e a Igreja de São José como legados arquiteturais do

período colonial. A decadência da Macapá pombalina foi sendo notada ao longo de todo o século XIX, o que se constata no Projeto Pinsônia¹⁶, conforme trecho abaixo:

Deixarão cair os nossos melhores edifícios públicos como se fosse a grande caza destinada para a Alfandega, Cadêa, Caza da Camara, a mesma matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não a aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a desmoronar-se, se o Governo não se apressar em garantil-a contra a queda de ribanceira de rio (ALMEIDA, 1873, p. XV).

Nesse trecho, observa-se um descaso total com aquilo que fora construído na gestão de Pombal. Santos (2006) destaca que havia uma indignação muito grande quanto à inoperância do governo paraense, que quase nada havia feito para a promoção do progresso nessa região, insistindo em mantê-la anexada ao governo do Pará. Para alguns dos moradores locais, parlamentares paraenses e Governo Imperial desprezavam essa região, ignorando o seu valor. Somente várias décadas depois, o núcleo urbano macapaense viria a conhecer um movimento de renovação urbana. É na chamada segunda fase de *obreirização*, da chamada *Macapá Janarista*, que essa região registrará novos processos de intervenção em seu espaço urbano.

A Macapá Janarista surge num momento em que o Estado brasileiro, presidido por Getúlio Vargas (1937-1946), visava aumentar a sua interferência expandindo e diversificando a economia brasileira por meio de uma política econômica centralizadora sobre a Amazônia. Nesse período, essa região despontava no imaginário e no discurso de intelectuais e políticos dos centros hegemônicos como um lugar longínquo não apenas geograficamente, mas também distante na escala que media o grau de civilização dos povos (LOBATO, 2013). Macapá era então vista, na sua totalidade, como um espaço socialmente atrasado e de rústica população, cujos modos de vida eram percebidos como sobrevivências arcaicas e exemplos de atraso cultural.

Percebida como uma área que carecia de impulsos para superar o seu “atraso” socioeconômico, essa parte do território nacional transformou-se em uma importante frente de avanço da modernização. A criação, em 1943, dos novos territórios federais¹⁷, entre eles o Amapá¹⁸, era apresentada como um marco inaugural de um novo tempo na história do povo amapaense, tornando-se mais do que oportuno mudar o perfil desse território removendo os

¹⁶ De autoria do deputado Cândido Mendes de Almeida, este projeto serviu de anseios dos moradores de Macapá para com o governo monárquico, pautando a defesa da elevação do território setentrional da Província do Grão-Pará à categoria de província.

¹⁷ Os Territórios Federais caracterizavam-se pela administração direta do governo federal, através de um governador nomeado.

¹⁸ Em 13 de setembro de 1943, foi criado, pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei nº 5.812, o Território Federal do Amapá. O território possuía três municípios: Macapá, Mazagão e Amapá.

sinais de sua decadência. Quando da necessidade de criação dos Territórios nacionais, em um discurso realizado na cidade de Ponta Porã, Vargas (1944, p. 270) assim se pronunciou:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional.

Nesse trecho, o presidente do Brasil enfatiza que as áreas de escasso povoamento e de fronteiras eram uma questão de interesse nacional. Logo, a criação dos territórios federais decorrera de imperativos geopolíticos, ou seja, da defesa da soberania do Brasil sobre regiões fronteiriças e estratégicas (SANTOS, 2006). O discurso que se propagava era de que seria necessário integrar áreas tidas como social e economicamente atrasadas, especialmente as amazônicas.

Caberia a Janary Nunes¹⁹, escolhido para governar o recém-criado Território, a incumbência de modernizar e dinamizar a vida sociocultural e econômica, principalmente na capital. O primeiro administrador do Território elaborou um plano de ação inspirado na política varguista. Janary realizou um governo autocrático, paternalista, personalista e de improvisação das ações socioeconômicas (SANTOS, 2006). A instalação de seu governo, em 25 de janeiro de 1944, foi apresentada como um marco inaugural de uma Macapá nova e integrada à nação. O próprio Janary fez divulgar, entre o povo amapaense, uma narrativa na qual sua posse simbolizaria o fim do abandono e da invisibilidade dessa região. Nessa linha, Lobato (2019, p. 26) assinala:

Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos. Fotografias de obras e serviços povoaram os relatórios de governo e as páginas do jornal (governamental) *Amapá* fazendo ecoar a mensagem de que havia algo a ser reconhecido pelos moradores do novo território.

A construção da Macapá Janarista deveria ser vista como um símbolo da vitória do homem sobre a natureza, fazendo-se crer que somente Janary Nunes poderia tornar isso possível. Em um trecho do Relatório elaborado por este governador destinado ao presidente da República, quando da avaliação dessa região, ele assim escreve: “Convém esclarecer, porém que permanecem em todo o Território, à espera de solução, os mesmos problemas que aqui encontramos. Tudo ainda está por fazer, apesar de havermos empregado a totalidade de nossas

¹⁹ De acordo com Santos (2006), a preferência de escolha desse governador decorreu de alguns aspectos, dentre eles seus méritos militares e seu amplo conhecimento dessa região.

forças para concretizar o ideal de um Amapá rico e feliz, integrado na civilidade brasileira” (NUNES, 1946, p. 8). Desse modo, o discurso da chegada do progresso é associado à criação do Território Federal. Nessa ótica, seria Nunes o responsável por criar as condições de fundação de uma região (COELHO, 2004).

Nesse sentido, difundia-se a ideia de que no período anterior nada existia além da imensidão de uma floresta habitada por alguns povos subjugados pela natureza. Afirmava-se que prevalecia a precariedade do homem, da paisagem e das estruturas necessárias ao seu desenvolvimento, bem como o isolamento que dissemina a debilidade dessa região (COELHO, 2004). Com a criação do Território, essas pessoas e seu modo de vida continuariam inúteis. Costa (2008) reitera que, a partir da liderança de Janary Nunes, a história a ser escrita não seria a dos homens do Amapá, mas a história dos “heróis” que trouxeram o “progresso” para essa região.

Destaca-se que, ao ser criado o Território Federal do Amapá, em 1943, a retórica que se propalava era de que tudo estava ainda por ser feito para que os habitantes amapaenses pudessem usufruir dos benefícios mínimos do “progresso”. Inexistiam saneamento e produção agrícola diversificada. Logo, o vilarejo era decadente e sem serviços indispensáveis (saúde e educação) ao bem-estar coletivo e ao progresso. Entretanto, cabe ressaltar que esses discursos não são reflexo da realidade, mas formulações intencionais que possuem alguma relação com o vivido (COELHO, 2004).

De forma a ratificar a necessidade de superação do atraso regional, Janary Nunes (1946, p. 5) assim colocou suas pretensões sobre o mais novo Território: “Firmamos como premissa fundamental de nosso trabalho, a crença no futuro do Amapá, considerando transitória a sua fama de insalubridade [...], tornando-o, de espaço morto e improdutivo, zona ativa de enriquecimento nacional”. Nesse trecho descrito em seu Relatório de Atividades, Nunes destaca o estado de decadência local, trazendo em seu bojo a perspectiva de que, antes da criação do TFA, não haveria História digna de ser lembrada, e que somente a partir da chegada das instituições políticas e de seus governantes o povo amapaense passaria a ter uma história própria.

Como um veio importante dessa discussão, Lobato (2018) chama atenção pelo caráter autoritário desse projeto de modernização. Para esse autor, o objetivo de Janary Nunes estava em, mais do que responder a demandas internas, reorganizar a vida dessa população com base em novos valores e hábitos. As práticas tradicionais de cultivo e de extrativismo, assentadas no comunitarismo e na pequena escala, eram consideradas primitivas e inadequadas ao desenvolvimento econômico almejado. Além disso, divulgava-se a ideia de que os povos que

residiam nesse lugar eram carentes dos mais essenciais recursos para o seu bem-estar individual e coletivo. Dessa forma, preconizava-se que tais populações eram desejosas de oportunidades de progredir, algo que apenas a mão estatal poderia oferecer.

Uma forma de veicular discursos, mensagens e notícias oficiais como instrumentos de propaganda de sua gestão, o jornal *Amapá*²⁰ viria a ser a principal ferramenta ideológica utilizada por Janary (SOUZA; BARREIRA, 2019). Desde o seu primeiro número, o jornal *Amapá* não apenas divulgava os programas do governo de Janary, como também era um espaço de afirmação da identidade amapaense (CALDAS; SOUZA, 2018). Em seus periódicos, prevaleciam discursos elogiosos de personalidades públicas que visitavam esse território, noticiando a prosperidade chegada, mas pouco contribuindo para uma visão crítica da realidade.

Mauro César Coelho (2004) destaca que a crítica política, o debate e a opinião pública foram substituídos pelo discurso pedagógico, personalista e doutrinário. Por ser órgão da administração pública, esse jornal estaria submetido aos interesses de seus governantes, buscando dar conta de uma representação do Estado divulgando os mais diversos atos governamentais. Ele ainda representou um modo de política em que as ações do Estado eram apresentadas como ações de pessoas, mas não de governo.

Em seus periódicos, é possível flagrar os mais variados discursos do processo de urbanização proporcionado pelo governo de Janary; dentre eles, uma crônica publicada em 1953, na qual se lê: “Uma cidade traçada geometricamente, com ruas e avenidas largas, mostrando fisionomia agradável e moderna. Possuindo rede de esgotos, água encanada, energia elétrica permanente, piscina, ótimo hotel, cinema, bares, café, lojas, farmácias, armazéns, etc.” (Jornal AMAPÁ, 13 de setembro de 1953). Buscava-se imprimir ares hodiernos da então cidade *obreirizada* por meio da intensa publicidade no único meio de comunicação disponível.

Na seção cultural daquele periódico, divulgavam-se várias produções literárias amapaenses tratando das características do Amapá a partir de memórias do seu cotidiano, associadas ao ideário ufanista. Como exemplo, tem-se o trecho de um poema de Aracy Mont’Alverne: “Macapá já foi outrora/Uma menina no mato.../Tão pequenina e franzina/Doentia, retraída/E que vivia esquecida/Hoje a menina está moça/[...]/Cresceu muito, ficou forte/É a cinderela do Norte” (Jornal AMAPÁ, 1957). Nesse trecho, percebe-se que as mudanças no perfil da cidade não são tomadas como perda, uma vez que o grupo hegemônico

²⁰ Criado em 19 de março de 1945, esse Jornal foi a principal e mais eficiente mídia impressa do Amapá em ampla circulação. Era um periódico semanal de temática livre, com assuntos diversificados que apresentava conteúdos informativos, notícias, opiniões e análises, além de anúncios e propagandas, estabelecendo um elo com a comunidade amapaense (SOUZA; BARREIRA, 2019).

não se identifica com os modos de ser das pessoas que residiam nesse lugar; antes, indicam a chegada da mudança como algo promissor e símbolo do avanço da sociedade amapaense.

Ademais, faz-se mister salientar a retórica acerca do amazônida: uma tendência ao mimetismo do modelo comportamental dos povos “superiores”. Para a classe dirigente, esses povos tendem a seguir os modelos oriundos daqueles que eles consideravam melhores, movendo-se sempre em atitudes receptivas e hospitaleiras àqueles que iriam salvá-los de sua condição de inferioridade. Divulga-se, dessa forma, que todos os valores e as práticas culturais endógenas eram apropriadas sem dificuldade pelas pessoas que moravam nessa região. Nesse discurso, Janary Nunes (1946, p. 8) pronuncia:

Encontramos na alma da generosa gente amapaense, em tôdas as ocasiões e até hoje sem receber sequer uma única demonstração de hostilidade ou descontentamento, a viva esperança de ver sua terra melhorada, excepcional boa vontade em auxiliar as iniciativas do Governo [...] revelando, por mil formas, nítida compreensão dos novos rumos que se abriam para o futuro do Amapá.

Na versão acima, defendida pelo Governo, não existe espaço para tensões e conflitos. Nela, os povos tinham facilidade em se integrar ao modelo estatal com um sentimento unânime de gratidão àqueles que se apresentavam para mudar o cenário de sua realidade. Contudo, é necessário questionar se essa visão revela, de fato, as experiências históricas dos grupos que se estabeleceram nessa região. Tal indagação provém da assertiva de que a cidade é um espaço plural e que nela convivem as mais diversas forças que se enfrentam e se remodelam – mesmo que sejam desiguais em potência.

Logo, este estudo procura revelar o outro lado, o lado daqueles que foram subalternizados na lógica urbana sob a justificativa da busca do “progresso”. Para Lobato (2019, p. 38), todos temos direito a uma cidade mais plural e menos excludente, “pois a vida urbana não é mera materialização dos sonhos e planos de políticos e arquitetos”. Em resumo, procura-se ir ao encontro dos lugares de memória submersos no processo de modernização, e assim revelar a face histórica do modo de vida dos habitantes de Macapá.

Concernente aos apontamentos acima, depreende-se então que Macapá foi, mais uma vez, alvo de um projeto modernizador no qual estavam inseridos um conjunto amplo de obras e serviços urbanos que visavam alterar o modo de vida predominante nessa região considerada primitiva. Para Janary, as populações amazônicas eram ignorantes, incapazes de seu próprio desenvolvimento socioeconômico: “Lutando com óbices de tôda espécie [...] Macapá acordou da sua sesta prolongada em que as paredes se desmoronavam, as cumieiras ameaçavam ruir para uma febre de remodelações incessante” (NUNES, 1946, p. 98).

Foi a partir desse pensamento que se efetivou a conclave do Governo como aquele capaz de retirar o Território do atraso em que estava mergulhado. Nele, o domínio do espaço urbano seria uma ótima estratégia, pois representava uma ruptura com o tempo em que a natureza²¹ limitava a ação humana. É nesse contexto que Janary dá início às suas obras. As edificações, em geral, procuravam criar ambientes adequados ao clima. As construções seguiam o estilo neocolonial e foram agrupadas nas proximidades do centro histórico de Macapá. As praças Capitão Assis de Vasconcelos (hoje, Veiga Cabral) e a praça Barão do Rio Branco²² formavam o arco dos poderes que se procurava estabelecer. Nesse sentido, Lobato (2019, p. 71-72) afirma:

O governo (sede administrativa, casa do governador e residências para os diretores das divisões), a Igreja (a velha catedral e, posteriormente, a casa episcopal) e os grandes proprietários (as lojas e as oficinas dos mais endinheirados). No início dos anos 1950, foram inaugurados os prédios da Agência Postal e Telegráfica, do Fórum de Macapá e a Escola Industrial de Macapá [...] essa concentração de construções mais pesadas no quadrilátero formado pelas referidas praças fortalecia a imagem da superioridade dos poderes ali dispostos. Uma obra imponente deste centro político-social edificado era o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, cuja inauguração ocorreu em dezembro de 1944 [...] Ele também fazia parte de um complexo chamado pelo governo janarista de Centro Educativo de Macapá que contava com: Cine-Teatro Territorial (anexo deste grupo), o Campo Agrícola, a Cooperativa Escolar, a Estação Radiodifusora, o Posto de Puericultura e a própria praça Barão do Rio Branco [...] Com o Hotel Macapá (levantado na orla da cidade) e a residência do governador, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco compunha o grupo das três edificações mais vultosas iniciadas em 1944).

Por esse trecho, observa-se que Macapá se tornara, a partir das intensas intervenções urbanas, uma vila com feição de cidade, transformando-se num canteiro de obras (BEZERRA, 2008). Nela, projetava-se uma estrutura demarcadora da presença do poder governamental, estabelecendo uma linguagem de abandono daquilo que era velho e atrasado, sob as inovações de um novo viés socioeconômico que se queria implementar. A concentração do tripé poder político (governo)/poder religioso (Igreja)/poder econômico (lojistas)²³ significava a aliança das elites garantidoras da ordem e promotoras do progresso. Além disso, o próprio Grupo

²¹ Se, para o ribeirinho extrativista, a natureza era uma aliada, para os defensores do progresso, essa ideia deveria ser combatida. Para eles, a natureza deveria servir aos interesses do ser humano, devendo ser derrotada e domesticada (LOBATO, 2019).

²² São, respectivamente, as praças São João e São Sebastião. Nesse momento, já havia ocorrido a troca dos nomes das praças, substituindo a memória cristã por aquela que valorizasse a história humanista, com nomes que referenciaissem a República.

²³ Conforme estudos de Sidney Lobato (2019), a maior parte das lojas de Macapá concentrava-se no núcleo político-social, ou seja, no entorno da praça Capitão Assis de Vasconcelos. Sua expansão foi direcionada ao longo da rua Cândido Mendes, atualmente o principal corredor do comércio amapaense.

Escolar Barão do Rio Branco, o Hotel Macapá²⁴ e a residência do governador, entre outros prédios, integravam o grupo das edificações mais grandiosas que reforçavam a representação da cidade como miniatura da nação projetada para o futuro.

No tocante à construção do Grupo Escolar Barão do Rio Branco²⁵ e de outros que se seguiram, tais edificações deveriam fazer frente aos hábitos seculares, considerados arcaicos e desprezíveis, do povo amapaense. Recaía sobre a educação um mecanismo de retirada da população macapaense do seu estado de decadência. A ela caberia a solução de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros, além de servir na valorização e na difusão dos ideais republicanos, contribuindo para o processo de modernização dos Estados.

Para Clarice Nunes (2007, p. 41), “[s]e a ordem e o progresso são palavras-chave de um mundo que se transforma, a educação torna-se necessidade e é feita à revelia dos próprios sujeitos que passam a ser objetos de intervenção e não agentes de sua própria história e de suas experiências”. Assim, a educação é requerida para formar o adulto produtivo, a ser inserido nas práticas econômicas postuladas pelo desenvolvimento capitalista, sem considerar as suas necessidades nem a valorização de sua cultura.

Messina (2016) dialoga com esse pensamento ao acrescentar que o conceito de atraso era um reservatório de desculpas para uma intervenção no formato da educação, vendidas como portadoras do desenvolvimento social e econômico. Desta forma, propagava-se que a educação revigoraria o homem para que ele pudesse ajudar a reerguer o desenvolvimento do país. Essa premissa cumpria aquilo que se pretendia pelo Estado para a região amazônica:

EDUCAR — criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria (VARGAS, 1944, p. 270).

Vale ressaltar a ideologia presente nesse formato de educação. O então governador Janary Nunes pretendia difundir como disciplina escolar princípios tais como higiene, controle, patriotismo, ordem e progresso, considerados indispensáveis para a manutenção do governo do Amapá. Ele deu especial atenção em seu relatório à saúde e à alimentação, considerando as

²⁴ Inspirada em estilo neocolonial, foi o primeiro hotel construído na cidade. Era lugar de chegada e de encontro da nova alta classe social amapaense janarista, sendo um dos monumentos que consagraram a civilidade e a modernidade (SAMPAIO; NERY, 2016).

²⁵ Destaca-se que, no período que antecede a construção desse Grupo Escolar, havia apenas sete escolas para vinte e cinco mil habitantes, funcionando apenas duas – o Grupo Escolar de Macapá e a Escola Auxiliar Municipal – isso devido ao empenho da comunidade (COELHO, 2004). Elas funcionavam em péssimas instalações com inexisteência de material escolar e de ensino, resultando num aprendizado mínimo de leitura, escrita e Matemática.

pessoas daqui como desnutridas, doentes e raquíticas. Esse era mais um dos estereótipos, desta vez sobre os hábitos alimentares e higiênicos dos amapaenses. Desta forma, a educação aparece como um dos caminhos possíveis não apenas de promover a eliminação do analfabetismo, com a implantação de valores norteados pelo amor à pátria, mas também de higiene.

Foram criados diversos serviços urbanísticos e obras de lazer voltadas à gestão autoritária das relações sociais, tais como: a Piscina Territorial, que, anexado a um salão de dança, era um lugar famoso para os moradores mais simples; os clubes sociais, como Amapá Clube, Macapá, Trem Desportivo Clube e Aeroclube, destinados a oferecer festas e bailes; a Fazendinha, um lugar de banho bem explorado pelos moradores da cidade; as praças da cidade, a Veiga Cabral, tendo como construção principal a Igreja de São José de Macapá, onde se realizavam festividades como o Círio de Nazaré com seus “arraiás” e a Barão do Rio Branco abarcando as manifestações recreativas e educacionais, tais como futebol, aulas de educação física, recreio, namoro (VASCONCELOS, 2017).

Para a concretização dessas obras públicas, o governo de Janary Nunes criou o Serviço de Olaria Territorial²⁶. Este serviço, ao qual foi associada a mosaicaria (produção de pedras de marmorite e mosaicos decorados para o revestimento de paredes e pisos), destinava-se a produzir tijolos e telhas variadas, canos para esgoto doméstico e biológico, dentre outros artefatos cujo principal destino eram as obras governamentais. Os operários que trabalharam neste lugar eram referendados pelo jornal *Amapá* como aqueles que concretizariam a vontade popular (LOBATO, 2019).

Contudo, apesar da difusão da imagem da capital amapaense como um espaço plenamente moderno e urbanizado com diversos investimentos, sabe-se que esse melhoramento abrangia apenas uma pequena porcentagem da população, cuja maior parte, infelizmente, ficava à margem das melhorias urbanas glorificadas pelo discurso janarista. As áreas que essa estrutura não alcançava, seja com água, energia ou esgoto, eram totalmente eclipsadas no discurso governamental, numa tentativa de vender uma ideia que não figurada em sua totalidade. Os modos de sobrevivência ali encontrados e suas relações sociais eram totalmente apagados da história dessa cidade.

No bojo dessa reflexão, está a inviabilização da permanência dos moradores mais pobres no centro urbano da cidade por meio de estabelecimento de padrões que eles não poderiam alcançar. Nela se encontra a história dos populares negros, na época com cerca de 40% da

²⁶ O Decreto-Lei nº 7.773 de 1945 buscou estabelecer a organização dos serviços industriais que eram de interesse público. Entre esses serviços capitaneados por Janary, estava o Serviço de Olaria, o Serviço da Serraria, o Serviço de Energia e o Serviço de Transportes (SANTOS, 2006).

população total, que tiveram que sair dos seus locais de moradia – entorno das praças Barão do Rio Branco e Capitão Assis de Vasconcelos – área mais desenvolvida para a construção dos prédios públicos, para lugares até então não habitados (SANTOS, 2006). Isso ocorreu em meio às obras do governador Janary Gentil Nunes, que determinava que aqueles que não tivessem condições de construir casas de alvenaria, adequadas ao perfil da nova cidade, deveriam sair do centro histórico.

Sousa de Jesus (2021) destaca que, na busca de “destravar o motor do progresso”, não apenas as remodelações dos espaços urbanos eram necessárias, mas também o deslocamento dos pobres das áreas consideradas modernas para lugares mais afastados da área urbanizada. Franco (2021) converge com esse pensamento ao frisar que os pobres eram entendidos pelas elites políticas como os principais entraves do sonho da modernidade. Logo, as leis locais tinham como principal intento disciplinar os corpos e negar a esses sujeitos o direito à cidade.

Nesse aspecto, o governo chegou a disponibilizar terrenos nos lugares posteriormente nomeados de Laguinho e Favela, mas sem nenhum tipo de estrutura (arruamento, esgoto, água encanada, energia) ou reparo financeiro suficiente para iniciar essa nova vida. Bentes (2019, p. 20) afirma que se trata de “um remanejamento feito de forma arbitrária, sem registro de documentos, sem protocolos ou respaldo jurídico”. Para o governo, era necessário remodelar a cidade e suas exigências funcionais, remanejando a comunidade negra local para abrir espaço aos novos habitantes, a maioria brancos. (SILVA, 2022).

O que se observa é que a gestão autoritária do espaço urbano macapaense já era, em si, uma realidade desde o período da fundação da Vila de Macapá. Pregava-se uma arquitetura em que se pudesse reconhecer o símbolo do poder régio subscrito nas construções. Nisto, a diversidade dos modos de vida amazônicos jamais caberia ali. Esses planos de ‘renovação urbana’ não apenas deslocam essas pessoas por ocuparem lugares considerados bons demais para eles, mas desprezam junto uma quantidade enorme de atividades julgadas tão insignificantes, que nem são levados em consideração (FERREIRA; VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2020).

Excluídos dos benefícios da urbanização, os moradores locais ainda lidariam com a ameaça contra a sua vida cultural e afetiva e de toda uma rede de sociabilidades, pois era nas proximidades de suas moradias que eles possuíam roçados e realizavam suas atividades religiosas.²⁷ Nesse aspecto, Canto (2014) acrescenta que entre as causas da retirada da

²⁷ Uma das atividades era o ciclo do Marabaixo, uma manifestação cultural afro-religiosa amapaense. A origem desse fenômeno remete à época da escravidão, sendo formado pela mistura dos costumes e conhecimentos dos

comunidade africana da parte central da cidade estavam os dirigentes da Igreja que se mostravam contrários à prática de danças, rituais e outras simbologias do Marabaixo na frente dessa instituição religiosa. Silva reitera que a cidade moderna que Janary buscava alterou as principais significações culturais que Macapá apresentava, pois “não é apenas uma simples translação no espaço, mas é também um deslocamento do tempo, e se leva junto todas as lembranças vividas no lugar de origem.” (SILVA, p. 303, 2022).

Macapá, de simples e ribeirinha, tornou-se moderna e institucionalizada, crescendo gradativamente de costas para o rio (MACÊDO, 2019). Tudo isso ocorreu em nome de uma versão desenvolvimentista da cidade destinada a poucos. Era o governo que ansiava em dar as costas ao passado, recusando tudo aquilo que lembrava o caráter primitivo e ultrapassado dos modos locais de ser/viver. Mas os moradores pobres e migrantes, mesmo sem condições de usos dos espaços urbanos, remodelariam as suas vivências dentro das condições possíveis, reelaborando seu modo de vida, segundo as velhas tradições e as novas exigências da urbe. Sobre isso, Lobato (2019, p. 138) comenta:

A água era tirada dos poços ou do Laguinho e a luz noturna vinha das lamparinas. Os primeiros moradores do Laguinho viram-se assim excluídos dos benefícios da modernização da capital do Amapá. O usufruto da cidade não era, portanto, um direito; mas o resultado de uma série de medidas governamentais regidas pela ambiguidade legal.

Foi a inviabilização da permanência dos moradores mais pobres no centro urbanizado da cidade que levou à formação dos bairros Laguinho e Favela. Sob condições estruturais insuficientes, esses grupos buscaram recomeçar a vida, uma vez que não podiam alcançar os padrões exigidos pela urbe modelada pelo Estado autoritário. Ansiava-se fazer de Macapá exemplo de vila civil e civilizada. Seu novo *status* era pautado na ordem e no progresso, suas construções deveriam expressar beleza, sua vivência urbana deveria ser regulada em todos os detalhes.

Em 1955, Janary assumiu a presidência da Petrobrás, sendo o mesmo afastado do governo. Em substituição ao seu lugar, foi nomeado Amílcar da Silva Pereira. Contudo, Janary Nunes continuaria a exercer influência sobre a conjuntura política amapaense, até mesmo na escolha dos governantes seguintes. Amílcar tentou estabelecer um governo sem muitos embates, tentando associar, dentro de seu campo de influência, os interesses de sua

negros africanos - que trabalhavam na Vila de Macapá - com as tradições dos colonizadores portugueses. Hoje o Marabaixo é praticado principalmente por negros, que organizam danças, cantam ladrões relembrando as lutas de seus antepassados. Essas manifestações tratam de temas religiosos, mas também de orgulho pela história de superação dos afro-brasileiros (LIMA, 2011).

administração com algumas necessidades do povo. Em 1958, ele deixa o cargo de governador para concorrer ao pleito de deputado federal do Amapá²⁸, sendo então substituído por Pauxy Gentil Nunes, irmão de Janary Nunes. O novo governador vai dar continuidade ao projeto reformador da cidade de Macapá.

Foi no governo de Pauxy que outro símbolo característico do progresso seria ampliado na capital amapaense: o serviço de eletrificação. O ano de 1956 marcou a criação da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que tinha a finalidade de administrar o fornecimento de energia no então Território Federal do Amapá. Para disciplinar a ampliação desse fornecimento, foi elaborado um plano de urbanização. Caberia à empresa Grunbilf determinar as diretrizes de ordenamento urbano, uma vez que havia uma preocupação do rápido e desordenado crescimento da cidade de Macapá, na qual áreas e lotes estavam sendo ocupados sem uma base diretora e consequente ausência de controle estatal.

Os representantes da Grunbilf percorreram os bairros da cidade, bem como àquelas destinadas à expansão. Tal reconhecimento visava conhecer a topografia e as particularidades da cidade para, enfim, disciplinar o seu crescimento e regulamentar as construções. Fazia parte do programa governamental um planejamento para uma população de 100.000 habitantes, a ser atingida dentro de aproximadamente 30 anos. Observou-se, nesta cidade, uma rica presença de lagos e igarapés, além de um traçado urbano com avenidas e ruas largas. A maior parte das casas construídas era de madeira devido ao seu baixo valor orçamentário.

O plano urbanístico incluía em seu texto a topografia da cidade, o modo de viver das pessoas que moravam nessa região, bem como suas condições econômicas como fatores determinantes do fazer urbano. O texto afirmava que era desejo do governo territorial conservar as construções já existentes e respeitar a rica diversidade de sua topografia. Nesse contexto não havia preocupação em se fazer restrições às características das edificações, pois “esse trabalho deverá respeitar o que já foi feito [...] assim, por exemplo, nos parece cedo proibir construções de madeira ou prescrever gabaritos (GRUNBILF, 1960, p. 14). Além disso, era necessário dar voz àqueles que ali residiam e que haviam construído laços de afetividade e identidade com o local. Nessa linha, o Relatório do Plano Urbanístico da Cidade de Macapá (1960, p. 13) assim ponderava:

A evolução e o crescimento da cidade deverão se processar naturalmente e antes de tudo, de acordo com as condições topográficas e os costumes de seus cidadãos. Seria de todo contraproducente forçar o crescimento da cidade em sentidos rígidos, forçando seus habitantes a mudanças radicais de seus costumes. Por inúmeros

²⁸ Esse cargo ficou à disposição depois do falecimento de Coaracy Nunes (então deputado federal) e seu suplente Hildemar Maia e Amilton Silva. Eles foram vítimas de um acidente de avião, conduzido por este último, ocorrido nas proximidades da localidade de Macacoari, interior do território do Amapá (SANTOS, 2006).

exemplos, nos é dado observar, a força muito maior da vontade do povo e sua obstinação em face de legislações precipitadas e inadequadas.

O governo buscava difundir a ideia da preocupação em melhorar a qualidade de vida daqueles que não conseguiam se dirigir sozinhos. Porém, esse mesmo texto destacava que deveriam ser reservadas à classe dirigente as melhores porções de terra, expondo, de forma clara e visível, o caráter elitista dos planos governamentais. Para Newan Souza (2021), as paisagens de uma cidade também são utilizadas para o cerceamento dos corpos e pelas práticas coercitivas do Estado. Cabe pôr em evidência a seguinte assertiva: “É viável, porém, a reserva de áreas, nas melhores zonas, para as quais deverão ser prescritas, condições especiais quanto ao tipo de construções” (GRUNBILF, 1960, p. 14).

Esse plano contemplava diversos ordenamentos que iriam desde a determinação das áreas de recreação e esporte; das instituições culturais; das orientações quanto aos novos arruamentos e às dimensões dos lotes, até em termos de localização do novo centro comercial²⁹, além dos lugares que seriam destinados a pequenas indústrias e oficinas. Em sua descrição, encontra-se, mais uma vez, uma referência à negação do acesso das classes menos favorecidas às áreas contempladas pela estrutura urbana: “Somos em princípio contra a seleção de bairros e habitantes, dividindo-os em ricos e pobres, todavia, sempre existirá tal seleção e assim somos de opinião que se façam as áreas [...] das classes mais abastadas, obrigando os proprietários destes lotes a construírem somente casas de tijolo” (GRUNBILF, 1960, p. 20). Mantinha-se assim as condições da diferenciação do usufruto das melhorias que a urbe disponibilizaria.

Na esteira dos governos que procuravam deixar sua marca na capital amapaense, destaca-se a terceira fase, a da *Macapá Ditatorial*, desenhada especialmente pelo governador Ivanhoé Martins (1967-1972). Este foi o segundo general a governar o Território Federal do Amapá durante o período da Ditadura Militar, logo após o golpe civil-militar de 1964³⁰. Entretanto, é interessante observar, mesmo que de forma breve, o desdobramento desse regime na cidade macapaense. Para Silva (2017), o que seguiu ao golpe de 1964, com relação ao Amapá, foi a afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração mais

²⁹ Projetava-se como novo centro comercial a área entre as ruas Leopoldo Machado e a 2ª Rua, além das Avenidas General Gurjão e FAB.

³⁰ O Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, subvertendo a ordem constitucional existente no país, deu início à Ditadura Militar. Esse regime estendeu-se no Brasil de 1964 até 1985, sendo caracterizado por censura, sequestros e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe realizado em 1964, o presidente então empossado, João Goulart, foi destituído de seu cargo (SANTOS, 2001).

agressivo e dependente, mas que tentou vender a ideia de que seria o caminho mais próximo para a conquista da prosperidade e da autonomia política.

Silva (2017) relata que o ano de 1964 foi um período de reordenamento da “ordem política” estabelecida pela chegada de novos atores na disputa pelo poder do Território. Durante todo esse ano, a elite amapaense, buscando adequar-se ao novo quadro político, capitaneada inicialmente por Terêncio Furtado de Mendonça Porto³¹ – apoiado por Janary Nunes – e depois pelo general Luís Mendes da Silva (1964-1967), dissemina o terror nas mais diversas modalidades: servidores públicos eram punidos, estudantes penalizados, opositores investigados, ameaçados e torturados. Dorival Santos (2001) afirma que o medo era o sentimento que melhor definia o comportamento do cidadão amapaense na época.

No entanto, quem de fato consolidou as diretrizes preconizadas pelos dirigentes do golpe civil-militar fora Luís Mendes da Silva. Com uma prática que viria a se tornar comum na administração do Amapá, muitos servidores foram ameaçados de transferência ou mesmo transferidos compulsoriamente para o interior do Território (SANTOS, 2006). Fernando Santos (2006) afirma que Luís Mendes agia política e administrativamente como dono dos seus subordinados. Em suas visitas inesperadas nas repartições públicas, criticava os antecessores, especialmente os Nunes, ameaçando a todos aqueles que não coadunassesem com seu modelo de administração.

Simultaneamente à sua política intervencionista e cerceadora, Luís Mendes empreendeu algumas obras com vistas a dinamizar o espaço público macapaense. Em sua gestão, ocorreram a criação da Feira Livre Experimental; o prolongamento do Trapiche Eliézer Lévi; a conclusão do prédio do Conservatório Amapaense de Música; a inauguração da Ala da Biblioteca e Arquivo Público de Macapá, dentre outros serviços³². Em comemoração ao aniversário de 21 anos do Território Federal do Amapá, destacou-se o avanço do desenvolvimento macapaense por meio do remodelamento da Praça Veiga Cabral. Em nota do jornal *Amapá* do dia 12 de setembro de 1964, o Governo assim colocava:

Macapá é uma cidade sem praças. Existem, num ponto ou novo nossa capital, quadras abertas que se convencionou dar o nome de praça. Na realidade não o são. Não tem jardins, alamedas, calçadas ou outro qualquer detalhe que justifique a denominação. Apenas a “Barão do Rio Branco” oferece alguma coisa à vista. Mas é uma praça desumanizada, mais parece um palco de quartel. O povo macapaense há muito aspira ter praça. Praça com jardim, “play-ground”, abrigos, calçadas, bancos. Um logradouro

³¹ Foi o primeiro governador do Regime Ditatorial, uma vez que já dirigia o Amapá desde dezembro de 1962. Era apoiado pelo ex-governador e então deputado Janary Gentil Nunes. Entretanto, após o Golpe Civil-Militar de 31 de março/01 de abril de 1964, sua administração durou poucos dias, finalizando em 15 de maio daquele mesmo ano (SANTOS, 2001).

³² Houve investimentos no Posto Agropecuário de Macapá; no Abrigo dos Velhos; no Centro Cívico; na Vila Operária; no aeroporto de Macapá, além da criação do Grupo Escolar Guanabara (SANTOS, 2006).

para distração, um local ameno e humanizado. [...] o que o povo espera é alguma coisa boa, que modifique a fisionomia de Macapá para melhor. Que dê uma nova anatomia urbânica à nossa cidade. O povo não exige demais dos seus governantes. Quer apenas o que a praça “Veiga Cabral” constitua o marco inicial de outras obras. Que novas praças ajardinadas e bonitas surjam na Favela, no Laguinho, no Trem, onde houver o espaço aberto quere ajude a embelezar Macapá. A beleza, como a arte, a saúde a educação - é necessária.

Nota-se, nesse trecho, a ideia de que a elite seria a promotora do desenvolvimento local, corrigindo as deficiências deixadas pelos governos anteriores. Em todas as obras e serviços prestados, divulgava-se a retórica de que somente agora Macapá superaria os anos de descrença em prol do almejado rumo ao seu progresso. Como militar, Luís Mendes também promoveria a realização de eventos de culto à pátria, especialmente na Semana da Pátria e nos aniversários da criação do Território Federal, exaltando a sociedade amapaense nos seus mais diversos aspectos.

Entretanto, esta pesquisa não pretende dar conta dos atos administrativos dos governantes do período ditatorial do Amapá, mas tratar especialmente daquele que, de fato, construiria um rompimento com a política anterior vigente. Foi Ivanhoé Martins quem mais se destacou na concretização de estratégias que legitimariam a sua atuação no governo. O então governador construiu uma ruptura, especialmente no espaço urbano, criando uma narrativa de que a cidade estava assolada em meio à corrupção e que, em seu governo, as pessoas iriam testemunhar o surgimento de um novo lugar, bem diferente do que estavam habituados (LOBATO, 2018).

O discurso governamental de Ivanhoé retoma a ideia do Amapá como lugar de atraso, ligado ao tempo da corrupção política ou de uso irresponsável de orçamento público (LOBATO, 2018). O então governador propalava que, depois de anos de estagnação política e financeira, o Território Federal do Amapá finalmente retomaria os rumos do desenvolvimento proposto desde a sua criação, em 1944. Nesse sentido, Silva (2017) afirma que assim como a implantação do Território foi considerada por Ivanhoé um marco em seu progresso, o Amapá deveria ser visto agora a partir de outros referenciais. O destaque recaía sobre as políticas de desenvolvimento e integração regional, executadas pelos militares na região, como ações não mais desordenadas, mas planejadas e direcionadas. Em 1970, em comemoração aos três anos de governo, o jornal *Nôvo Amapá* (abril de 1970, edição especial) assim colocava:

Há três anos passados, nesta data, chegava a esta capital para assumir o governo do Território Federal do Amapá o general Ivanhoé Gonçalves Martins. O quadro geral, embora não fosse desolador, se apresentava de maneira imprevisível, por ausência de um planejamento racional, que visasse a eliminação de arestas quem travava o pleno desenvolvimento da área. As soluções paliativas, de certas obras de fachadas, algumas finalidades demagógicas, outras realizadas em vésperas de eleições, haviam impedido o progresso harmônico do Território dentro de um período relativamente ponderável.

Hoje podemos afirmar que o Amapá é uma área que se encontra em pleno desenvolvimento.

Nessas palavras, observa-se que o que havia sido realizado até então pelos governos federais também era representado de forma negativa. Silva (2017) afirma que desqualificar o passado para engrandecer as ações governamentais no presente configura-se uma estratégia recorrente do jogo político. Nesse sentido, Ivanhoé fazia questão de enfatizar as diferenças que considerava marcantes entre a sua administração e a de seus antecessores. Para ele, tanto o primeiro governante quanto os demais padeceram dos mesmos erros administrativos por não conseguirem romper com a situação de inércia amapaense. Macapá era então apresentada como uma região que, depois de anos de estagnação política e financeira, finalmente retomaria os rumos do desenvolvimento.

Diante dessa perspectiva, defendia-se uma aceleração do ritmo das mudanças para que Macapá pudesse atingir plenamente o seu desenvolvimento. Na pretensão de mudar a base econômica do extrativismo para a agroindústria, reiterava-se a necessidade de sua saída de estado de letargia socioeconômica para ser introduzida num outro ritmo de mudanças em que suas forças e recursos fossem mobilizados para gerar riquezas comercializáveis. Em sua firme disposição em solapar definitivamente a hegemonia política do então deputado Janary Nunes, a cidade de Macapá estaria envolta um discurso de recusa ao passado e, consequentemente, de exclusão a toda e qualquer marca da historicidade dos habitantes que circulavam nesse espaço.

Ivanhoé fez questão de proclamar esse momento histórico como um início do nascimento de uma nova realidade projetada para os anos vindouros. Tornava-se essencial revelar os sinais da Macapá promissora, apontados por Lobato (2018, p. 147) em que a “implantação de serviços, o embelezamento e o aumento do número de empregos eram apontados como sinais reveladores do renascimento da capital”. Assim, privilegiava-se a urbanização e saneamento da cidade de Macapá, dispensando pouca atenção à zona rural.

Como instrumento de difusão de ideologias, a imprensa governamental, constituída pela Rádio Difusora de Macapá e o jornal *Nôvo Amapá* (antes chamado de *Amapá*) era fortemente utilizada na defesa do regime ditatorial. Este periódico publicava notícias das obras e serviços realizados pela administração pública, destacando seus efeitos no quotidiano dos seus residentes. Além disso, era um espaço de promoção sobre a identidade e cultura amapaense em que se projetava a forma como as pessoas deveriam agir (hábitos, comportamentos), os sentimentos que deveriam expressar (patriotismo, identificação regional) e, principalmente a projeção de um líder com características de salvador benevolente (CALDAS; SOUZA, 2018).

O trabalho de urbanismo da administração pública macapaense foi realizado principalmente em Macapá, através da construção e melhoramento de várias obras públicas, como a construção do Pronto Socorro Oswaldo Cruz, da Prefeitura de Macapá, do Posto de Captação de Água do Santa Inês, do Trapiche Eliézer Levi, do Ginásio Paulo Conrado e Ginásio Normal Rural de Macapá, da retificação e construção do Canal da Fortaleza de São José. Este último, depois de ter passado por um grande incêndio em 1967, foi apagado da cartografia urbana desta cidade. A Doca da Fortaleza - espaço de comércio e moradia, além de centro de diversão popular - era visto pelo governo como um lugar de degradação humana, criminógena e que contrariava os ideais de beleza e moralização que se pretendia ter na frente da cidade.

Lobato (2019) destaca que a Doca da Fortaleza era percebida pela elite local como espaço gerador de crimes e fonte de degradação humana, sendo objeto constante de policiamento. Além disso, a sua própria localização – na frente da cidade – era igualmente criticada por tornar feio a cidade logo na entrada. Seu apagamento da cartografia urbana de Macapá tornara-se urgente em favor da construção de uma orla disciplinarmente urbanizada como uma forma de alcançar a civilização (COSTA, 2008). O jornal *Amapá*, de fevereiro de 1967, já anunciara “[a obra] visa dar melhores condições de saneamento à cidade e proporcionar vida mais saudável àqueles das proximidades do referido estreito, onde são abundantes igapós”.

Três anos depois, em 1970, saía a notícia:

Iniciada no período revolucionário a retificação do Canal da Fortaleza de São José ainda está em conclusão. É um empreendimento de grande importância que virá transformar o panorama urbanístico da cidade e colaborar com a saúde pública da população. O antigo canal, com casebres (palafitas), era um centro transmissor de enfermidades palustres, próprias da região (Jornal NÔVO AMAPÁ, maio de 1970).

Costa (2008) afirma que no final da década de 1960 – período da conclusão da obra – a Doca e a atracação de canoas ao lado da Fortaleza deixaram de existir. As atividades comerciais praticadas pelos regatões marajoaras não puderam permanecer nesse lugar. O barulho que caracterizava aquele canto fora silenciado, fazendo com que os regatões que ali se estabeleciaram procurassem outros lugares de sobrevivência. O rio, que outrora era uma expressão de todo um modo de vida próprio da região amazônica, extrapolando a razão econômica e a necessidade natural, foi desqualificado pela retórica do progresso. As canoas e reboques que deslizavam naquele estatuário magnífico, “pra lá e pra cá”, cada uma em busca de seu destino, junto com os sonhos e esperanças, esváram-se (BEZERRA, 2008). O igarapé da fortaleza, que até então funcionava sem agressão à natureza, foi então transformado num canal com leito concretado e margens aterradas que visava não mais permitir a navegação, mas tão somente atender ao caráter urbanístico.

Segundo Sousa de Jesus (2021), a ideia de modernização dos espaços urbanos estava ligada também ao ideal de “higienização”. As ações de intervenções urbanas estavam conectadas com a política de “limpeza” dos espaços urbanos, por consequência ocupados, na sua grande maioria, por pobres, negros, transeuntes, desempregados, em geral, a camada mais pobre e excluída da sociedade. A demolição da Doca da Fortaleza é um exemplo da ação governamental que procurava expulsar grupos considerados pobres, indolentes e desocupados de uma área de visibilidade da cidade, logo, um exemplo de segregação.

Para Bezerra (2008), as intervenções urbanas desse período foram desordenadas e sem nenhum tipo de planejamento, uma verdadeira chacina arquitetônica em que se destruiu o que de fato era belo. Em uma poesia declamada em seu livro de memórias, ele assim enfatiza: “Derrubaram as nossas mangueiras centenárias/Teus casarios da Rua da Praia e Praça Veiga Cabral/Mas em nossa lembrança que nunca será otária, Ficará sempre viva a imagem de ti, cobrando este mal/Não há nada que o tempo possa destruir/Não há nada que a vida possa apagar/Armazenado no peito de quem ainda existir/As lembranças de outrora de nossa velha Macapá” (BEZERRA, 2008, p. 40). Para ele, a intenção de Ivanhoé era anular a história deste lugar quando o mesmo botou abaixo tantas construções que referenciavam a cultura local.

É necessário pontuar outros ícones importantes do progresso que foram anunciados tais como a iluminação das ruas, a instalação de semáforos, manta asfáltica que, junto a arborização dos espaços públicos traziam um ar de novidade. Contudo, o principal símbolo do renascimento urbano nesse período foi a construção do novo centro cívico. Nele, foi edificado o Palácio do Governo que, a própria arquitetura e imensidão da obra viria para mudar a fisionomia da cidade dentro de seu processo evolutivo. Em edição especial do jornal *Nôvo Amapá*, um texto assim exaltava o aniversário de um ano de inauguração da referida obra: “a sua arquitetura, de linhas modernas, veio modificar a fisionomia da cidade, no sentido do progresso urbanístico da capital amapaense” (Jornal NÔVO AMAPÁ, abril de 1970).

A construção dessa imponente obra estava dentro de um projeto maior: a mudança do epicentro da administração territorial. Essa mudança de local, em consonância com a construção de obras substancialmente vultosas - dentre elas o Colégio Amapaense que possuía uma grande envergadura, e que visava ultrapassar a importância do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (construído no governo Janary) – representava a necessidade de romper com a temporalidade histórica anterior.

Nessa projeção, em frente ao Setentrião, a então praça da Bandeira que já existia, foi reconstruída completamente. Esta praça viria reforçar a narrativa de união entre o povo e o governo, esta seria a imagem perfeita da nação brasileira. Todos os prédios de importância

significativa localizavam-se ao longo da Avenida FAB (sigla de Força Aérea Brasileira). Logo, a proeminência desta avenida estava para além de ser a principal via de acesso aos demais bairros, mas representava o principal corredor da administração pública, além de ser o espaço das principais festas cívicas da cidade.

Dentre as ações que demarcariam a nova era, Ivanhoé valorizou o quadro das festividades cívicas, do qual fazia parte as festas estudantis, incentivadas e mantidas pelo governo de Ivanhoé Martins. Elas consistiam numa ferramenta fundamental do discurso modernizador do atual governo, pois eram nelas que os moradores de Macapá celebravam o passado, mas principalmente evocavam o nascimento de um novo Amapá. Para Silva (2017) os desfiles estudantis, especialmente o de 13 de setembro, cumpriam não só o papel de rememorar o dia da criação do Território Federal do Amapá, mas o de doutrinação e admoestação. Era necessário enquadrar o comportamento estudantil e da população dentro de um padrão social.

As paradas estudantis eram organizadas para serem uma reiteração do que as construções e obras urbanísticas deveriam representar: o nascimento de um novo Amapá (LOBATO, 2018). Cabe ressaltar que, apesar da participação maciça de alunos nesses eventos, bem como da apreciação de parte dos moradores da cidade, isso não pode ser apresentado como evidência da aprovação do povo ao governo, pois sentidos diferentes e até divergentes devem ser avaliados por seus idealizadores. Nesse aspecto, cita-se Amíraldo Bezerra (2008), quando o mesmo critica a derrubada de vários prédios construídos no período colonial, ao redor da Praça Veiga Cabral, nas ruas Mendonça Furtado e da Praia, bem como no centro de Macapá. Para esse autor, tais intervenções urbanas representam uma perda irreparável, refletindo a falta de bom senso e planejamento por parte do governo do período.

Desse modo, condicionantes históricos permitem inferir, de maneira inequívoca, que Macapá fora construída sob a ótica do progresso. O preceito do progresso perpassou por diferentes épocas e contextos, sendo o mesmo incapaz de reconhecer a importância da historicidade dos povos que habitavam nesse espaço. Bezerra (2008, p. 9), em seu livro de memórias, assim argumentou: “Não encontrei quase nada que pudesse reconhecer - uns [prédios] haviam sido demolidos, outros me parecem ter perdido a alma”. O progresso assumira uma força compressora, pois somente assim o Amapá seria, de fato, transformado.

Logo, observa-se que as construções e reconstruções demarcam a história desse lugar. A renovação urbana a que foi submetida esta cidade apagou boa parcela de sua história. Os vários momentos históricos passados por essa cidade não foram preservados, dificultando a identificação das várias transformações vividas nesse lugar (TOSTES; WEISER, 2018). Nota-se que a preocupação em manter viva a cultura local permanece mais dentro das redes de

sociabilidade do que materializadas no espaço urbano. A busca por uma Macapá modernizada não apenas excluiu os direitos urbanos, especialmente dos segmentos mais pobres, como também procurou exterminar as mais diversas manifestações culturais e lugares de memória importantes para a identidade desse lugar.

É nesse sentido que este estudo é tão relevante, pois procura descortinar as vivências que foram veementemente silenciadas. A memória hegemônica de Macapá acabou obscurecendo toda uma diversidade social e política pela qual a cidade foi sendo erguida, com o predomínio de uma narrativa que atribui os feitos e as mudanças pelas quais a cidade passou. É preciso ressaltar que uma cidade, por mais que se projete como produto da ação direta e do controle do Estado, é fruto das vivências dos diversos homens e mulheres anônimos que transitam nela (SILVA, 2022). Por este motivo, o caderno temático a ser confeccionado, buscará evidenciar modos de viver e de culturas de que nos falam outros documentos históricos. Enquanto recurso pedagógico, dará visibilidade a lugares de vivências, submersos ou não, na topografia da cidade replanejada e reconstruída tantas vezes.

Com a pretensão de disponibilizar aos docentes um material crítico e reflexivo, de forma que eles possam provocar a inquietação nos/nas estudantes - com novos olhares sobre o lugar onde vivem e assim possibilitar outras histórias - esta pesquisa pretende construir um Caderno Temático com os lugares de memória soterrados tendo como enfoque as fases de *obreirização* da cidade de Macapá. Na confecção deste produto, pretende-se cruzar fontes diversas, identificando como e porque certas memórias foram selecionadas de forma a refletir qual história está se ensinando nas escolas (OLIVEIRA, 2013). O quadro a seguir traz alguns dos lugares, existentes ou não na materialidade, que constituíram parte da historicidade macapaense e que serão abordados no caderno temático.

Quadro 1: FASES DE OBREIRIZAÇÃO DA CIDADE DE MACAPÁ

LUGARES DE MEMÓRIA	MACAPÁ COLONIAL (1758-1823)	MACAPÁ JANARISTA (1944-1964)	MACAPÁ DITATORIAL (1964-1975)
DOCA DA FORTALEZA		- Servia de atracadouro de embarcações que traziam mercadorias vindas de partes do interior do Amapá, das ilhas do Pará, de Belém e de outros	

		<p>lugares do Brasil, fundamentais para o abastecimento da cidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local de comércio, moradia e diversão popular. 	
IGARAPÉ DAS MULHERES	<ul style="list-style-type: none"> - Conforme registros, serviu de canal de drenagem para o esgotamento dos lagos; - Chegou a ser utilizado para embarque de arroz; - Empregado para a prática de agricultura; - Utilizadas para banho, lavagem de roupa e abastecimento da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizadas para banho, lavagem de roupa e abastecimento da população; - Era um lugar de sociabilidade, onde as mulheres se reuniam para compartilhar suas vivências e experiências. Além disso, servia de diversão para as crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atualmente é o principal acesso hidroviário de Macapá, sendo local de transporte de mercadorias e de trânsito de pessoas ao interior do estado e ilhas do Pará; é referência na venda de peixe fresco e camarão, mas também comercializa frutas e verduras; - É local de moradia, turismo e lazer.
IGREJA DE SÃO JOSÉ E SEU ENTORNO	<ul style="list-style-type: none"> - Era um dos prédios mais significativos desse período. Detinha função religiosa, reforçando a expansão da fé dos colonizadores, e poder hierárquico frente às outras instituições; - Instituição política, cultural, econômica e social da sociedade amapaense; - O interior da Igreja era utilizado para as celebrações religiosas, 	<ul style="list-style-type: none"> - Permaneceu como lugar de religiosidade, perpassando por modificações estéticas que buscavam demarcar uma nova linguagem; - A área da frente da Igreja era de convívio da população servindo para diversas atividades: pasto para animais; campo de futebol; instalações de circo ou de brinquedos como carrossel e roda gigante; uso para desfiles 	<ul style="list-style-type: none"> - Perdeu visibilidade a partir da divisão das praças, reforçada com a construção do Teatro das Bacabeiras; - Atualmente permanece sendo um importante lugar de memória amapaense. Seu espaço interno e arredores são utilizados em vários eventos religiosos e populares, como o Círio de Nazaré (com rezas, ladinhas e outras práticas católicas), o aniversário da cidade de Macapá e o Marabaixo.

	<p>enquanto o espaço externo era palco de práticas de lazer e religiosidade da população afro-amapaense. Além disso era utilizada como local de mercado, recreação e ponto de encontro;</p> <p>- Largo dos Inocentes: localizado atrás da Igreja São José, é considerado o berço histórico da cidade de Macapá;</p> <p>- Abrigava muitas famílias, tornando-se a parte mais habitada de Macapá. Além de moradia, era um espaço de lazer, em que se realizavam festividades populares, mas também religiosas.</p>	<p>escolares, comícios, show de artistas (realizadas no Coreto, uma construção nova), além do arraial da cidade.</p> <p>- Largo dos Inocentes: se transformou numa extensão da Igreja, chamada de “Quintal dos padres”, em que se instalou diversos prédios eclesiásticos, tais como: Salão Paroquial Pio XII, o prédio da Prelazia, a sede dos escoteiros, o Pensionato (atualmente parte do Vila Nova Shopping) e a Escola Paroquial de São José. As festividades que eram realizadas pela população local, passaram a ocorrer no Largo de São João.</p>	<p>- Atualmente o Largo dos Inocentes é um espaço onde ocorrem eventos e diversas manifestações culturais. Lá também é lugar de encontro para muitos grupos macapaenses, desde os mais antigos, como a concentração do Bloco do Formigueiro, até os amantes do heavy metal e os integrantes da comunidade LGBTQIA+.</p> <p>- No seu espaço funciona um estacionamento e em seus arredores prédios públicos, comerciais e residências;</p> <p>- Essa área não é reconhecida pelo seu potencial histórico-cultural, apesar de já ter havido iniciativas para o seu tombamento. Ao contrário, encontra-se em estado de abandono.</p>
OLARIA		<p>- Utilizada para a produção de materiais destinados às obras públicas do governo de Janary Nunes.</p>	
CASA DA TIA BILÓ		<p>- Foi moradia de Julião Ramos e sua família;</p> <p>- Tornou-se uma das casas em que os populares</p>	<p>- É um dos quatro locais da cidade de Macapá, em que se realiza o Marabaixo;</p>

		passaram a realizar o Marabaixo.	- Atualmente é a sede de uma Associação Cultural, denominada de Raimundo Ladislau, cuja função é de resguardar, difundir e valorizar a cultura do povo negro amapaense.
--	--	----------------------------------	---

Os lugares acima citados são alguns exemplos que constituem a história e memória macapaense. Neste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), pretendeu-se demonstrar a historicidade desses espaços, abordando-os conforme as suas funções sociais em diferenciados momentos históricos. Em sua abordagem objetivou-se estabelecer relações com o mundo do trabalho, lazer, religião, etc., que constituíam a memória e identidade macapaenses. Entretanto, houve a necessidade de fazer um recorte, devido a dois motivos principais: o tempo prescrito para a conclusão do mestrado e a insipienteza de fontes/registros e/ou estudos sobre determinados lugares. Neste último ponto, destacam-se as dificuldades de acesso a documentos, tanto em decorrência do período pandêmico, como pelo fato de algumas instituições estarem fechadas para reformas, inviabilizando o acesso a elas.

Entretanto, por mais que fossem dadas essas limitações, esse estudo buscou notabilizar certos lugares, afim de pôr Macapá em evidência. Não se intenciona substituir a história então encontrada nos currículos, mas sim compreender as suas múltiplas dimensões. Sabe-se que a escola e o ensino de História são lugares privilegiados da gestão da memória social e transmissão de identidades e saberes legitimados (CAIMI, 2007). Logo, cabe ao/a docente a responsabilidade de promover práticas que renovem a ideia de memória como um campo de disputas. É notória a urgência de se enxergar a realidade cotidiana com outros olhos, outras sensibilidades (DE SANTIS, 2021). Em síntese, é fundamental imprimir novos significados de outras narrativas que partam da análise de outros registros que foram subalternizados, pois é semeando outras formas de conhecimento que o ensino de História deve se fazer.

Sabe-se que na dinâmica da construção e reconstrução da cidade de Macapá, abordada várias vezes pela historiografia local, notadamente nos livros didáticos, privilegiava-se a ideia de “progresso” como determinante para o seu desenvolvimento. Nos livros de história local, figuravam tão somente as chamadas grandes personalidades, tidas como únicas promotoras da história e da grandeza do Amapá. Contudo, é responsabilidade do/a docente de História oferecer práticas de ensino e aprendizagem com uma abordagem comprometida com a memória e a

identidade locais. Nesse sentido, não basta contar como as coisas aconteceram, mas, num movimento dialético, migrar da história-narrativa para a história-problema (OTTO, 2013). Adriana de Santis (2021, p. 19) assim coloca:

Ao professor de História cabe, portanto, assumir uma proposição investigativa nas aulas de História, o que implica em construir uma atitude reflexiva e questionadora diante do conhecimento historicamente produzido, sem se deixar cair no mero reproduтивismo que ainda predomina em muitas aulas de História. Essa proposição investigativa implica assumir uma concepção de conhecimento em que alunos e professores são sujeitos capazes de investigar e produzir saberes sobre suas próprias realidades históricas, estabelecendo relações críticas com o saber histórico construído no âmbito acadêmico e a ‘História oficial’ veiculada”.

Logo, na prática escolar, na construção do conhecimento histórico comprometido com o direito à memória, é fundamental que o/a professor/a estimule a problematização dos acontecimentos. O objetivo é que o/a estudante seja instigado a reparar que o mundo em que vive nem sempre foi o mesmo, mas que, ao longo do tempo, passou por transformações, apesar das permanências. Ao final desse processo, o/a estudante conseguirá promover-se como sujeito histórico e de direitos. Oliveira (2013) converge com esse pensamento ao afirmar que os alunos devem encontrar significados para a sua própria realidade, de forma a identificá-la como parte fundamental da sua vida, desenvolvendo seu senso de pertencimento.

Fenelon (1999), por sua vez, enfatiza que é necessário proporcionar visibilidade aos protagonistas de outras histórias, retirando a ideia de uma história de vencedores e perdedores, vitoriosos e fracassados, quando na verdade as realidades sociais são múltiplas e complexas. Costa (2008) coaduna com esse pensamento, ao reforçar a necessidade de dar visibilidade àqueles sepultados na vala do esquecimento e da passividade. Nesse sentido, objetiva-se justamente direcionar a importância dos lugares de memória para a constituição das identidades macapaense, mas não privilegiar uma história em que se negligenciam as experiências dos seus mais diversos atores. Para Paulo Costa (2008, p. 74),

[a]lgumas das abordagens em questão privilegiam a análise das estruturas políticas e econômicas. As pessoas comuns praticamente desaparecem, como se elas estivessem como expectadores passivos vendo o trem da história passar. Isso nos faz esquecer que pessoas possuem sentimentos, vivem contradições, preferências e historicidade, num processo de constante tensão.

A historiografia amazônica clama por interpretações que problematizem os processos históricos próprios dessa região. Hoje não mais se aceita a definição de um lugar único e sacralizador da História hegemônica como detentora do referencial de identidade, mas há a necessidade de um espaço de negociação com outras narrativas que precisam ser conhecidas e valorizadas. Essa discussão permeia a base desse estudo, pois se pretende fazer emergir um

ensino que toque a alma do/a educando/a, para que este possa se sentir parte integrante da história de sua cidade e se reconheça como sujeito que tem direito a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, após todo um caminho percorrido e marcado por uma sustentação conceitual e procedimentos metodológicos alcançados, encerro destacando a importância de tomar a cidade de Macapá como objeto de reflexão, a partir da construção de um olhar voltado aos seus lugares de memória invisibilizados. Sabe-se que é no residual do cotidiano que se instala a capacidade de aprender, daí a relevância de tematizar a cidade na experiência da escola, pois assim os/as estudantes terão diante de si questões de sociedade, de problemas do mundo.

Essa pesquisa está carregada de simbologias. Seu caminho foi delineado pela necessidade de me tornar uma professora cuja ação não escapasse à minha responsabilidade ética de estar diante do mundo. Foi na emergência em desacomodar, despertando para outras realidades, que essa pesquisa também se constituiu. Logo, para além de uma oportunidade de reaproximação com a vida acadêmica (através do ingresso no ProfHistória), ampliando a qualidade da minha formação, objetivou-se a concretização de um estudo que estivesse comprometido com à realidade social.

A experiência de ler a cidade de Macapá se deu através do confronto de diferentes linguagens e fontes documentais buscando-se entender tanto a historicidade desses espaços, como fazer emergir outros modos de viver e ser de culturas invisibilizadas. Assim, na dimensão propositiva deste estudo buscou-se evidenciar que o Amapá tem identidade múltiplas, plurais e que é necessário refletir sobre o apagamento dessas identidades, uma vez que todas as histórias merecem ser contadas, são dignas de serem contadas. Nesse passo, pode-se afirmar que o ensino de História, na educação básica, deve promover estratégias que tornem o ensino mais dinâmico e significativo ao universo dos estudantes.

No tocante ao contexto educacional amapaense, este estudo também contribui como uma possibilidade de se compreender as especificidades da região amazônica, ainda pouco discutidas nas salas de aulas. Como consequência das dificuldades na pesquisa historiográfica da Amazônia, destaca-se que precisamos avançar na compreensão da diversidade cultural amapaense e suas identidades. No que concerne ao estudo das cidades, é preciso estar mais atento na leitura de seus códigos/enunciados, na composição de seus atores sociais, além, é claro, da reflexão acerca das operações de seleção de lugares de memória.

Constituída de valiosos conhecimentos e aprendizagens pedagógicas, essa pesquisa também esteve repleta de desafios, dentre eles o tempo estabelecido para a conclusão do

mestrado, além da insuficiência de documentos e/ou estudos sobre lugares que constituíram a história de Macapá. Nessa última questão, destacam-se as dificuldades de acesso a esses documentos, tanto em decorrência do período pandêmico, como pelo fato de algumas instituições públicas estarem fechadas para reformas.

Entretanto, apesar das barreiras acima citadas, espera-se que esta leitura sirva como um convite para o conhecimento e reconhecimento de outras formas de ser e estar no mundo. Que se reflita sobre o processo de segregação, dominação, discriminação de grupos sociais ainda marginalizados na historiografia canônica. Anseio que leitores e/ou professores/as não apenas oriundos de Macapá, mas também de outras regiões do Brasil sintam-se inspirados pela avaliação de suas práticas e tenham coragem de mudar velhas atitudes transformando-as em novas experiências. Além disso, que possam valorizar seus saberes e práticas, provocando o contato com o cotidiano, o olhar para o considerado banal, enxergando nesse procedimento parte de um exercício problematizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, v. 14, 1^a série, 1998, p. 77-97.
- ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. Documentos escritos e ensino de História. In: ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE, Marcos Antônio Gomes de Mattos de. Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá. *Revista Brasileira de Arquiometria, Restauração e Conservação*, Pernambuco, v.1, n. 6, 2007, p. 313-319.
- ALMEIDA, Cândido Mendes. *Projeto Pinsônia ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação*. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova Typographia de João Paulo Hidelbrandt: a rua da alfândega, nº 93, 1873.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (org.). *Reflexões sobre a história local e produção de material didático*. Natal: EDUFRN, 2017.

AMAPÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ (Seed). Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e Ensino Fundamental. Seed, Macapá, 2019.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2012, p. 41-76.

_____. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.

AULA, Inkeri; SILVA, Regina Helena Alves da. Metodologia sensobiográfica. Novos conhecimentos sobre o sensório urbano. In: MAIA, Andréa Casa Nova (org.) *História Oral e direito à cidade: paisagens urbanas, narrativas e memória social*. 2ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

AVELINO, Yvone Dias. A construção de uma realidade: cidade, história e literatura. In: MOTA, Carlos Alberto de Melo e Silva; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco (org.). *Retalhos Históricos: Espaços, corpos e culturas*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrindo sentidos. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, 2006, p. 57-85.

BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012, p. 37-51.

BARROS, José d'Assunção. História Local e História Regional: a historiografia do pequeno espaço. In: BARROS, José d'Assunção. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; SILVA, Jackeline Samara Maciel da. Inclusão das histórias afro-brasileira, africana e indígena nos currículos da educação básica do Amapá: uma análise do plano curricular de 2009. In: SILVA, Giovani José; MEIRELES, Marinella Costa (org.). *A Lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades*. Curitiba: Appris, 2019.

BENTES, Sabrina Natali Silva. *Cada senhora dez dedos, cada dedo é uma memória: histórias e memórias de mulheres marabaixeiros*. Macapá: 2019. Relatório (Graduação em História) - Licenciatura em História, Curso de História, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Macapá/Fortaleza: Premius, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda B. As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

- _____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. Identidades e ensino de História no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, María Fernanda (orgs.) *Ensino da História e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 3^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 41-44. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2021.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943*. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu. Brasil, 1943.
- _____. *Decreto-Lei nº 7.773, de 23 de julho de 1945*. Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal do Amapá. Brasil, 1945.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- _____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Versão final. Brasília: MEC, 2018.
- _____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.
- _____. *Portaria nº 1570, de 20 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTRARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. *A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. (org.). *História: Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. [Coleção Explorando o ensino; v.21].
- _____. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, v.11, n. 21, 2007, p. 17-32.

- CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: Secretaria de Educação Básica. *História: Ensino Fundamental*. Brasília MEC, 2010.
- CALDAS, Yurgel Pantoja; SOUZA, Manoel Azevedo de. O Jornal Amapá e a literatura amapaense: os anos entre 1945 e 1968. *Letras Escreve*, Macapá, v. 8, n. 3, 2018, p. 205-217.
- CANTO, Fernando Pimentel. *Vertentes Discursivas da Fortaleza de São José de Macapá*: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas. Macapá: Unifap, 2014.
- CARRETERO, Mario. *Construir e ensinar: as Ciências Sociais e a História*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- _____. Representação e aprendizagem das narrativas históricas. In: CARRETERO, Mario; CASTORINA, José A. (orgs.). *Desenvolvimento cognitivo e educação: processos do conhecimento e conteúdos específicos*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do império: história das fortificações do cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.
- CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, Pará, v. 7, n. 13, 2018, p. 272-292.
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. Trad. Maria de Lourdes Menezes. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CIRIACO, Adriana José. *Memória e cidade: Experiências e Lembranças de viveres urbanos (Catalão 1970-1980)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- COELHO, Mauro Cezar. De caboclo a brasileiro: Estado e nacionalidade no território federal do Amapá. *Saeculum – Revista de História*, n.10, 2004, p.141-162.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na ilharga da fortaleza logo ali na Beira, lá no regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970*. Belém: Açaí, 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, 2013, p. 19-34.

DE SANTIS, Adriana Cristina Lopes Setemy. Ensino de História, memória e direitos humanos: reflexões sobre a transmissão da memória através do ensino de passado traumáticos. *Revista História Hoje*, v. 10, nº 19, 2021, p. 12-29.

FARIAS, William Gaia; VELOSO Neto, Gabriel Napoleão. A política faroleira no alvorecer da República no Pará: o Farol de Macapá (1889-1907). *Navigator: subsídios para a história marítima no Brasil*. Rio de Janeiro, v. 14, 2018, p. 57-71.

FENELON, Dea Ribeiro. In: Cidades: Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: Educ, 1999.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Habitação em áreas urbanas de valor patrimonial: quem pode morar no centro? In: FERREIRA, Anna Cristina Andrade et al (orgs.) *A cidade não para e a memória não perece: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Identidade e memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: Reflexão e Ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha. De província a um espaço urbano planejado: Teresina e suas transformações. In: MOTA, Carlos Alberto de Melo e Silva; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco (orgs.). *Retalhos Históricos: Espaços, corpos e culturas*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 59ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Fala dos Lugares Perdidos: a Cidade do Desejo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p. 157-170.

GAGO, Marília. Consciência Histórica e narrativa no ensino de História: lições de História...? Ideias de professores e alunos de Portugal. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, 2016, p. 76-93.

GOMES, Flávio dos Santos. Descobertas & Experiências. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p.11-16.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre o currículo*: diversidade e currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. História local: conceitos, preceitos e preconceitos. In: MORELI, Ailton José (org.). *Introdução ao Estudo da História*. Maringá: Eduem, 2005.

GRUNBILF. Brasil. *Plano Urbanístico da Cidade de Macapá*. São Paulo: Grunbilf do Brasil, 1960.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História*. 13^a ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. Tudo é História? o que ensinar no mundo multicultural? In: GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

HORN, Geraldo Baduíno; GERMINARI, Geyso Dongley. *O Ensino de História e seu currículo: teoria e método*. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ILLERIS, Knud. Uma compreensão abrangente sobre a aprendizagem humana. In: ILLERIS, Knud (org.). Teorias contemporâneas da aprendizagem. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2013.

JESUS, Ismael Sousa de. A urbe como objeto de pesquisa histórica: percursos e diálogos possíveis com a historiografia. In: MOTA, Carlos Alberto de Melo e Silva; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco (org.). *Retalhos Históricos: Espaços, corpos e culturas*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

Jornal AMAPÁ. “Macapá Moderna”. Macapá, 13 set. 1953.

Jornal AMAPÁ. “Macapá Cinderela”. Macapá, 7 jul. 1957.

Jornal AMAPÁ . “Ao atingir maior idade o Território tem novos horizontes de progresso”. Macapá, 12 de setembro de 1964.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Wanda Maria da Silva Ferreira. O ciclo do Marabaixo: permanências e inovações de uma festa cultural. (Dissertação de Mestrado). Programa de Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.

_____. O espetáculo da ordem: paradas estudantis amapaenses em tempos de ditadura (1967-1972). In: FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França; LOBATO, Sidney; NERY, Vitor Sousa Cunha (orgs.). *História da Educação na Amazônia: múltiplos sujeitos e práticas educativas*. Curitiba: CRV, 2018.

_____. Obreiros do meio do mundo: trabalho e solidariedade no bojo da urbanização macapaense (1944-1964). *IX Semana de História: O ensino e a pesquisa de História no Amapá: perspectivas e desafios*, 2013.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura das teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, 2010, p. 20-28.

MACÊDO, Luciana. Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do território do Amapá (1944-1956). *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap*, Macapá, v. 12, n. 3, 2019, p. 91-109.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Novos temas nas aulas de História. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MATTOSO, José. História Regional e local. In: MATTOSO, José. *A escrita da história: teorias e métodos*. Lisboa: Ed: Estampa, 1997.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs.). *A Bússola de escrever: desafios e estratégias na orientação da escrita de teses e dissertações*. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985, p. 197-205.

MESSINA, Marcello. Atraso. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; PACHECO, Agenor Sarraf (orgs.). *Uwaküri: dicionário analítico*. Rio Branco: Napan, 2016, p. 96-106.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Marco Antonio. *Teorias de Aprendizagem*. 2^a ed. São Paulo: E.P.U., 2019.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, n. 25/26, v. 13, São Paulo, 1993, p. 143-162.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares perdidos. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28.

Jornal NOVO AMAPÁ. “Com vistas ao Amapá do futuro”. Macapá, 1 mai. 1970.

NUNES, Clarice. Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASparello, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

NUNES, Janary Gentil. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. A História nas salas de aulas brasileiras. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. (org.). *História: Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. [Coleção Explorando o ensino; v.21].

_____. Ensino de História e direito ao passado. *Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 7, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. Relações entre memória e objeto no estudo das cidades. In: SILVA, Cristiani Bereta; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Ensino de História, memória e culturas*. Curitiba: CRV, 2013.

ORÇO, Claudio Luiz; GANDOLFI, Gabriele Juli; TUZZI, Vivian. O ensino de História na contemporaneidade. *Unoesc & Ciência*. Joaçaba, v. 5, n.1, 2014, p. 90-100.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12^a ed. São Paulo: Contexto, 2019.

OTTO, Clarícia. História(s) no anos iniciais da Educação Básica: experiência, memória e narrativa. In: SILVA, Cristiani Bereta; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Ensino de História, memória e culturas*. Curitiba: CRV, 2013.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História. *Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais*, v. 26, n. 107, 2018, p. 1-22.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 53, 2007, p. 1-24.

PICANÇO, Estácio Vidal. Informações sobre a História do Amapá: 1500 – 1900. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PILETTI, Nelson. *Aprendizagem: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa. A Educação Histórica como campo investigativo. *Diálogos*. Maringá, v. 19, n. 1, 2015, p. 11-27.

RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras”: ideias e experiências no povoamento do Cabo Norte – Século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROUANET, Sergio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? *Revista USP*, São Paulo, n. 15, 1992, p. 48-75.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*: teoria da história fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

SAMPAIO, João de Deus Santos de; NERY, Vitor da Silva Cunha. História dos Grupos Escolares do Amapá na primeira metade do século XX. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lucia Regina de Azevedo (org.). *História e Educação na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2016.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, fev. 1997, p. 41-81.

SANTOS, Dorival da Costa. *O Regime ditatorial militar no Amapá: Terror, Resistência e Subordinação – 1964/1974*. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943 a 1970)*. Belém: Grafinorte Ind. e Comércio, 2006.

SCHMIDTH, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASparello, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

SCHMIDTH, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: GASparello, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

SCHMIDTH, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e ensino de história. In: SCHMIDTH, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Francisco Bento da. A cidade de Cobija e os lugares de memória da Revolução Acreana/Guerra do Acre. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues (org.). *Das margens*. 22^a ed. Rio Branco: Editora Nepan, 2016, p. 121-138.

SILVA, José Vasconcelos. *Visualidades e Memórias das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco*. Macapá: 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Maura Leal da. A cidade imaginada: histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do Território Federal do Amapá. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 76, 2022, p. 289-308.

_____. *Território imaginado: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)*. Brasília: 2017. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 3^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SOARES, Olavo Pereira. A pesquisa-ensino no ensino de história. In: PENTEADO, Heloísa Dupas; GARRIDO, Elsa (org.). *Pesquisa-ensino: a comunicação escolar na formação do professor*. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOUZA, Manoel Azevedo de; BARREIRA, César. Histórias vividas e narradas: os amapaenses no Jornal Amapá. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 50, n. 1, 2019, p. 277-312.

SOUZA, Newan Acacio Oliveira de. Uma cidade ‘não tão no meio do mundo’ assim...paisagens e identidades em Macapá, Amapá. *Amazônica Revista de Antropologia*, v.13, 2021, p. 311-343.

TORRÃO Filho, Amilcar. A sétima porta da cidade: memória, esquecimento e ressentimento na história de São Paulo. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 31, jul./dez. 2004, p. 127-152.

TORRES, Maria Nahir Batista Ferreira; ROLIM, Tácito; BARROS, Vilarin Barbosa. Pesquisa e Ensino de História. In: MAGALHÃES Junior, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (orgs.). *Ensino & Linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

TOSTES, José Alberto; WEISER, Alice A. Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955. *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v. 1, n. 2, 2018, p. 34-53.

VARGAS, Getúlio Dornelas. *Discurso de improviso agradecendo o banquete oferecido em Guairá, no Território de Ponta Porã*, a 27 de Janeiro de 1944. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/getuliovargas/discursos/1944/03.pdf> /view. Acessado em 01 de setembro de 2021.

VERAS, Rogério de Carvalho. As memórias da cidade: a educação patrimonial nos (des)encontros de memórias e culturas. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; CAMÉLO, Júlia Constança Pereira; TOURINHO JÚNIOR; Washington (org.). *Ensino de História: linguagens, memória e saberes históricos*. Curitiba: CRV, 2020.

ANEXO

Descortinando Macapá

LUGARES E MEMÓRIAS
DA CIDADE NA SALA
DE AULA



MESTRANDA

Prof^a Francisca Borges de Sousa

ORIENTADOR

Prof. Sidney Lobato

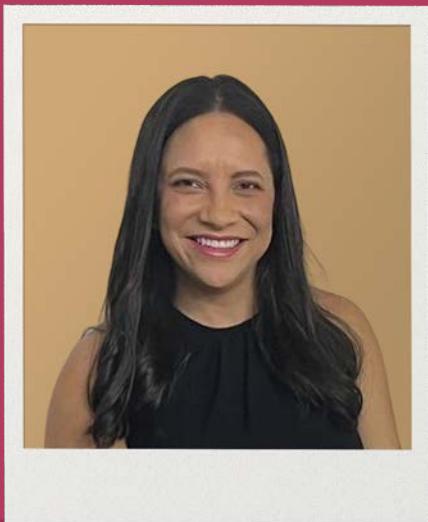


SABERES HISTÓRICOS EM DIFERENTES
ESPAÇOS DE MEMÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

MACAPÁ, 2023

SOBRE A AUTORA



FRANCISCA BORGES DE SOUSA

É especialista em Metodologia do Ensino de História pela UNINTER (Centro Universitário Internacional), em 2008. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em 2006. Desenvolve pesquisa no Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia/LEHSTAM. É professora efetiva de História da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino (Seed/AP), desde 2006, com lotação atual na Unidade de Ensino Fundamental Modular (UEFUM).

Sou professora de História da Educação Básica desde o ano 2004, pela rede Estadual do Amapá, pertencente ao quadro efetivo do Estado em 2006. Desse período,

tive experiências com o Ensino Médio e Fundamental, trabalhando na área urbana de Santana e, posteriormente, em Macapá. Atualmente, tenho desempenhado minhas atividades profissionais na Unidade de Ensino Fundamental Modular (UEFUM), há mais de 12 anos.

Lotada no Ensino Modular, tenho experienciado um percurso escolar (viajo para quatro localidades distintas por ano), que me oportuniza vivenciar a diversidade cultural amapaense através do convívio com diferentes comunidades, dentre ribeirinhos, quilombolas, assentados, garimpeiros, etc. Envolvida pelo potencial dessa comunhão, aprofundei a necessidade de mergulhar nessa multiplicidade, conhecer mais de perto essas pessoas, seus modos de pensar, sentir e viver, não apenas para enriquecer a minha prática pedagógica, mas para aprender com eles.

Nesse caminho e na busca de participar da construção de uma sociedade mais atenta às realidades sociais, defendo a importância dos estudos de história local como uma forma de se conhecer outras vozes e experiências históricas que compõem a nossa comunidade. Daí a necessidade de se romper com a história tradicional - etnocêntrica, unilinear, abstrata e descontextualizada – que negligenciou outras formas de ser e viver no mundo, produzindo esquecimentos de determinados grupos que não se alinhavam com a memória oficial.

Essas inquietações continuaram a me angustiar, o anseio em aprender também e, no ano de 2020, consegui ingressar no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória-Unifap). Nesse curso, mergulhada nas discussões dos desafios do tempo presente, das metodologias de ensino, teorias de aprendizagem, além do contato com leituras concernentes à história do Amapá, proporcionado pelo meu orientador Sidney Lobato, surgiu a oportunidade de trabalhar com a história local através da construção de um produto voltado para a sala de aula.

Como resultado do meu Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), proponho trabalhar com a memória sobre a cidade de Macapá, para permitir ao professor(a) orientar os estudantes a pensar a partir de seu cotidiano e de suas experiências. Assim, ele(a) conseguirá fomentar nos discentes o reconhecimento da historicidade da própria realidade social, fazendo-os refletir sobre a ideologia dominante que buscou invisibilizar outros sujeitos sociais. Afinal, toda prática educativa que busque a transformação deve reforçar no estudante a sua capacidade crítica, curiosidade, insubmissão, oferecendo a eles condições de lerem o mundo.

SUMÁRIO

- **04 APRESENTAÇÃO**
- **05 DOCA DA FORTALEZA**
- **10 IGARAPÉ DAS MULHERES**
- **18 OLARIA**
- **24 CASA DA TIA BILÓ**
- **31 IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E SEU ENTORNO**

Imagen 1: Praça Veiga Cabral em 1970



Fonte: <https://www.alcinea.com/categoria/macapa-antiga>

APRESENTAÇÃO

Fruto de pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), este caderno temático destina-se aos docentes que estão no exercício do ensino básico de História. Enquanto recurso didático, enseja possibilidades de articulação entre os campos da memória, da cidade e do ensino de História, de forma a caracterizar alguns lugares de vivências constituintes de identidades e sociabilidades no passado e no presente de Macapá. Será por meio das memórias locais que buscar-se-á evidenciar uma Macapá hoje bastante desconhecida, contribuindo para uma educação histórica significativa.

Ao observar o ensino de História Local que ocorre nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), constatou-se um uso de memórias feito frequentemente de modo simplista, marcado por uma orientação unilinear e distante da realidade dos alunos. Além disso, a própria história do Amapá, embora faça parte do nosso currículo, ainda é considerada parte dispensável das aulas de história. Diante desse silenciamento que defende-se a necessidade de se promover práticas de ensino e aprendizagem com uma abordagem comprometida com as memórias e identidades locais, sobretudo as subalternas.

Ressalto que foi no ProfHistória – programa que contribui não apenas com a minha experiência docente, mas de maneira geral com o campo do ensino de História do Amapá, ainda tão incipiente – que surgiu a ideia da construção de um caderno temático. Esse programa me levou a lançar um olhar crítico e reflexivo sobre minha prática, ensejando problematizar a história local, cuja relevância foi percebida de imediato, ganhando força com as leituras realizadas posteriormente.

A composição desse material terá como eixo os momentos de obreirização da cidade de Macapá – Macapá Colonial, Macapá Moderna e Macapá Ditatorial

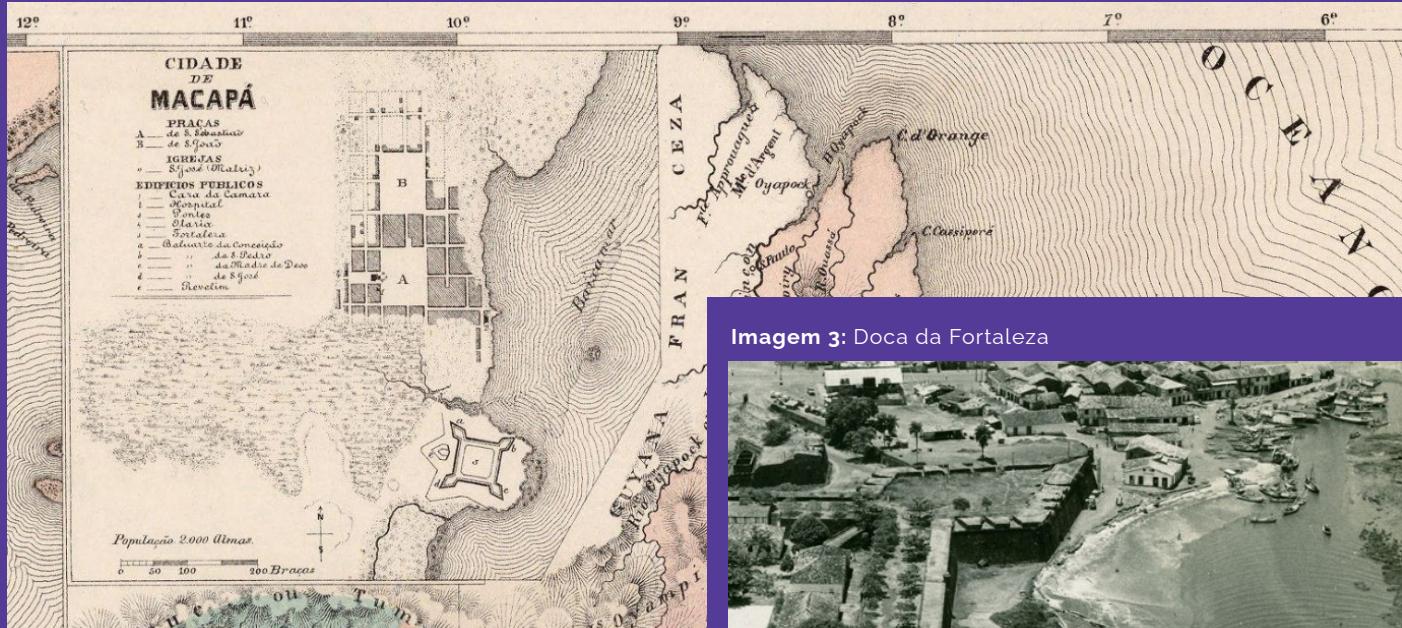
–, interagindo com temas variados (como trabalho, religiosidade, lazer) de forma a identificar os processos de intervenção urbanística a que esta cidade foi submetida. Depreende-se que Macapá fora construída sob a ótica do progresso que, perpassando épocas e contextos, foi incapaz de reconhecer a importância da historicidade dos povos originários que aqui habitavam. Todas as alterações em seu espaço buscavam visivelmente apagar da cartografia dessa cidade a cultura e a história locais, implantado de forma autoritária o ideário da modernidade.

Nesse sentido, este material inclui na prática docente a problematização de identidades e representações sobre o local, desconstruindo estereótipos e preconceitos, valorizando experiências dos mais diversos grupos sociais. Aceder a essa possibilidade é convidar os estudantes a irem além do currículo, a tomarem parte na elaboração dos questionamentos quanto ao que é consagrado e ao que é esquecido, conhecendo progressivamente a realidade onde estão inseridos e, como sujeitos sociais, desenvolvendo sua capacidade de análise e intervenção crítica.

Este caderno temático vem contribuir para a construção de uma escola mais atenta às diferenças e desigualdades sociais, objetivando estimular novos projetos e experiências. A sua intenção está voltada para o desenvolvimento social, crítico e cognitivo dos estudantes, além de colaborar com o enfrentamento de desafios que cotidianamente o profissional de história enfrenta nas salas de aula, como a falta de materiais didáticos voltados à realidade local. Aqui não se pretende que este seja um material fechado, a ser apropriado integralmente, mas sim oferecer um recurso a partir do qual cada docente possa traçar o caminho que lhe interessa percorrer com seus alunos.

DOCA DA FORTALEZA

Imagen 2: Planta da cidade de Macapá no período Colonial



Fonte: ALMEIDA, 1868

PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

Existem poucas fontes que retratam os aspectos da vida cotidiana de Macapá do período Colonial. A Vila de São José de Macapá, fundada oficialmente em 04 de fevereiro de 1758, era pequena, e as pessoas que nela residiam tinham modos de vida simples e estreitamente ligadas ao rio Amazonas. Nessa época, as pessoas moravam em casas feitas principalmente de madeira (material de fácil acesso), cobertas de palha, e trabalhavam na agricultura e na pecuária.

A vila de São José de Macapá situava-se entre dois igarapés: um que passava ao Sul, ao lado da Fortaleza de São José de Macapá, chamado Igarapé da Fortaleza, devido à sua localização; e a outra ao Norte, conhecido como Igarapé da Companhia ou Igarapé das Mulheres, que será abordado na próxima sessão. A imagem acima representa a Vila de Macapá no século XIX. Nela visualiza-se o Igarapé da Fortaleza e sua extensão, assim como a topografia da cidade com as suas principais praças: a de São Sebastião, hoje Veiga Cabral (letra A), e a Praça São João, hoje Barão do Rio Branco (letra B).

Existe um documento histórico, chamado de Projeto Pinsônia, de autoria de Cândido Mendes de Almeida, que traz algumas informações sobre Macapá desse período. Nele, afirma-se que o

Imagen 3: Doca da Fortaleza



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Igarapé da Fortaleza, tinham suas margens formadas por campos de várzea, até a parte da terra alta (onde ficava a cidade). Esses terrenos - formados por áreas alagadiças, geralmente cobertas de capim e pequenos arbustos - eram extremamente férteis, favorecendo o cultivo de diferentes tipos de plantações. Na parte mais baixa do Igarapé, abriam-se sarjetas naturais que serviam para dar evasão as águas represadas, ficando toda essa área enxuta na vazante.

De acordo com o relatório de J.M. Figueiredo de Oliveira – um dos documentos anexados ao Projeto Pinsônia -, em 1854, nos arredores do igarapé havia muitos arvoredos, cercadas por algumas casas e fazendolas de criação em pequena escala. Neste relatório, afirma-se que o uso desse espaço tinha sua função voltada para a criação de animais, como gados, porcos e galinhas, além do cultivo de lavoura. Para além dos campos, Figueiredo afirmou existir lagos ou igapós, cobertos por paisagens verdes, que formavam pequenas ilhas de arbustos.

PERÍODO JANARISTA

Com o passar dos anos, já no século XX, no Igarapé da Fortaleza foi se constituindo uma doca, intitulada Doca da Fortaleza, também em referência à sua localização. Nesse lugar, passariam a atracar diversas embarcações como canoas, lanchas e barcos pequenos, que traziam mercadorias vindas de diversas partes do interior do Amapá, das ilhas do Pará, de Belém e de outros lugares do Brasil, fundamentais para o abastecimento da cidade, que crescia cada vez mais.

Imagen 5: Fluxo de embarcações na Doca da Fortaleza



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Em 1955, a movimentação de embarcações que atracavam no porto da Doca da Fortaleza marcou o número de 4.704 barcos, representando 78 embarcações por semana, conforme dados oficiais.

Imagen 4: Pintura de Raimundo Peixe retratando a antiga Doca



Fonte: <https://www.blogderocha.com.br/>

Essas embarcações, além de realizarem o transporte de mercadorias, também traziam informações tanto de fatos ocorridos em outros lugares como também notícias de amigos e parentes distantes que moravam em outros lugares. Destaca-se aqui uma referência à figura do regatão - pequenos comerciantes que entravam nos rios e igarapés com suas embarcações, oferecendo mercadorias às populações ribeirinhas da Amazônia.

Imagen 6: Abastecimento de mercadorias na antiga Doca



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Imagen 7: Movimentação de populares na Doca da Fortaleza



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

A Doca passou a ser um local muito frequentado pela população amapaense, e onde muitas famílias de baixa renda se fixavam, construindo casas de madeira (palafitas) para viverem do comércio que lá se estabelecia. Era lá que muitas pessoas buscavam o sustento de suas famílias, desempenhando diversos funções tais como: sacoleiros, carregadores, vendedores de lanches, etc.

Imagen 8: Casas na antiga rua que passava ao lado da Doca da Fortaleza



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Nesse período – e até os dias atuais –, os rios eram as principais vias de transporte de cargas e pessoas. Deve-se ressaltar que as marés determinavam o ritmo da vida na sociedade macapaense, pois havia uma dependência muito grande em relação ao movimento de vazante e enchente. Para os administradores locais, essa submissão às marés representava um prejuízo econômico e atraso no modo de vida do povo de Macapá. Contudo, essa visão desconsiderava o jeito de ser amazônica, que baseava sua relação com o rio não motivada pela economia, mas cujo modo de vida tinha nele a sua essência. Um exemplo dessa prática pode ser encontrado na letra da música do Grupo Pilão, composição de Fernando Canto, lançada em 2019 no álbum Quando o pau quebrar.



QUANDO A NOITE VINHA

*Na nossa palhoça no meio da roça
Era o sol bater a gente brincava antes de comer
Tudo aquilo que tinha no nosso lugar.*

*Você punha mesa, eu punha a pupunha e fazia café
Entre o bule, a fumaça e o choro do neném
Entre o beijo e um abraço antes de ir trabalhar.*

*Quando a noite vinha
A gente se amava sob a lamparina
Era a sina da gente, era sempre rotina
Esperar que esse mundo pudesse mudar.*

*Era tão bonito o puc-pucando dos barcos passando
De lá vinha cheiro, de lá vinha som
Como a velha modinha do “Seu Marrom”:*

*“Me ajude aqui
Que o quatí quer fugir.
Ô pinto pelado
Da beira da praia
Tu és um danado
Tu és um safado”*

A Doca da Fortaleza, além de ter sido ressignificada como um espaço importante de comércio e moradia, também passaria a ser um lugar de diversão popular. Durante a noite, muitas áreas de festa aí funcionavam, atraindo pessoas das redondezas, mas também de outras regiões que vinham em busca de distração e divertimento. Entretanto, esse lugar era visto pela elite local como espaço de degradação humana e de sociabilidade criminógena, sendo constantemente alvo de policiamento e vigilância. Além disso, a Doca era vista como algo que contrariava o ideal de higienização, beleza e moralidade dessa elite. Tal visão motivou o seu apagamento do espaço urbano da cidade, ocorrendo uma segregação urbana em nome do ideal de sociedade higienizada.

PERÍODO DITATORIAL

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo territorial investiu no desaparecimento do Igarapé da Fortaleza por considerá-lo um símbolo do atraso e um obstáculo à modernização da região. Assim, no lugar do Igarapé da Fortaleza foi construído um canal artificial que substituiria, com seu leito de concreto, o antigo, não mais visando à navegação que garantia a sobrevivência dos mais diversos grupos sociais, mas agora ao “melhoramento” do centro da cidade, a sua modernização.

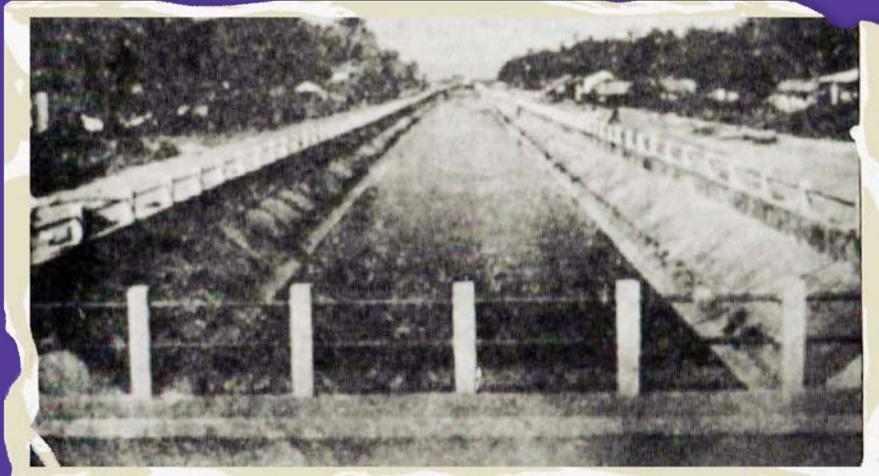
Imagen 9: Revestimento final do canal do Igarapé da Fortaleza em 1968



Antes e depois

Fonte: Jornal Novo Amapá – Macapá, 30 de março de 1968

Imagen 10: Conclusão do canal artificial do Igarapé da Fortaleza, em 1970



Fonte: Jornal Novo Amapá - Macapá, 01 de maio de 1970

A destruição da Doca da Fortaleza visava contemplar um projeto de urbanização ordeira proclamada no governo de Ivanhoé Martins. Este governador buscou, a todo custo, evidenciar os sinais de uma Macapá promissora, inclusive pelo apagamento das marcas da sociabilidade das classes populares. Nesse caso, em nome de uma forma específica de “progresso”, ignoraram-se as características fundamentais desse ambiente, desenhado e determinado pelo rio, subordinando os seus moradores ao soterramento de sua história. Entretanto, a Doca da Fortaleza sobrevive ainda hoje na memória e na história da população macapaense.

PARA SABER MAIS, CONSULTE:

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na Ilharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970. Belém: Açaí, 2008.

LOBATO, Sidney. **Lugares de memória dos trabalhadores #05: Doca da Fortaleza, Macapá (AP) – Sidney Lobato**. LEHMT. Disponível em <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-doca-da-fortaleza-macapa-ap-sidney-lobato>. Acesso em 04/11/2021.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

_____. **Projeto Pinsonia ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação**. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova Typographia de João Paulo Hidelbrandt: a rua da alfândega, nº 93, 1873.

BEZERRA, Amílaldo. **A margem esquerda do Amazonas**. Fortaleza: Premius, 2008.

CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/AP.

Novo Amapá. Ano 23. Macapá, sábado, 30 de março de 1968, T.F.A., n. 1474.

Novo Amapá. Ano 25. Macapá, segunda-feira, 20 de abril de 1970, T.F.A., n. 1568 (Edição Especial).

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2012.

IGARAPÉ DAS MULHERES

PERÍODO COLONIAL

Igarapé é um termo de origem tupi, cuja junção *ygara* (canoas) e *apé* (caminho), formam o “caminho da canoa”. Trata-se de um pequeno rio ou curso d’água amazônico, de pouca profundidade, que permite a passagem de pequenas embarcações. O *Igarapé das Mulheres*, lugar de que trataremos agora, estava localizado ao Norte da Vila de São José de Macapá e teve um papel importante no cotidiano amapaense, adquirindo significações diferentes com o passar dos anos.

Antes de tratar do Igarapé das Mulheres, é importante destacar que as fontes que descrevem o espaço macapaense, no século XIX, são escassas. Sabe-se que a vila foi se constituindo num terreno desigual e bastante florestado. Ao norte da vila, onde se localizava o Igarapé das Mulheres, prevalecia uma região alagada e de mato curto; mas também haviam campos, que formavam pequenas fazendas, utilizadas na criação de animais. Para além destes campos, existiam lagos, cujas águas ficavam paradas em decorrência da não comunicação com o rio Amazonas. Além disso, o acúmulo de barro e folhagens caídas, procedentes das enchentes do rio, obstruíam o livre transcorrer de suas águas.

Segundo os registros de J. M. de Oliveira, de 1854 – documento anexado ao **Projeto Pinsônia** -, o Igarapé das Mulheres fora, inicialmente, um canal de drenagem construído no **governo de Mendonça Furtado**. Sua função era servir de comunicação e esgotamento dos lagos existentes ao norte da Vila de Macapá, mas também poderia ter servido para acabar com o foco de insetos transmissores de doenças que atingiam frequentemente os moradores da vila. Porém, devido a não conclusão da obra, uma pequena vala subsistiu, à qual se denominou Igarapé das Mulheres. Ressalta-se que esse não era o único nome dado a esse curso d’água. Conforme Antonio Ladislau M. Baêna, de 1842 – outro relator que compôs o Pinsônia, de 1842 - esse espaço também fora chamado de *Igarapé da Companhia*, pois nele se fazia regularmente o embarque de arroz para a Companhia de Comércio, chegando este produto a ser comercializado para Belém, e até para Lisboa.

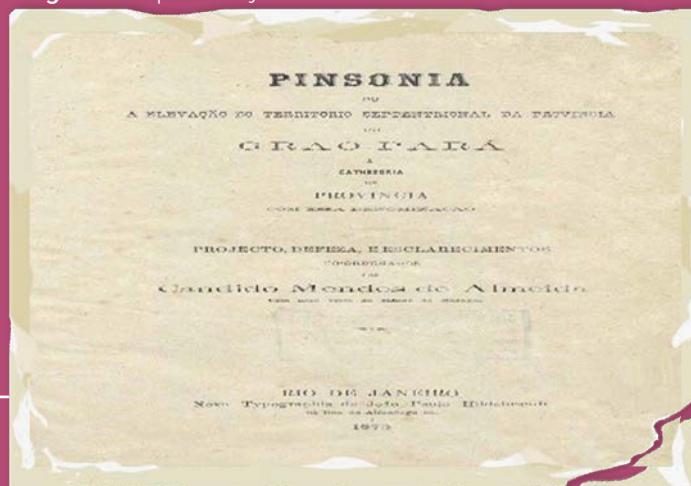
De autoria do deputado Cândido Mendes de Almeida, o Projeto Pinsônia é um dossier que reuniu documentos históricos acerca das condições socioeconômicas da Vila de São José de Macapá e de áreas próximas. Seu objetivo era defender o desmembramento dessa região da Província do Grão-Pará, para transformá-la em província.

Imagen 11: O que é um igarapé?



Fonte: <https://agua-sua-linda.tumblr.com>

Imagen 12: Capa do Projeto Pinsônia



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/>

O governo de Mendonça Furtado (1751-1759) - administrador do estado do Grão-Pará e Maranhão (área correspondente à Amazônia e parte do nordeste, conforme mostra a imagem abaixo) - foi marcado pela necessidade de demarcar na Amazônia a soberania portuguesa. Dentre as ações deste governador estavam a fortificação das fronteiras e o estabelecimento de povoações. Em relação à Macapá, foi Mendonça Furtado quem elevou o então povoado à categoria de vila, em 1758. Entretanto, esse desejo de “civilizar” através do desenvolvimento de povoações, não era um ato que beneficiaria a comunidade local, ao contrário, deve ser compreendido como uma forma de controle das pessoas que viviam na Amazônia, impondo-lhes formas de se viver que fossem ajustadas aos interesses portugueses.

Deve-se ressaltar ainda que na edificação da vila de Macapá, a história canônica consagrou apenas os nomes da elite governamental como os únicos detentores de conhecimentos suficientes do saber-fazer povoações. As classes populares, avaliadas por julgamentos **eurocêntricos** (conjunto de interpretações que validam o conhecimento ocidental como uma única forma de saber, demarcando a ideia de supremacia da cultura europeia) eram

consideradas selvagens e incapazes até mesmo de se autogerir. Entretanto, deve-se evidenciar que foi com o trabalho de africanos e nativos (indígenas), como braçais, pedreiros e carpinteiros, que o projeto de urbanização se consolidou. Foi por aquelas mãos que Macapá fora erigida.

Imagem 13: Mapa brasileiro em 1751 dividido em 2 estados: Grão-Pará e Maranhão, ao Norte e Estado do Brasil, ao Sul



Fonte: <https://povoamazonida.org/2021/03/22/diferencias-historicas-entre-amazonia-e-brasil/>

A área que compreendia o Igarapé das Mulheres, no final do século XIX, era predominantemente formada por campos de várzea (região que fica alagada em determinados períodos do ano, conforme mostra a imagem ao lado), algo bastante comum na Amazônia. Nas margens deste igarapé, cultivavam-se roças de milho, arroz, feijão, algodão, melancia, melões, etc., sendo ali considerado o celeiro do povo, devido a abundante fertilidade. Para além do cultivo, existiam pequenos fazendas de criação de gado e cavalos.

Imagem 14: Mata de várzea



Fonte: <https://dex.descomplica.com.br/>

O Projeto Pinsônia também destacou a limpidez e a importância das águas do Igarapé das Mulheres, usadas para o banho e o abastecimento da população. Entretanto, quanto a esse último ponto, existiam opiniões adversas, especialmente devido ao grau de insalubridade e enfermidades que atingiam a população local naquele período.

Eram o clima e as águas representadas nos pântanos que davam a Macapá a fama de insalubre. Afirma-se que os lagos estariam contaminados pela seiva de uma planta venenosa (assacuzeiros), supostamente presente naquele região. Essa retórica era muito propagada pelos governantes do Pará, especialmente, e acabava

gerando medo em visitantes e negociantes que vinham à Macapá. Entretanto, conforme Cândido Mendes de Almeida, Macapá não possuía pântanos, mas sim era cortada por dois igarapés (Igarapé da Fortaleza e Igarapé das Mulheres), onde não havia assacuzeiros.

Imagem 15: Folha de um *Hura crepitans* (assacuzeiro), vegetação presente na região amazônica



Fonte: <https://dex.descomplica.com.br/>

Para alguns que aportavam em Macapá, além dos moradores locais, a água era potável e limpa, logo, as enfermidades eram, na verdade, resultados da negligência dos próprios políticos paraenses. Esses políticos pouco se importavam com essa região, uma vez que não realizavam sequer um serviço de coleta de lixo urbano, associado a isso havia ainda a falta de higiene das casas (a maioria feitas de taipa).

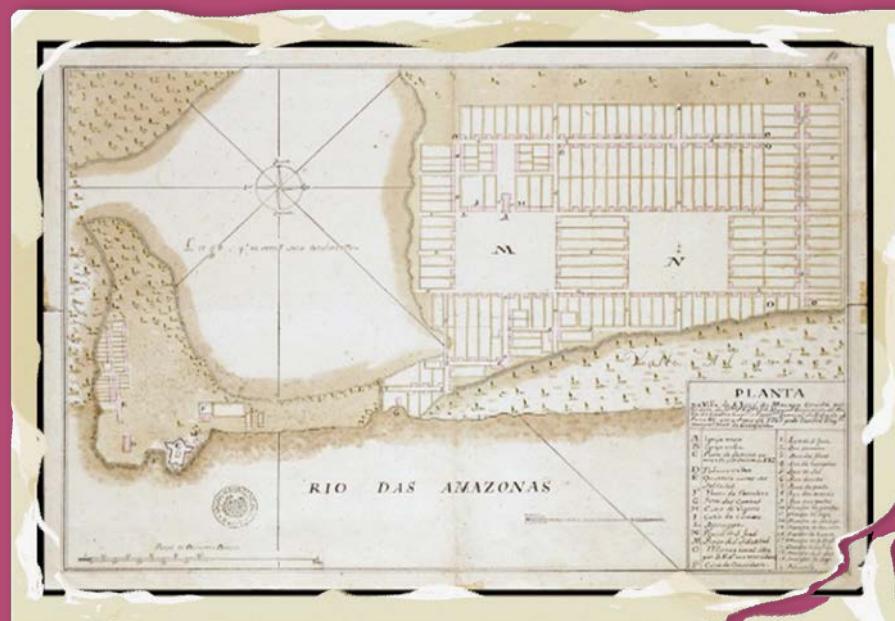
Quando se retorna à localização/importância do Igarapé das Mulheres no contexto colonial, é importante destacar o planejamento da Vila de São José de Macapá, no ano de 1758. Marquês de Pombal – irmão de Mendonça Furtado - pretendia que esta vila fosse um modelo de civilidade, sendo o desenvolvimento urbano, uma de suas principais manifestações.

Na fundação de vila de São José de Macapá, Mendonça Furtado mandou trazer famílias açorianas para a povoar essa região, visando fortalecer a imagem de ocupação pelo homem branco, civilizado, considerado superior às populações locais. Esses migrantes deveriam cultivar a ter-

ra para se fixarem e assim consolidar a defesa deste território. Quanto às populações locais, estes eram vistos como ignorantes, sendo assim retratados por não se encaixarem na ideologia de que tudo deve servir ao lucro, ou seja, eram taxados de preguiçosos porque não exploravam ao

máximo os recursos da floresta. Para além desse preconceito, era com a insubordinação que Mendonça Furtado também estaria preocupado, uma vez que esses grupos resistiam, não aceitando as condições de trabalho impostas a eles.

Imagem 16: Planta da Vila de São José de Macapá



Fonte: IPHAN-AP, 2022

O modelo de urbanização seguia uma traçado de ruas feitas a partir da praça. Em sua organização, haveria a divisão de lotes para um grupo seletivo de moradores (destinado aos que atendessem às exigências governamentais de que só se poderiam construir casas de alvenaria, logo, apenas uma parte minoritária de pessoas teriam essas condições), enquanto os demais deveriam ser remanejados.

Destaca-se ainda a presença de duas grandes praças - que formariam o centro político e administrativo da Vila – duplicitade incomum, na época. Assim, a planta do local indicava onde ficaria alguns prédios importantes tais como o açougue, quartel, porto, casa do vigário, casa da câmara, casa do comandante.

Deve-se observar ainda a toponímia contida nos nomes das ruas/travessas (por exemplo, a rua que passava em frente à igreja

era chamada de São José, como é até hoje) que se faz presente objetivando comprovar o pertencimento dessa vila ao império de Portugal, além de expressar o projeto civilizacional e civil que se desejava implantar. Era nessa projeção que se pretendia regu-

lar não apenas o espaço urbano, como também o comportamento dos seus habitantes. Para além disso, esse topônimo visou eliminar os nomes indígenas dos antigos aldeamentos, de forma a apagá-los da história desse lugar, substituindo-os pelo de vilas.

A cultura indígena (saberes, ciência, literatura, arte, poesia, música, religião) era vista com desdém pelos colonizadores. No modelo de civilização a ser implantado, não haveria espaço para o indígena, nem para o negro ou o mestiço – referências que a elite dominante quis deformar, desqualificar e apagar da história, em suas mais variadas formas. Entretanto, é importante que se tome consciência da importância dos ameríndios e de populações escravizadas oriundas da África, reconhecendo as suas multiculturalidade e a diversidade como elementos constitutivos da nossa história, de forma que se possam construir novas relações étnico-raciais assentadas no respeito, no diálogo, na aceitação e na valorização do “outro”.

No tocante à área onde compreendia o Igarapé das Mulheres - localizada num perímetro de solo alagado e mais baixo que o restante da cidade - esse espaço não passaria pelo processo de pavimentação, iluminação, rede de esgoto e/ou água, na época destinado apenas àqueles que moravam no centro da cidade.

PERÍODO JANARISTA

Com o passar do tempo, o Igarapé das Mulheres passou a ser um local costumeiramente utilizado por mulheres para a lavagem de roupas. Era nele que as trabalhadoras de Macapá executavam tarefas essenciais para a sobrevivência de suas famílias. Muitas delas tornaram-se lavadeiras profissionais, assim garantindo parcial ou integralmente o sustento familiar. Nesse sentido, é importante destacar que embora a tradição oral tenha consolidado a ideia de que esse lugar se chamava de Igarapé das Mulheres por ter sido uma área onde as lavadeiras iam realizar seu trabalho, já em 1850, conforme fora mencionado anteriormente, ele já tinha essa denominação.

Imagem 17: Lavadeira do Igarapé das Mulheres da década de 1970



Fonte: LOBATO, 2019, p.193

Imagem 19: Lavadeiras na frente da cidade de Macapá, no início do século XX



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Como ponto não menos importante, é importante ressaltar que o projeto urbano da vila de Macapá, apesar de ter sido uma aspiração econômica e política dos colonizadores portugueses (jogando-se para os lados tudo aquilo que não os representasse) a sua elevação contou, fundamentalmente, com a

mão-de-obra africana e de grupos indígenas. Esses grupos sociais ajudaram na construção de Macapá, embora a historiografia tradicional, ou mesmo a população não assim os reconheçam com essa centralidade, infelizmente.

As águas desse Igarapé também atendiam a outras necessidades básicas, tais como: saciar a sede, higienizar os corpos e preparar os alimentos. Esse curso d'água era essencial ao trabalho feminino (de meninas, adultas e idosas), pois era aí que muitas mulheres apanhavam água para o abastecimento de suas casas.

Imagem 18: Meninas buscando água do Igarapé das Mulheres, na década de 1970



Fonte: LOBATO, 2019, p.220

O Igarapé das Mulheres também era um importante lugar de sociabilidade do cotidiano amapaense, sendo um ponto de encontro onde as mulheres, enquanto trabalhavam, compartilhavam suas experiências, além de conversarem sobre os acontecimentos da cidade. Não apenas elas, mas também as crianças se divertiam, pescando, tomando banho e pulando em suas águas. A imagem ao lado retrata as lavadeiras exercendo seu ofício às margens do rio Amazonas.

Um dos mais conhecidos registros do modo de viver dessas mulheres, ficou expresso nos versos da música “Igarapé das Mulheres”, do cantor e compositor amapaense Osmar Júnior.

*O tempo leva tudo
O tempo leva a vida
Lá fora as margaridas fazem cor*

*Eu lembro a alegria
Boiar naquelas águas
E ver as lavadeiras lavando a dor*

*E lavavam a minha esperança perdida
De crescer lá no igarapé
E lavavam o medo que tinha da vida
E agora o meu medo o que é?*

*A minha nave, um tronco navegava
As estrelas, entre as palafitas
E as lavadeiras, nas minhas aventuras, po-
raquê
Pirara, piranha peixe-boi, boto, igara*

*E lavavam a minha paixão corrompida
As mulheres do igarapé
As Joanas, Marias, deusas, Margaridas
Lavarão o que ainda vier*

Imagen 20: Osmar Junior



Fonte: <https://selesnafes.com>

Osmar Junior Gonçalves de Castro nasceu em Macapá-AP, em 14 de junho de 1963. É poeta, compositor, cantor, cronista, sendo considerado um dos maiores expoentes da música da Amazônia.

DO PERÍODO DITATORIAL À ATUALIDADE

Imagen 21: Moradias no Igarapé das Mulheres, na década de 1970



Fonte: LOBATO, 2019, p. 152

Imagen 22: Moradora do Igarapé das Mulheres, em 1970

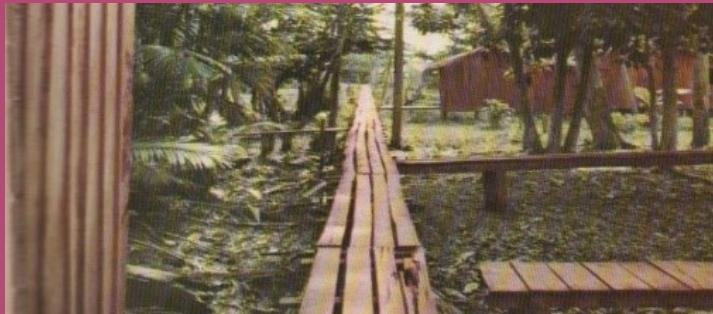


Fonte: Arquivo pessoal de Aldeci Dias

A ocupação desse espaço foi intensificada por famílias ribeirinhas, especialmente das Ilhas do Pará (Afuá, Breves e Chaves, por exemplo). Importante destacar que essa sociabilidade em relação a Macapá deu-se por conta da proximidade geográfica com a capital do Amapá, mais do que com a capital paraense.

Era neste local que famílias fixariam suas casas e pontes sobre palafitas. O uso da madeira na construção dessas moradias e de pontes de acesso era predominante (em razão ao fácil acesso à extração e ao domínio de métodos construtivos com esse material) reproduzindo assim, uma conformação urbana ribeirinha. As imagens a seguir demonstram o feitio dessa área já no século XX.

Imagen 23: Passarela de acesso no Igarapé das Mulheres



Fonte: BORTOLANI, 1979, p. 85

Após os primeiros anos de sua ocupação, formou-se, no Igarapé das Mulheres uma doca onde atracavam pequenas embarcações que transportavam frutas, raízes e pescados de outras regiões, como Breves e Belém, ambos do Pará. Nesse período, o Igarapé recebia poucos barcos que atracavam na sua entrada, pois toda a extensão da orla funcionava como uma espécie de doca e o Igarapé exercia a função de atracadouro informal.

Havia, nesse sentido, uma dependência do rio para a manutenção e (sobre)vivência do Igarapé da Mulheres e seu entorno. A identidade das pessoas que ali residiam possuía uma especificidade que estava diretamente relacionada à história local. Essa dependência acendia no habitante um sentimento de pertencimento ao lugar, pois o espaço já não se reduzia a um meio físico, mas sim, estava investido de um valor simbólico. A imagem ao lado, de autoria de Janary Nunes, é uma representação da relação do amazônida com o rio, onde o pai leva o filho, desde cedo, a percorrer as suas águas, aprendendo assim a lidar com os recursos da natureza.

Imagem 25: Padre Pasqual, da equipe do São Camilo, mostra uma torneira de água potável no bairro Perpétuo Socorro



Fonte: BORTOLANI, 1979, p. 87

Imagem 26: Baixada do Igarapé das Mulheres antes das modificações urbanas



Fonte: <http://www.alcinea.com/macapa-antiga/era-assim>

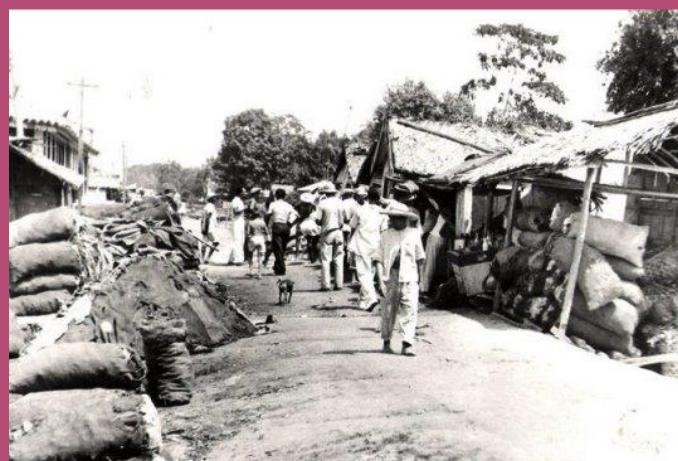
Imagem 24: Fotografia retirada da crônica feita por Janary, intitulada "O Caboclo", de 19/03/1945



Fonte: Jornal Amapá – Macapá, 19 de março de 1945

Passados alguns anos, iniciaram-se algumas melhorias nessa área, como a instalação de alguns pontos de água potável (ver imagem 10) e o aterramento da área de várzea no espaço do igarapé. O acesso sobre pontes de madeira foi sendo substituído pelo aterramento e pela abertura de ruas, conforme observa-se na imagem 13. As margens do Igarapé das Mulheres foram se modificando até chegar ao que hoje é denominado de bairro Perpétuo Socorro. Esse nome é uma referência à Santa Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, resultado da importância histórica da Igreja nesse processo de desenvolvimento do bairro e da comunidade.

Imagem 27: Igarapé das Mulheres no início do aterramento do bairro, hoje rua Rio Tefé



Fonte: Acervo do Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva

Imagen 28: Curso d'água do Igarapé das Mulheres



Fonte: COSTA, 2015, p. 62

Imagen 29: Comércio de melancia no canal do Perpétuo Socorro.



Fonte: <https://g1.globo.com>

Atualmente, o bairro Perpétuo Socorro é o principal acesso hidroviário da orla de Macapá, sendo conhecido pela venda de peixe fresco e camarão no Mercado do Peixe, mas também pela comercialização de açaí, melancia, banana e outras frutas. As embarcações que ali aportam são destinadas tanto ao transporte de mercadorias como ao trânsito de pessoas às localidades no interior do Estado e das Ilhas do Pará. Essa comercialização, além de garantir a subsistência das famílias, contribui também para a preservação dos hábitos locais.

Imagen 30: Atracadouro de barcos no canal do Perpétuo Socorro



Fonte: <http://www.amazonianarede.com.br>

As embarcações figuram como elemento cultural fundamental, pois é através dos barcos, no ritmo da maré, que se pode visualizar a relação entre o rio e a cidade.

O bairro Perpétuo Socorro é também local de morada, turismo e lazer. Entretanto, em sua ambientação, observa-se que o canal e o igarapé se encontram muito poluídos, tanto pelas atividades industriais, quanto pela ação da população que utiliza o local. Esse bairro encontra-se em permanente conexão com o rio e com as ilhas vizinhas, tendo no Mercado do Peixe e no atracamento de embarcações uma parte de um conjunto variado de usos. Essas particularidades deveriam ser mais valorizadas e conhecidas, a fim de que se possa melhor preservar a memória e a identidade desse lugar.

PARA SABER MAIS, CONSULTE:

COSTA, Ana Cynthia Sampaio da. **Igarapé das mulheres**: uma proposta de reabilitação urbana. 2015. Orientadora: Danielle Guimarães Costa. 99f. Monografia (Curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Santana, 2015.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Belém: Paka-Tatu, 2019.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Projeto Pinsônia ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação**. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova Typographia de João Paulo Hidelbrandt, 1873.

AMAPÁ. n° 1. Macapá, 19 de março de 1945, TFA.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BORTOLONI, Sergio. **Macapá uma rosa all' equatore**. Brescia: Morcelliana, 1979.

CAPIBERIBE, João Alberto Rodrigues. **O Igarapé das Mulheres no tempo das lamparinas**. Congresso em foco, 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/o-igarape-das-mulheres-no-tempo-da-lamparina-ii/> Acesso em: 09 de julho de 2022.

CASTRO, Osmar Junior Gonçalves de. **Igarapé da Mulheres**. Portal Tucujus. Disponível em: <https://bit.ly/35hhe4S>. Acesso em 20 dez. 2022.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilharga da fortaleza logo ali na Beira, lá no regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970. Belém: Açaí, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. As fontes e a crítica do historiador. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História**: Reflexão e Ensino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2020.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **Entre matas, rios e igarapés**: a história colonial do Amapá. Rio Branco: Napan Editora, 2021.

OLIVEIRA, Chrys de Araújo; ÁVILA, Gabriela Ferreira; NEVES, Victor Gabriel Ferreira. De perto e de dentro: deriva sensorial no Igarapé das mulheres. In: GUIMARÃES, Danielle Costa; SILVA, Marcele Vilar; BADINNI LUCAS, Cristina Maria (org.). **Amazônia urbana em questão**: Macapá 75 anos de capital. Maringá: Uniedusul, 2020.

PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça**: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.

SILVA, Luciana Carvalho da. **A cidade, a beira e o rio**: requalificação da paisagem do complexo hídrico do bairro Perpétuo Socorro em Macapá/AP. 2017. Monografia (Curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

OLARIA TERRITORIAL

MACAPÁ JANARISTA

A criação do **Território Federal do Amapá** (TFA), em 1943, junto à escolha de Macapá para ser a **capital territorial**, representou um momento de mudança no cenário amapaense. O primeiro governo do TFA, encabeçado por Janary Gentil Nunes, alterou a vida sociocultural local, principalmente na capital, em conformidade com o **projeto de modernização econômica**.

Um dos caminhos desse projeto foi o estímulo à migração interna para regiões amazônicas, especialmente de nordestinos. Essas pessoas vieram em busca de melhores condições de vida, sob a promessa de sair da zona de pobreza do Nordeste para usufruir da fartura da Amazônia. Essa migração resultou num aumento populacional significativo nas terras amapaenses.

Imagen 31: Antiga Olaria Territorial



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Através da Lei Federal nº 6.550/44, a sede do governo foi transferida do município do Amapá para Macapá, recebendo a nova capital, os principais investimentos estatais. Dentre os motivos dessa mudança defendidos por Janary Nunes destacavam-se: a localização (estabelecimento de fácil contato com o norte e sul do estado); portos acessíveis a grandes navios em qualquer época do ano; existência de boas terras para o plantio e para pecuária; boas condições de saneamento; excelente potencial turístico oferecido pela Fortaleza de São José e pela paisagem do rio Amazonas; melhor facilidade de navegação para Belém, sua maior fornecedora de suprimentos; era a cidade “mais tradicional”, onde ocorreram diversas lutas para a expulsão de povos estrangeiros.

Imagen 32: Divisão política do Território Federal do Amapá, de 1943



Fonte: BRITO, 2021, p.12

Território federal é uma categoria específica de divisão administrativa, com zonas administradas diretamente pelo governo federal. Os territórios federais surgiam da divisão ou do seu desmembramento da área de um estado. O TFA foi desmembrado do estado do Pará, através do Decreto-lei nº 5.812, de 1943. Na sua origem, esse território possuía apenas três municípios: Macapá, Mazagão e Amapá, conforme ilustra o mapa ao lado:

Imagen 33: Cartaz de incentivo à migração para a Amazônia



Fonte: <https://www.google.com/>

Imagen 34: Imigrantes nordestinos na Amazônia



Fonte: <https://www.acritica.com/>

Delineado pelo governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), este projeto foi pautado pela intervenção do Estado em áreas de interesse nacional - neste caso, a Amazônia - sob o discurso da necessidade de desenvolvimento e integração dessa região ao Brasil. Mas, o que de fato se queria era atender a interesses econômicos de criação de grandes excedentes comercializáveis. Além disso, nunca se pensou nas particularidades dessa região tão pouco nas de quem nela vive, uma vez que não se fazia qualquer menção aos interesses dos povos tradicionais, principalmente os indígenas e os ribeirinhos (povos que moravam às margens do rio cujo sustento advém dos recursos da floresta). O discurso era o de que se estava a desbravar a Amazônia setentrional, como se aqui fosse um enorme vazio demográfico ou, no máximo, formado por um grupo de pessoas cujas vivências eram insignificantes.

Sob o discurso de integração e desenvolvimento amapaense, Janary Nunes propagou uma narrativa de que ele seria o responsável por trazer o progresso acabando em definitivo com a precariedade e o abandono dessa região. A

ideia que se tinha, era de um Amapá socialmente atrasado, cujos modos de vida da população eram percebidos como sobrevivências arcaicas e exemplos de **atraso cultural**. Diante disso, ecoou-se a partir da criação do TFA um momento

propício para a fundação de um novo começo, aludindo, consequentemente, a um tempo de ruptura. Em seu relatório destinado ao então presidente da República Getúlio Vargas, Janary assim escreveu:

"Firmamos como premissa fundamental do nosso trabalho, a crença no futuro do Amapá, considerando transitória a sua fama de insalubridade, realizável o soerguimento do nível de vida de seu povo e segura, em curto prazo, a sua transformação econômica, tornando-o, de espaço morto e improdutivo, zona ativa de enriquecimento nacional."

Fonte: NUNES, 1946, p. 5.

A ideia de atraso cultural advém do ponto de vista da classe dominante (intelectuais dos centros hegemônicos) acerca dos modos de vida de outros povos e culturas, considerados inferiores. Esse pensamento, de cunho preconceituoso e unilateral, buscou legitimar algumas histórias e desqualificar outras, concretizando-se num verdadeiro silenciamento da diversidade cultural.

Janary Nunes tinha como um de seus principais objetivos mudar o perfil deste território, incorporando modelos e práticas semelhantes aos dos centros hegemônicos do país. Logo, um de seus focos de atuação era a implantação de um conjunto amplo de obras e serviços que moldassem a cidade, dominando assim o seu espaço urbano.

Desta forma, Janary iniciou a construção de várias obras, reunidas na área nobre da cidade (parte central), para sediar o novo governo, com prédios públicos e residências destinadas exclusivamente à equipe governamental. Dentre as construções em destaque, estavam a residência do governador, o Macapá Hotel (reservado às autoridades que

visitavam a cidade), o Mercado Central, além de escolas e casas de padrões diferenciados em relação às da comunidade local. Essas construções eram edificadas em alvenaria e cobertas de telhas (material de alto custo no período) cuja envergadura objetivava gerar impacto no espaço central da cidade. As imagens a seguir são alguns exemplos desse processo:

Imagen 35: Macapá Hotel



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 36: Casa destinada aos funcionários públicos



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 37: Residência do governador Janary Nunes



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 38: Grupo Escolar Barão do Rio Branco



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

Para a edificação desses prédios, ocorreu a desapropriação das moradias das pessoas que residiam nessa área e o seu remanejamento para os campos do Laguinho e para a Favela, atual bairro Santa Rita. Esse movimento ocorreu para que se abrisse espaço aos novos habitantes, a maioria de brancos, remodelando a cidade para recebê-los. Assim, houve uma reorganização espacial da capital

amaipaense, que se deu de maneira desigual e hierárquica, uma vez que o espaço central foi considerado bom demais para aqueles que ali habitavam, não cabendo ali os seus modos de viver e ser.

Para a concretização deste projeto, foi necessária a construção de uma **Olaria** que pudesse produzir materiais destinados às obras públicas governamentais concernentes ao aparelhamen-

to da cidade. Assim, em 1946, com a confirmação de que havia matéria-prima de boa qualidade em Macapá, uma pequena olaria fora construída.

Olaria é um local destinado à produção de objetos que utilizam o barro ou a argila como matéria-prima.

A Olaria passou por sucessivas ampliações, sendo, mais tarde, associada a uma mosaicaria (que produzia pedras de marmorite e mosaicos decorados para o revestimento de pisos e paredes – existentes até hoje nas estruturas de algumas casas antigas de Macapá). Além disso, tijolos, telhas (francesas, holandesas e convexas) e tubos também eram ali produzidos. Nesse local, podia-se encontrar uma fábrica de filtros, potes, panelas e jarros, adquiridos especialmente por trabalhadores e/ou moradores locais. Abaixo observam-se alguns dos materiais produzidos na Olaria:

Imagen 39: Secagem de vasos de barro



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 40: Produção de tubos



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 41: Exposição de telhas



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

A necessidade da construção de uma Olaria que atendesse ao anseio do governo de Janary Nunes foi evidenciada em seu Relatório de Atividades de 1946. De acordo com o governador, a construção da Olaria seria de grande valia para o Território, pois eram muito altos os custos desses materiais, transportados especialmente de Belém, além das perdas decorridas de seu translado.

Trecho que trata da instalação da Olaria no antigo Território Federal do Amapá.

“Construímos um barracão para instalação da Olaria do Território, que já está em funcionamento, produzindo tijolos de boa qualidade, telhas convexas, mosaicos e marmorites. A montagem da olaria se fez sentir como uma necessidade para as nossas construções, devido à dificuldade da aquisição de produtos cerâmicos na praça de Belém, e mesmo para baratear esse material que é adquirido por preço muito elevado, sobrecarregando ainda o transporte em organização neste Território.”

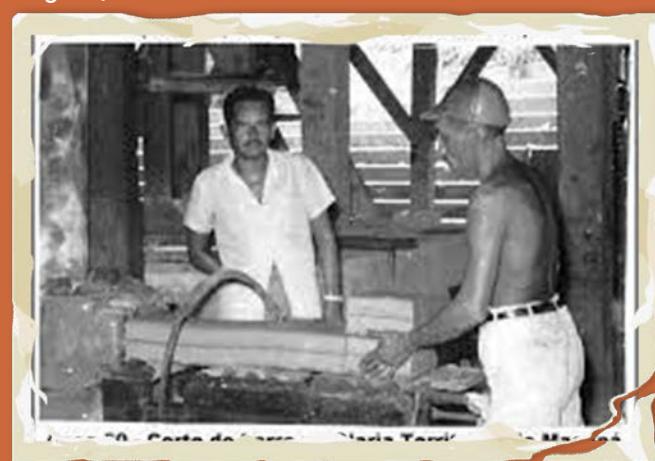
Fonte: NUNES, 1946, p. 100.

A Olaria Territorial era capaz de produzir mais de 80 mil peças por mês, havendo quatro fornos de queima – um com capacidade de receber 42 mil peças, outro para 20 mil e os dois menores para 10 mil peças

cada. O corpo de trabalhadores era formado por carpinteiros locais que se juntariam, mais tarde, aos carpinteiros e pedreiros vindos do Pará e do Nordeste. Essas pessoas eram normalmente

como diaristas (faziam o trabalho interno na moldagem e na queimação de peças) ou como tarefeiros (ganhavam por produção, sendo responsáveis pelo fornecimento de barro e de lenha para os fornos).

Imagen 42: Trabalho de diaristas no corte de barro



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 43: Tarefeiros carregando barro para Olaria Territorial



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

O ritmo de trabalho era intenso. Comandados por **capatazes**, os trabalhadores tinham uma jornada de trabalho exaustiva, podendo se estender por mais de 12 horas. Os que se negavam a trabalhar nessas condições, sofriam com ameaças de perda de emprego e eram por vezes chamados de preguiçosos e irresponsáveis, caso não cumprissem as metas estabelecidas. Muitos eram dispensados arbitrariamente, sem nenhum direito. Além disso, ressalta-se o uso da mão-de-obra infantil para certos tipos de trabalho.

Capataz é o chefe de um grupo de trabalhadores, especialmente daqueles que realizam trabalhos braçais (uso da força física para o trabalho).

Imagen 44: Crianças trabalhando na Olaria



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Pelo exposto, observa-se que a Olaria, tão importante para a urbanização macapaense, foi na verdade um espaço onde muitos trabalhadores sofreram com pesadas jornadas e condições degradantes de trabalho, além de receberem baixíssimos salários pelos serviços desenvolvidos. Ressalta-se que a cidade que estava sendo edificada a peso de muito sacrifício e suor, sendo ela pensada apenas em função das necessidades de um grupo minoritário. Para muitos homens e mulheres marginalizados da **história canônica**, foi de fato um momento de ruptura, mas de forma negativa, uma vez que a retórica da modernidade os deixou na penumbra e desqualificou toda uma história construída nas vivências e experiências de diferentes sujeitos sociais.

A história canônica pode ser entendida como aquela escrita sob a ótica das classes dirigentes. Nesse sentido ela representa um conjunto de ideologias que legitimam as desigualdades sociais e desrespeitam a diversidade sociocultural. Tal ideia é projetada comumente nos meios de comunicação em geral, mas também se faz presente em muitos livros didáticos.

PARA SABER MAIS, CONSULTE:

LOBATO, Sidney. **Obreiros do meio do mundo**: trabalho e solidariedade no bojo da urbanização macapaense (1944-1964).

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943 a 1970). Belém: Grafinorte Ind. e Comércio, 2006.

REFERÊNCIAS:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. Fotografias e ensino de História. In: ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRITO, Doval Tomaz de. Fortaleza de São José de Macapá: da construção à transformação em ícone da ampalidade.

CANTO, Fernando. **Fortaleza de São José de Macapá**: vertentes discursivas e as cartas dos construtores. Brasília: Senado Federal, 2021.

MACÊDO, Luciana. Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do território do Amapá (1944-1956). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap**, Macapá, v. 12, n. 3, 2019, p. 91-109.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943 a 1970). Belém: Grafinorte Ind. e Comércio, 2006.

SILVA, Maura Leal da. A (*onto*) **gênese da nação nas margens do território nacional**: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944 – 1956). São Paulo: 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade da PUC/São Paulo.

TOSTES, José Alberto; WEISER, Alice A. Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v. 1, n. 2, 2018, p. 34-53.

CASA DA TIA BILÓ

Imagen 45: Frente da Casa da Tia Biló ou Casa do Festeiro, no momento do Ciclo do Marabaixo



Fonte: COSTA, 2015, p. 62

MACAPÁ COLONIAL

Para entender a importância da Casa da Tia Biló para a cultura e a identidade amapaense, é necessário retomar o período em que a população negra local residia no centro histórico da cidade de Macapá, nas proximidades da velha igreja matriz. Suas casas localizavam-se principalmente na parte de trás dessa igreja, hoje denominada de Formigueiro ou Largo dos Inocentes; na vila de Santa Engrácia; no Largo de São João, hoje Praça Barão do Rio Branco, além do lado esquerdo da Fortaleza de São José de Macapá. A imagem abaixo retrata uma parte da vila de Santa Engrácia, hoje correspondente à Casa do Artesão e ao Macapá Hotel, no início do século XX.

Imagen 46: Casas de populares negros na Rua da Praia, na frente da cidade



A vila de Santa Engrácia abrangia as imediações da atual casa do Governador, do antigo Fórum, hoje sede da OAB seção Amapá, e de trechos da orla.

Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Eram nesses espaços que algumas populações negras constituíram suas vivências, estabelecendo ali suas roças com árvores frutíferas. Entre outras atividades, eles organizavam a Festa do Divino Espírito Santo, que passou a ser conhecida pelo nome de **Marabaixo**. Essa festa era de responsabilidade da família de Julião Thomas Ramos – conhecido como **Mestre Julião** –, um dos maiores líderes da comunidade negra do ex-Território Federal do Amapá, sendo reconhecido como um dos patriarcas do Marabaixo.

Imagen 47: Julião Ramos (1876-1958)



Fonte: PEREIRA, 1951

Imagen 48: Julião Ramos tocando instrumento ("caixa") do Marabaixo 1949



Fonte: PEREIRA, 1951

O Marabaixo é uma expressão cultural afro-amapaense, fruto da mestiçagem cultural entre práticas católicas, africanas e indígenas. O Marabaixo possui origem incerta. Alguns pesquisadores e protagonistas do festejo acreditam que se trata de uma tradição herdada dos povos africanos que chegaram ao Amapá nos navios negreiros no período da colonização; outros afirmam que ele estaria relacionado à Festa do Divino, introduzida no Amapá por famílias portuguesas transportadas de Açores e Mazagão, na África, para povoarem essa região na segunda metade do século XVIII. Entretanto, independentemente de sua origem, o Marabaixo é considerado a principal manifestação cultural do Amapá e, embora não seja praticado em todo o estado, ocorre em várias comunidades rurais remanescentes de quilombos. Nela, busca-se relembrar as lutas de seus antepassados, além de tratar de temas religiosos e reforça o orgulho pela história de resistência dos afro-brasileiros.



MACAPÁ JANARISTA

Com a criação do Território Federal do Amapá, e motivado por um discurso de progresso, Janary Nunes traçou um plano de urbanização para a nova capital, a cidade de Macapá. Para concretizá-lo, este governador promoveu a retirada dos moradores mais pobres do centro urbano, onde construiria prédios públicos e residências para o funcionalismo emergente.

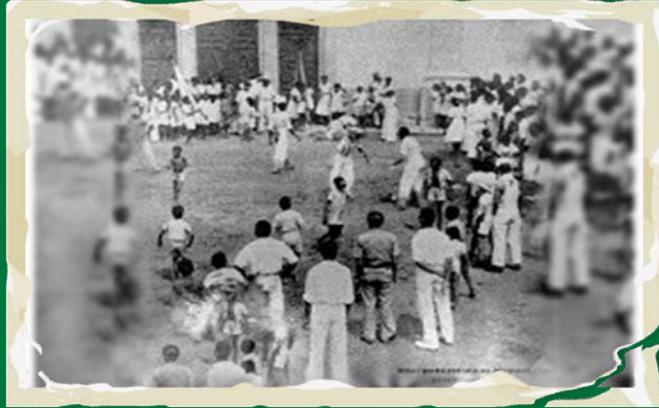
Segundo os planos governamentais, esse centro deveria ser “higienizado” e modernizado. Ou seja, o discurso ideológico do governo era de que, com essa desapropriação, o centro da cidade ficaria mais bonito; logo, o preconceito legitimava-se na medida em que eram

desprezados hábitos culturais e atividades econômicas julgados tão desprezíveis que deveriam ser totalmente renegados. O mais importante era retirar as pessoas pobres que moravam lá, em vez de dignificar os espaços em que viviam e trabalhavam.

Aliada à expulsão dos habitantes que moravam na frente da cidade, dos quais 40% eram negros, a política intervencionista de Janary instituiu uma divisão racial do trabalho onde os cargos de comando eram destinados aos brancos, os de nível intermediário aos mestiços, e aos negros caberiam os de serviços gerais e de limpeza pública.

Nos planos de Janary Nunes, o espaço urbano deveria ser esvaziado do seu conteúdo cultural e afetivo, em benefício da reforma urbana de Macapá, uma mudança de caráter autoritário. Além disso, não era permitido a prática de danças, rituais e outras manifestações na frente da Igreja de São José, vistas com desconfiança e preconceito, e que frequentemente aconteciam até a instalação do Território Federal do Amapá, conforme mostram as imagens abaixo.

Imagen 49: Foliões do Marabaixo dançando em frente a Igreja Matriz



Fonte: PEREIRA, 1951

Imagen 50: Rodas de capoeira em frente a Igreja Matriz 1949



Fonte: PEREIRA, 1951

Em geral havia uma reprovação severa dos padres em relação às **manifestações culturais locais**, consideradas como “espiritismo”, “superstição” ou até mesmo ações “demoníacas”. Na década de 1940, com a chegada dos padres da PIME (Pontífice Instituto das Missões Estrangeiras), o Marabaixo foi combatido pelos sacerdotes, pois essa prática era considerada desviante da doutrina oficial da Igreja Católica. Nos relatos clericais, essas festividades eram associadas a degradações morais como bebedeiras, brigas, jogos e seduções. Por esse motivo, muitos marabaixeiros eram impedidos de frequentar a igreja. Esse tipo de situação já havia ocorrido anteriormente, em 1913, quando o padre Júlio Maria Lombaerd fechou as portas para aqueles que insistissem na prática do Marabaixo. Essa historicidade do Marabaixo revela um contexto de conflito entre a Igreja Católica e a população negra, isso denota que o Marabaixo não se resumiu a uma expressão cultural de devoção, mas também era símbolo de resistência dos nossos ancestrais na busca pelo fortalecimento de sua identidade étnica e religiosa, e que persiste até hoje.

Logo, o que se observa é que Janary tinha a intenção de controlar o espaço urbano, atribuindo ao centro da cidade um sentido classificador, uma vez que ali deveria ser uma área destinada às moradias da elite governamental, bem como à presença de prédios administrativos. Para consolidar esse projeto, Julião Ramos teve um papel importante – como um dos líderes da comunidade da vila de Santa Engrácia – no convencimento dos moradores sobre a necessidade das mudanças em curso de forma a evitar maiores conflitos. A partir daquele momento, todos aqueles que não tivessem condições de construir casas de alvenaria, adequadas ao perfil da nova cidade, deveriam sair do centro histórico.

Desta forma, esse remanejamento ocorreu de forma arbitrária (muitas famílias não receberam indenização ou qualquer apoio do governo, indo alguns morar embaixo de árvores), no qual as

pessoas perderam, para além de suas casas, suas referências de pertencimento. A elas não foi concedida dignidade ao deixarem o lugar em que habitavam e onde constituíram seus laços. Aos moradores caberia deixar para trás anos de construção de um território onde aplicaram a sua cultura, na forma de modo de viver e construir. Eles tiveram, a partir daquele momento, de recomeçar, buscando a melhor estratégia para (re)construir a sua vida.

Julião Ramos, por ter parentes que moravam nos campos do Laguinho, partiu para esse lugar com sua família e outros moradores, enquanto que os demais direcionaram-se para o que se tornaria depois o bairro da Favela, atual Santa Rita. Naquele momento, muitas famílias perderam não apenas as suas casas, mas também suas referências de pertencimento, consideradas tão desprezíveis pelo governo, que nem foram levadas em conta.

É importante pontuar que essa divisão de moradores, uns para o Laguinho, outros para a Favela, deu-se em razão de muitos não concordarem com o acordo estabelecido entre Janary e Julião Ramos, o que gerou uma desarmonia na comunidade negra. Entretanto, deve-se refletir que a relação entre governo e povo era desigual, sendo muito temerário desobedecer às ordens do primeiro, ainda mais no contexto de ditadura do Estado Novo.

O registro desse desalojamento pode ser encontrado no **Ladrão** “Aonde tu vais meu rapaz?”, de autoria atribuída a Raimundo Ladislau, como uma forma de reação dos negros acerca do seu entendimento sobre o direito à cidade. Esse ladrão expressa o descontentamento para com a decisão tomada pelo governo amapaense.

Ladrão é a forma improvisada de cantiga. Seus versos tratam dos fatos do cotidiano da comunidade e de suas relações com a sociedade em geral. Os ladronistas são considerados os guardiões da memória e da história dos agentes do Marabaixo.

*Aonde tu vais rapaz?
Neste caminho sozinho
Eu vou fazer minha morada
Lá nos campos do laguinho*

*Não sei o que tem o Bruno
Que anda falando só
Será possível meu Deus
Que dele não tenha dó?*

*No largo de São João
Já não tem nome de santo
Hoje ele é reconhecido
Por Barão do Rio Branco*

*Estava na minha casa
Conversando com o companheiro
Não tenha pena da terra
Só tenho do meu coqueiro*

*Avenida Getúlio Vargas
Tá ficando que é um primor
As casa foram feitas
Foi só pra morar doutor*

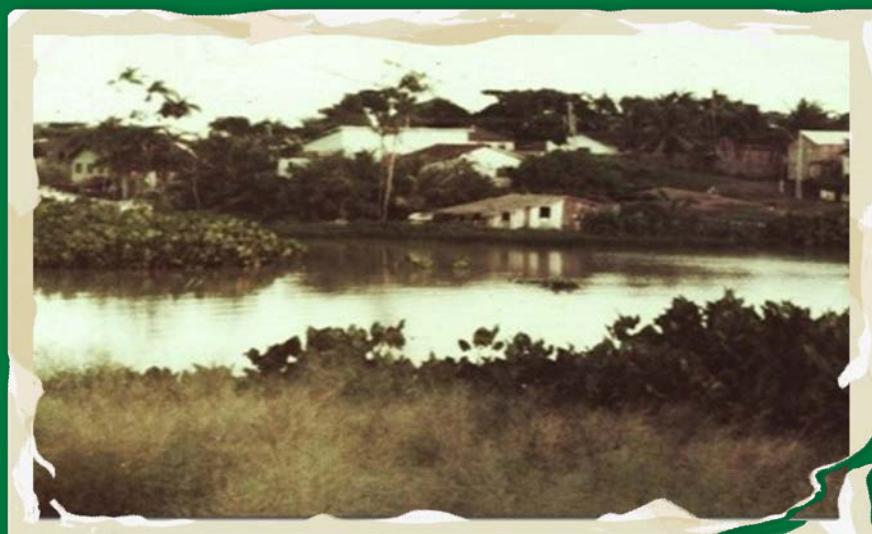
*Detalhei a minha casa
Com intenção de retalhar
Se a Santa Engrácia não fica
Como eu hei de ficar?*

*Me peguei com São José
Padroeiro de Macapá
Pra Janary e Coaracy
Não saírem do Amapá*

*Dia primeiro de junho
Eu não respeito o senhor
Eu saio gritando vivas
Ao nosso governador*



Imagen 51: Lago localizado nos campos do Laguinho



Fonte: <https://www.blogderocha.com.br/>

Os campos do Laguinho ficavam numa área distante, por trás do Poço do Mato, e tinha esse nome pelo fato de haver ali um pequeno lago utilizado para se fazer roças de mandioca, milho, abóbora etc. Nesse local, cercado de águas paradas e buritizeiros, não havia condições de moradia, havendo muito mato.

Embora o governo não tivesse realizado nenhum tipo de beneficiamento (arraamento, água encanada, energia elétrica, etc.) no Laguinho, foi ali que Julião Ramos e muitos outros se fixariam a partir daquele momento. Foi nos campos lá existentes que Julião Ramos construiria a sua moradia, remodelando sua vida a partir daquela ambiência.

Logo, a sua morada foi um dos locais em que Julião Ramos procuraria manter viva a história e a memória do Marabaixo. Nesse lugar, Julião moraria com sua esposa, Januária Simplícia Ramos e outros cinco filhos, dentre eles, Benedita Guilhermina Ramos (Biló). Esta última, depois do falecimento de seu pai, herdou a casa e procurou dar continuidade à festividade secular de seus pais.

Imagem 52: O casal Julião e Januária Ramos, à direita da foto



Fonte: PEREIRA, 1951

Imagem 53: Em destaque Benedita Ramos (Biló)



Fonte: PEREIRA, 1951

ATUALMENTE

O Marabaixo está presente em diversas comunidades remanescentes de quilombo, localizadas nas áreas rurais de Macapá, Santana e Mazagão. Em Macapá, essa festividade acontece em quatro locais diferentes (nos bairros Laguinho, Jesus de Nazaré, Centro e Santa Rita), e são organizados por diversos grupos (Raimundo Ladislau, Grupo do Pavão, Berço do Marabaixo, Raízes da Favela e Azebic).

No laguinho, a Casa da Tia Biló é um dos palcos dessa festividade. Nela, as pessoas se reuniam dentro da casa, tiravam os móveis, ficando apenas o salão para que o ciclo do Marabaixo acontecesse. Esse ciclo tem a especificidade de ser na casa do festeiro, no seio de uma família. Com o tempo, a Casa da Tia Biló tornou-se a sede de uma entidade chamada **Associação Folclórica Raimundo Ladislau**, que viria para fortalecer o Marabaixo, principalmente no bairro do Laguinho.



Associação Cultural Raimundo Ladislau, localizada na rua Eliézer Levi, 632 no Laguinho, foi fundada em 1988 com o objetivo de “resguardar, difundir e valorizar a cultura do povo negro amapaense”, tendo maior destaque o Marabaixo, por ser uma manifestação genuinamente amapaense.

O Marabaixo foi reconhecido pelo Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2018, pelo IPHAN. No Amapá, temos a Lei n.1.521/10 que oficializou o dia 16 de junho como Dia Estadual do Marabaixo.

A Casa da Tia Biló, atualmente, é um espaço de desenvolvimento e fortalecimento da identidade étnica e religiosa amapaense. Não apenas isso, ela também visa preservar a história e a memória das pessoas que fizeram história dentro da antiga casa de Julião Ramos, de seus filhos e de muitos mestres que lutaram pela manutenção dessa expressão cultural. Essas pessoas abriram o caminho para que a juventude e tantos outros pudessem não apenas conhecer e valorizar a cultura negra, mas também lutar contra o racismo.

Imagen 54: Tia Biló



Fonte: www.revistadiario.com.br

Imagen 55: Derrubada do Mastro



Fonte: <https://www.google.com.br/>

Imagen 56: Crianças praticando Marabaixo



Fonte: <https://www.google.com.br/>

Imagen 57: Dança das marabaixeiras



Fonte: <https://www.google.com.br/>

PARA SABER MAIS, CONSULTE:

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Belém: Paka-Tatu, 2019.

TOSTES, José Alberto. **Macapá nem antes nem depois**. Maringá: Uniedusul, 2020.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

REFERÊNCIAS:

ANTERO, Alysson Brabo. O ciclo do Marabaixo como expressão do catolicismo negro no Amapá. In: SALHEB, Gleidson José M.; REIS, Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio. **Amapá uma experiência afro-brasileira** (org.). Rio Branco: Napan Editora, 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CANTO, Fernando. **A água benta e o diabo**. 2ª Ed. Macapá. Fundação da Cultura do Estado do Amapá/Fundecap, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de discursos identitários. In: SILVA, Cristiani Bereta; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). **Ensino de História, memória e culturas**. Curitiba: CRV, 2013.

COELHO, Helen Costa. O ciclo do Marabaixo e o aspecto religioso no bairro do Laguinho. In: COELHO, Helen Costa. **Cultura e Religião nos ladrões de Marabaixo**. Curitiba: Appris, 2021.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Habitação em áreas urbanas de valor patrimonial: quem pode morar no centro? In: FERREIRA, Anna Cristina Andrade et al (orgs.) **A cidade não para e a memória não perece**: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

GONÇALVES, Mariana de Araújo. Vivências Negras: história e ensino de História. In: SALHEB, Gleidson José M.; REIS, Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio. **Amapá uma experiência afro-brasileira** (org.). Rio Branco: Napan Editora, 2022.

JESUS, Ismael Sousa de. A urbe como objeto de pesquisa histórica: percursos e diálogos possíveis com a historiografia. In: MOTA, Carlos Alberto de Melo e Silva; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco (org.). **Retalhos Históricos: Espaços**, corpos e culturas. Teresina: Cancioneiro, 2021.

LEMOS, Tica. Tia Biló, matriarca do Laguinho. **Revista Diário**, Macapá, ano 1, n. 7, p. 8-9, jun. 2015.

LIMA, Wanda Maria da Silva Ferreira. **O ciclo do Marabaixo**: permanências e inovações de uma festa cultural. (Dissertação de Mestrado). Programa de Educação, Arte e História da Cultura - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1948-1964). **Revista Tempo**, Macapá, v. 21, n.38, 2014, p.151-170.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; MACIEL, Kerllyo Barbosa; PEREIRA, Marcos Paulo Torres. Ladrões de Marabaixo em Macapá: identidade cultural, poder, história, memória e religiosidade na Amazônia amapaense. **Caminhos**, Goiânia, v. 9, 2021, p.11-28, 2021.

PEREIRA, Nunes. **O Sahiré e o Marabaixo**: tradições da Amazônia. Rio de Janeiro: Gráfica do Ouvidor, 1951

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943 a 1970). Belém: Grafinorte Ind. e Comércio, 2006.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES. Tudo é história: o que ensinar no mundo multicultural? In: SILVA, Marcos; GUIMARÃES. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

SILVA, Maura Leal da. A cidade imaginada: histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do Território Federal do Amapá. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 76, 2022, p. 289-308.

IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E SEU ENTORNO

MACAPÁ COLONIAL

A Igreja de São José de Macapá é o monumento mais antigo da capital amapaense. A sua construção demonstrou que os interesses dos portugueses nesse território não eram apenas de ordem econômica, mas também religiosa. Isso se torna evidente pelo posicionamento dessa edificação na parte central da Praça São Sebastião (hoje, Veiga Cabral).

As igrejas faziam parte das estruturas fundamentais das vilas coloniais e denotavam a importância da cristianização como estratégia de expansão da fé dos colonizadores e como meio de legitimação da escravização e da expropriação de terras, rios e florestas. Em razão disso, em 1752, foi construída inicialmente uma primeira igreja, localizada onde é hoje a Fortaleza de São José de Macapá. Ela era de altura superior em relação às demais casas, e coberta de palha. Anos mais tarde – em 04 de fevereiro de 1758, junto à fundação da Vila – foi lançada a pedra fundamental da igreja matriz dedicada a São José pelo padre Ângelo de Morais.

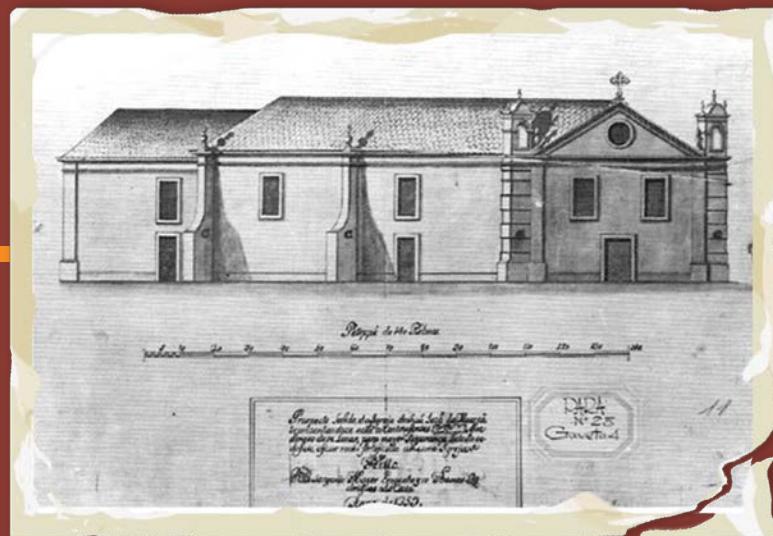
O projeto da igreja trazia um modelo de arquitetura introduzido na América pelos jesuítas, no século XVI. Na imagem ao lado, observa-se a base de uma estrutura simples e regular. Apesar de os jesuítas não disporem de um estilo próprio, apresentando variações conforme contexto histórico, as construções eram normalmente marcadas pela rigidez e pela austeridade.

Imagen 58: A Igreja Matriz de São José de Macapá em sua arquitetura original, inaugurada em 1761



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Imagen 59: Prospecto sólido da Igreja de São José de Macapá



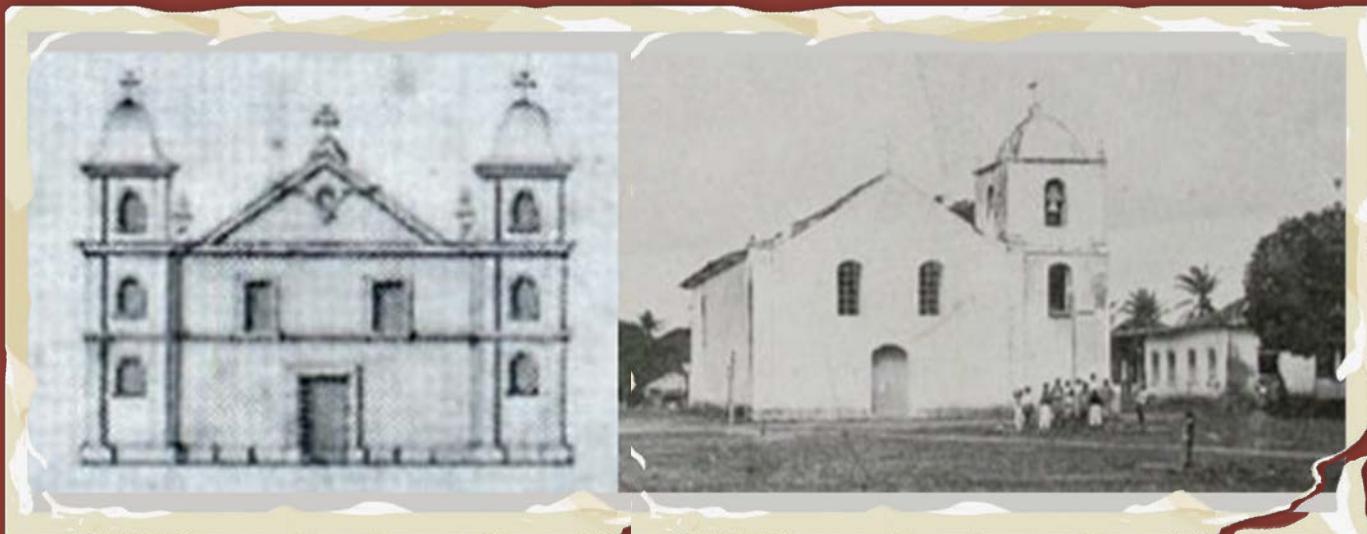
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Os jesuítas eram religiosos que faziam parte da Companhia de Jesus, uma ordem vinculada à Igreja Católica. Os primeiros missionários chegaram ao Brasil no ano de 1549, como parte da estratégia da Coroa Portuguesa de acelerar o processo de ocupação da América. A sua presença ajudou a solidificar a catequização de diversos povos indígenas, reunidos em missões.

A inauguração do prédio ocorreu três anos depois, em 06 de março de 1761, demarcando a união entre o poder religioso e político. Na ocasião, o então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro, esteve presente.

Edificado pelas mãos de negros, indígenas e pessoas livres, o prédio da igreja não foi executado conforme projeto original, “com 90 palmos de comprido, por 30 de largo”, perdendo uma parte de sua extensão. Além disso, o prédio fora construído apenas com uma torre, conforme se observa na comparação das imagens abaixo. Segundo registros, isso ocorreu em razão dos altos custos e da extensa duração da obra.

Imagen 60: Comparação entre a fachada frontal projetada (1758) e a executada (1930)



Fonte: SILVA, 2017, p. 40; BRITO, 2014, p. 47

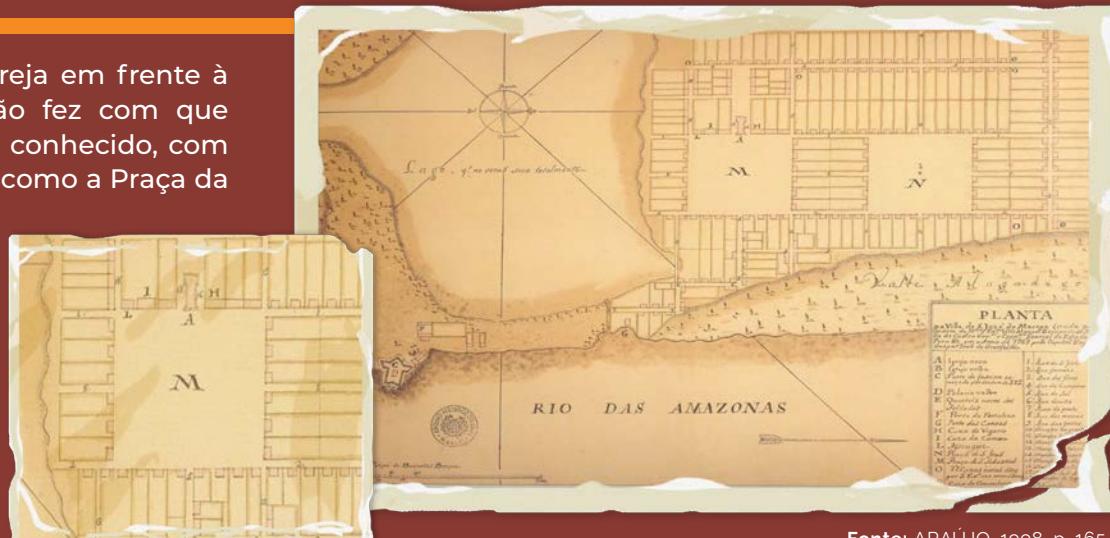
A Igreja era um símbolo de poder. Isso porque a praça, no Período Colonial, tinha um sentido forte: normalmente era identificada como o “centro do mundo”. Com a Igreja visual e geometricamente

no centro, todas as outras estruturas políticas deveriam estar distribuídas ao seu redor, numa disposição intencional das edificações mais importantes.

A história da urbanização de Macapá se constituiu em torno de suas praças principais, a de São Sebastião (hoje, Veiga Cabral) e a de São João (hoje, Barão do Rio Branco). Logo, conhecer um pouco da importância desses espaços (as mudanças em sua configuração paisagística e/ou a sua toponímia) contribui para o entendimento da história da cidade de Macapá e suas transformações com o passar do tempo. Nesse sentido, é importante destacar que as praças ganham novas significações e usos de acordo com o contexto histórico. Essas praças revelam muito sobre como Macapá foi constituindo a sua urbanidade e como as pessoas usufruíam desse espaço.

Imagen 61: Planta da Vila de São José de Macapá, em 1751

A localização da Igreja em frente à praça São Sebastião fez com que este espaço ficasse conhecido, com o passar do tempo, como a Praça da Matriz, destacando-se como a principal referência e sinônimo desse espaço.

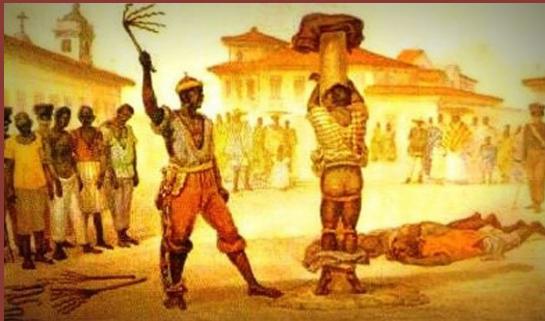


Fonte: ARAÚJO, 1998, p. 165

Dentre os prédios mais significativos, que compunham a paisagem urbana da praça São Sebastião, destacavam-se: a Casa de Câmara e a cadeia, a casa do vigário, o açougue e a casa dos governadores. O **pelourinho** fora fixado na praça São João, em razão de a Igreja achar que sua proximidade constituía uma afronta aos ideais

cristãos. Estava, assim, delimitada a identidade do lugar e o poder das suas principais instituições: Igreja e Estado. Toda essa simbologia tinha a função de reforçar o discurso de civilidade, demarcando a nova ordem estabelecida, sem que se deixassem quaisquer vestígios relacionados à cultura local.

Imagen 62: Escravizado sendo açoitado em um pelourinho. Pintura de Debret, 1827



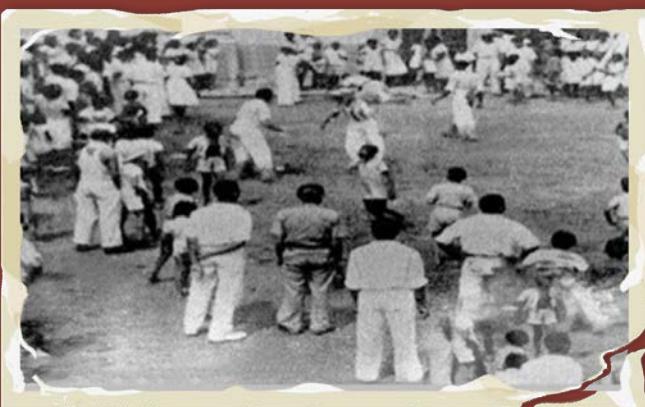
Fonte: <https://rruptawordpress.com/2012/10/25/a-escravatura-da-modernidade/pelourinho-jean-baptiste-debret/>

Pelourinho era um tipo de poste onde aqueles que cometiam algum delito sofriam castigos físicos. Símbolos da autoridade e justiça, os pelourinhos estavam localizados em áreas públicas, onde o condenado era amarrado e torturado cruelmente. Na Amazônia, normalmente utilizava-se um rústico tronco de madeira com duas travas cruzadas no topo.

No Período Colonial, o espaço da praça era palco de práticas de lazer e religiosidade da população afro-amapaense. Dentre elas, pode-se citar o Marabaixo – festa do catolicismo popular negro – que tinha parte de seus rituais realizada bem em frente à igreja matriz. Durante a festividade e

nesse lugar, os marabaixeiros jogavam capoeira (conforme imagem ao lado) e as mulheres entoavam canções (os “ladrões” de marabaixo). Além disso, a frente da igreja era utilizada como local de mercado, recreação e ponto de encontro.

Imagen 63: Prática de capoeira na frente da Igreja



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Imagen 64: Preparativo para o campeonato de luta livre



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Imagen 65: Fachada da Igreja de São José, em 1949



Fonte: www.cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/historico

MACAPÁ JANARISTA

Em 1944, com a transformação da Vila de Macapá em capital do Território Federal do Amapá, a igreja de São José passou por algumas alterações em sua estrutura. A fachada principal passou a ter mais duas portas, totalizando três; o mesmo ocorrendo com as fachadas da direita e da esquerda. Essas modificações objetivavam alterar a estética do prédio, oferecendo uma nova linguagem, que em parte descaracterizava o estilo colonial. É esse o formato que a igreja de São José tem atualmente.

Imagen 66: Coreto da Praça da Matriz, em madeira

Nesse período, a Praça da Matriz também passou por modificações. No entorno da igreja, surgiram outras construções que conformaram uma nova paisagem. Entre elas está o Coreto, um local em que se realizavam apresentações de bandas de música, entre outros eventos. O poeta Arthur Nery Marinho representou traços da antiga praça em um poema publicado em 1993, no livro Sermão da Mágua.



Fonte: Acervo da Biblioteca Estadual de Macapá

Praça Antiga

*Velha praça, velha praça,
tenho saudade de ti.*

*Não da bonita que estás
mas da que eu conheci.*

*A praça do tio Joaozinho
e do seu Naftali:
o primeiro era Picanço
e o segundo Bemerguy.*

*A praça do João Arthur
também a praça do Abraão,
a praça que outrora foi
da cidade o coração.*

*A praça em que se jogava
todo dia o futebol,
esporte que só parava
quando já dormia o Sol.*

*Parece que isto foi ontem,
mas tanto tempo passou,
o que deixou de existir
minha saudade gravou.*

*Vejo a barraca da Santa,
vejo ali o ABC.*

*Há muito tempo não existem
mas a minha saudade os vê.*

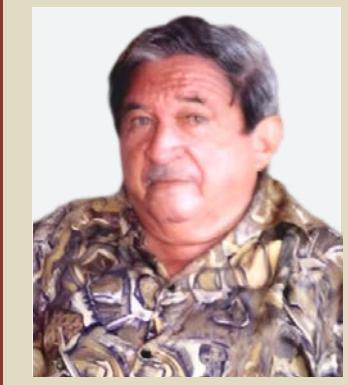
*Da igreja o velho coreto
eu avisto, neste ensejo.
Do mestre Oscar vejo a banda
e lá na banda eu me vejo.*

*Eu considero um castigo
não apagar da lembrança
o que me foi alegria
e agora é desesperança.*

*Velha praça, velha praça,
renovaste e linda estás.
Não tens, porém, a poesia
do que ficou para trás.*



Imagen 67: Arthur Nery Marinho



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com>

Na Praça Matriz, eram realizados eventos como o Arraial da Festa de São José, que culminava no dia 19 de março, com missas, crismas e procissões que percorriam as ruas da cidade e depois retornavam para o templo.

Imagen 68: Procissão de São José em frente à Igreja Matriz



Fonte: PEREIRA, 1951

Imagen 69: Brinquedos instalados na Praça Matriz

Na frente da igreja havia uma área campal de convívio da população que servia para diversas atividades, tais como: pasto para animais; campo de futebol; instalações de circo ou de brinquedos como carrossel e roda gigante; uso para desfiles escolares, comícios, show de artistas, além do arraial da cidade.



Fonte: www.cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/historico

Imagen 70: Imagens do Arraial em 1949, em comemoração ao Dia de São José



Fonte: Acervo da Biblioteca Estadual de Macapá

Imagen 80: Pessoas reunidas em noite de Arraial



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

O arraial, considerado pela igreja a parte profana da festa de São José, era realizado, na maior parte das vezes, em frente à igreja. Nesta festa, eram montadas barracas para os leilões e vendas de doces. A movimentação popular era muito grande, mas também havia a ocorrência de brigas e desordens que desfocavam a finalidade do evento.

ATUALMENTE

Apesar da incontestável importância histórica da Igreja São de Macapá, sua “visibilidade” foi reduzida já nos anos de 1960, com a divisão da Praça da Matriz tirando a notoriedade do projeto original das praças coloniais macapaenses. Mais tarde, com a construção do Teatro das Bacabeiras, em 1980, a intervenção urbana foi ainda mais drástica, mudando radicalmente a configuração da praça e modificando a composição das edificações ali construídas.

Entretanto, a Igreja de São José permanece sendo um importante lugar de memória amapaense. Seu espaço interno e arredores são utilizados em vários eventos religiosos e populares, como o Círio de Nazaré (com rezas, ladinhas e outras práticas católicas), o aniversário da cidade de Macapá e o Marabaixo.

Imagem 81: Igreja São José de Macapá, em 2022



Fonte: arquivo pessoal de Franciney Oliveira

Imagem 82: Parte interna da Igreja São José de Macapá



Fonte: arquivo pessoal de Franciney Oliveira

Na área interna da igreja, pintada de branco, é possível encontrar uma antiga imagem de São José, esculpida em madeira. Além disso, existem **lápides póstumas** nos pisos e paredes com nomes de pessoas oriundas das elites amapaenses.

As **lápides póstumas** são realizadas posteriormente à morte de uma pessoa como uma forma de reconhecimento de suas obras. Em Macapá, essa concessão era de acordo com o *status* da família e com o prestígio de funções exercidas, indo desde capitães, guardas, comerciantes, até devotos que contribuíam significativamente com as obras da igreja. Não existe nenhuma lápide que homenageie um popular amapaense, que valorize suas contribuições.

A Igreja Matriz de São José de Macapá, padroeiro da cidade e monumento mais antigo, foi tombada e tornou-se patrimônio histórico e cultural do Amapá, através da Lei nº 1.870, em 17 de março de 2015. Porém, infelizmente ela ainda não foi reconhecida como patrimônio histórico pelo IPHAN, até a presente data.

Fonte: IBGE.

LARGO DOS INOCENTES OU BECO DO FORMIGUEIRO

O Largo dos Inocentes é considerado o berço histórico da cidade de Macapá. Existem algumas hipóteses para a razão deste nome: alguns dizem que ali era um cemitério de anjinhos (crianças); outros relatam ter sido um cemitério indígena, pois há relatos de que foram encontrados ali ossos humanos e artefatos indígenas, durante escavações para a instalação de tubulações de esgoto, realizadas no governo de Janary Nunes (1943-1955).

Apesar dessa situação ainda ser uma incógnita, é importante dizer que o Largo dos Inocentes, já

por volta de 1940, passou a abrigar muitas famílias, tornando-se a parte mais habitada de Macapá. Além de moradia, o Largo era um espaço de lazer, em que se realizavam festividades populares, mas também religiosas.

O Largo dos Inocentes ou Beco do Formigueiro aparece na planta da Vila de Macapá, traçada em 1761, e estava localizado atrás da Igreja São José. Ali as casas foram sendo construídas nas laterais da igreja, lado a lado, compondo um vão exatamente da largura do templo. Dentre os seus moradores, pode-se citar a Mãe Luzia – uma parteira tradicional que deu nome à primeira maternidade de Macapá, inaugurada em 1953.

Luzia Francisca da Silva, a Mãe Luzia, nasceu em 1869 e faleceu em 1957. Moradora do Beco do Formigueiro, ela foi uma parteira muito conhecida na época, além de ser uma conhecedora do uso medicinal de plantas e ervas da região. No local onde residia, no final da avenida Mendonça Furtado com a rua Tiradentes, funciona o prédio da Ótica.

Imagen 83: Retrato digital da Mãe Luzia, feita por Aynan Del Tutto



Fonte: <https://instagram.com/mrs.delart?igshid=MzRlODBiNWFIZA==>

Em 1948, com a chegada dos missionários do **Pime** (Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras), a configuração do Largo dos Inocentes mudou. Esse Instituto, em busca de demarcar efetivamente a presença da Igreja Católica na região, realizou e incentivou construções diversas, tais

como escolas, igrejas, espaços de lazer e de assistência social. Os moradores que ali viviam foram desalojados e aquele espaço transformou-se numa extensão da Igreja Matriz, chamada de “Quintal dos Padres”.

Os missionários do **Pime**, ao chegarem nas terras amapaenses, em 1948, estiveram envolvidos na difusão da fé católica e deixaram documentos – livros de tombo, batismo, fotografias, casamentos, etc. – ligados às lembranças de suas experiências nas localidades amapaenses, que hoje estão guardados na Cúria de Macapá. É importante destacar que esses sacerdotes classificavam a Amazônia como área carente de cristianização e enxergavam as tradições populares com muito desprezo. Porém esses mesmos documentos podem possibilitar encontrar histórias silenciadas e alcançar outras análises acerca da História Local.

Na área em que moravam populares afro-amapaenses, foram construídos alguns prédios, tais como o Salão Paroquial **Pio XII**; “o cinema dos padres”, um dos primeiros de Macapá e muito frequentado na época; o prédio da Prelazia; a sede dos escoteiros; o Pensionato (atualmente parte do Vila Nova Shopping) e a Escola Paroquial de São José. Todas essas construções se deram nos arredores e na parte detrás da Igreja de São José. As festividades que eram realizadas pela população local passaram a ocorrer no Largo de São João.

Imagen 84: Pensionato São José

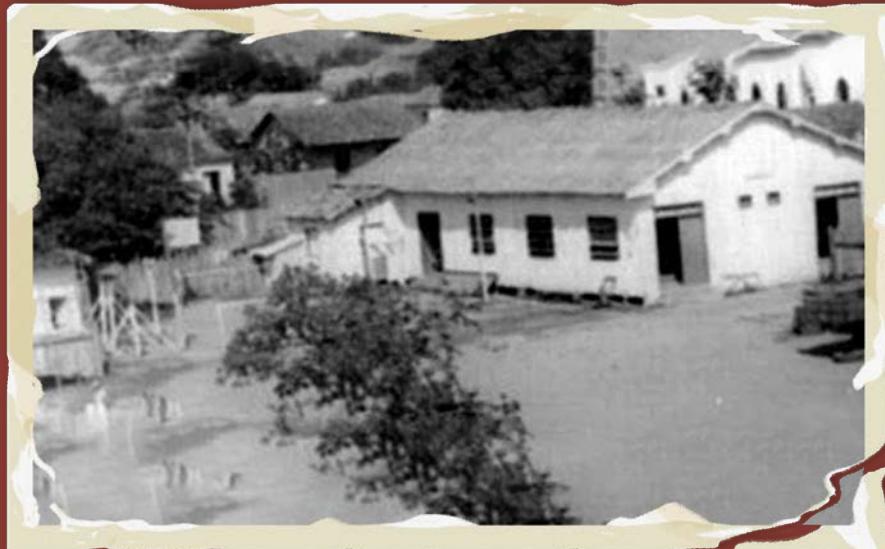


Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

No barracão do Cine Pio XII, nos anos de 1950 e 1960, foram exibidos diversos filmes, seriados e/ou peças teatrais destinados, especialmente, a crianças e jovens entre 7 e 18 anos, que participavam das atividades catequéticas da Igreja São José. Era um grande atrativo da época, e o acesso ao Cine Pio XII era considerado uma premiação àqueles que participassem das aulas de catecismo. As meninas ficavam em áreas separadas dos meninos durante as sessões.

Entre os filmes, destacam-se Batman e Robin, Tarzan, Robin Hood; entre as animações, citam-se Mickey Mouse e Pato Donald. Nesse período, como havia apenas uma máquina de projeção, a sessão do filme era sempre interrompida para que fosse feita a troca do rolo. Nesse intervalo, os jovens costumavam se agitar bastante. Esse local funcionou até o surgimento do Cine João XXIII, em 1965.

Imagen 85: Barracão do Cine Pio XII



Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/>

Atualmente, o Largo dos Inocentes é um espaço onde ocorrem eventos e diversas manifestações culturais. Lá também é lugar de encontro para muitos grupos macapaenses, desde os mais antigos, como por exemplo a tradicional concentração do Bloco do Formigueiro, sempre na quarta-feira de cinzas, até os amantes do heavy metal e os integrantes da comunidade LGBTQIA+.

No seu espaço funciona um estacionamento e em seus arredores se encontram a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), a Confraria Tucuju (entidade cultural), além de prédios comerciais e residências.

Entretanto, essa área não é reconhecida pelo seu potencial histórico-cultural, apesar de já ter havido iniciativas para o seu tombamento. Ao contrário, ela encontra-se em estado de abandono.

Imagen 86: Largo dos inocentes nos dias atuais



Fonte: Arquivo de Francisca Borges

PARA SABER MAIS, CONSULTE:

BASTOS, Ananda Brito; CANTUÁRIA, Eloane de Jesus Ramos. A Igreja de São José de Macapá e a perda de sua memória visual. In: GUIMARÃES, Danielle Costa; SILVA, Marcelle Vilar da; LUCAS, Cristina Maria Baddini (orgs.). **Amazônia urbana em questão**: Macapá, 75 anos de Capital. Maringá PR: Uniedusul, 2020.

SILVA, Silvana Gomes da. **Silêncio sobre o “Largo dos Inocentes”**: modernização e esquecimento em Macapá. In: Semana de História: O Ensino e a Pesquisa na História do Amapá: Perspectivas e Desafios, 2013, Macapá: Unifap, 2013 .

REFERÊNCIAS:

ATAÍDE, João. A Igreja de São José de Macapá. Macapá, dez. 2020. Disponível em: <https://portaloviajante.com.br/a-igreja-de-sao-jose-de-macapa>. Acesso em 02 dez 2022.

BASTOS, Ananda Brito; CANTUÁRIA, Eloane de Jesus Ramos. A Igreja de São José de Macapá e a perda de sua memória visual. In: GUIMARÃES, Danielle Costa; SILVA, Marcelle Vilar da; LUCAS, Cristina Maria Baddini (org.). **Amazônia urbana em questão**: Macapá, 75 anos de Capital. Maringá PR: Uniedusul, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (Mestrado) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Habitação em áreas urbanas de valor patrimonial: quem pode morar no centro? In: FERREIRA, Anna Cristina Andrade et al (orgs.) **A cidade não para e a memória não perece**: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

LOBATO, Sidney. Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1948-1964). **Tempo**, v. 21, n. 38, 2015.

MONTORIL, Nilson. **A Igreja Matriz de São José. Macapá**. Macapá, set. 2012. Disponível em: <http://montorilaraujo.blogspot.com/2012/09/a-igreja-matriz-de-sao-jose-de-macapa.html>. Acesso em: 02 dez de 2022.

NASCIMENTO, Angela Maria dos Anjos. **Guia histórico de Macapá**: Ensino de História, roteiros de lugares e memórias da cidade. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Macapá, 2018.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12^a ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, José Vasconcelos. **Visualidades e Memórias das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco**. Macapá: 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Newan Acacio Oliveira de. Uma cidade não tão no ‘meio do mundo’ assim... paisagens e identidades em Macapá, Amapá. **Amazônia - Revista de Antropologia**, Santa Catarina, v.13, p.311-343, 2021.

